

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS POLÍTICOS

**As Características Teocráticas do Regime Político
Iraniano e a Respectiva Influência na Formulação da
Política Externa do País**

Rui Faro Saraiva

**Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações
Internacionais**

SETEMBRO, 2010



Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais – variante de Relações Internacionais, realizada sob a orientação científica de Professora Doutora Teresa Ferreira Rodrigues e Professor Doutor Luís de Sousa

[DECLARAÇÕES]

Declaro que esta Dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Lisboa, 15 de Setembro de 2010

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apresentada a provas públicas.

Os orientadores,

Lisboa, 15 de Setembro de 2010

Aos meus avós,

À Joana

AGRADECIMENTOS

Na preparação da presente tese de mestrado várias foram as opiniões e sugestões científicas, os estímulos pessoais e a ajuda concreta que beneficiei. A todos, os meus reconhecidos agradecimentos.

À Professora Doutora Teresa Rodrigues e ao Professor Doutor Luís de Sousa, pelas incansáveis revisões, notáveis sugestões, críticas construtivas, e preciosa partilha de conhecimento.

ABSTRACT

THE THEOCRATIC CHARACTERISTICS OF THE IRANIAN POLITICAL REGIME AND ITS INFLUENCE IN THE FORMULATION OF IRANIAN FOREIGN POLICY

RUI FARO SARAIVA

KEYWORDS: foreign policy, idealism, iran, national interest, pan-islamism, realism, secularism, theocracy, 12th imam shi'ism

The overthrow of the Shah Reza Pahlavi's regime by the Islamic revolution of 1979 in Iran, allowed the emergence of a hybrid regime where the precepts and standards of 12th Imam Shiite Muslim clerics prevail along with republican institutions. The Islamic Republic of Iran and the *Velayat-e Faqih*, was created by its founding father, Ayatollah Khomeini, forming a new internal order endowed with elective and non-elective institutions, where often the boundary between the secular and the religious cannot be distinguished. The regime's rhetoric assumed Islamic and nationalist characteristics internally and externally. It can be argued that Iran's endeavors to portray itself, as the heart of the Muslim world is an attempt to gain worldwide Muslim support, which gives it more legitimacy in the face of regional and international challenges. Explaining Iran's Foreign Policy raises an immediate question: is Iran's Foreign Policy based on purely geopolitical and geostrategic interests, through a realist paradigm, or is it, simultaneously or distinctively, shaped by an idealistic element related to Islam. It is legitimate to question whether there is an Islamic way of conducting a foreign policy and what distinguishes Iran's actions from secular states in international politics. Although the Iranian Supreme Leader sits at the summit of Iran's formal power structure, there is apparent chaos and complexity in Iranian policy-making system, resulting in contradictory foreign policy approaches. To overcome theoretical shortcomings in the foreign policy analysis of Iran, an eclectic approach combining elements from the various current theoretical debates may be appropriate. The balance of ideology and pragmatism seems to be one of the most persistent and intricate elements of the Islamic Republic foreign policy. The fluid nature of Iranian politics and the inexistence of a clear-cut dividing line between religion and the state in the Islamic Republic are important features to take on board when developing a conceptual and analytical framework to explain two apparently conflicting elements in the Iranian Foreign Policy.

RESUMO

AS CARACTERÍSTICAS TEOCRÁTICAS DO REGIME POLÍTICO IRANIANO E A RESPECTIVA INFLUÊNCIA NA FORMULAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA DO PAÍS

RUI FARO SARAIVA

PALAVRAS-CHAVE: idealismo, interesse nacional, irão, pan-islamismo, política externa, realismo, secularismo, teocracia, xiismo duodecimano.

O derrube da monarquia secular do Xá Reza Pahlavi através da revolução islâmica iraniana de 1979, permitiu a emergência de um regime híbrido com traços teocráticos, onde imperam os preceitos e as normas clericais do xiismo duodecimano sobre as instituições republicanas. O *Velayat-e Faqih* e a República Islâmica do Irão nasceram assim com a referida revolução, através do seu pai fundador, Ayatollah Khomeini, formando-se uma nova ordem interna dotada de instituições electivas e não-electivas, onde muitas vezes não se distingue a fronteira entre o secular e o religioso. A retórica do regime a nível interno e externo assumiu contornos islâmicos e nacionalistas. A questão que se coloca ao nível da política externa iraniana consiste em compreender se a mesma é construída com base em interesses puramente geopolíticos e geoestratégicos, através de um paradigma realista, ou se existe, em simultâneo ou isoladamente, um elemento idealista conotado com o Islão. É assim legítimo questionar se existe um modo islâmico de fazer política externa e sobre o que distingue o Irão da actuação dos Estados seculares na política internacional. Embora o Líder Supremo permaneça como o *locus* do poder na estrutura formal do regime político iraniano, observamos um caos aparente e um carácter de grande complexidade no processo de formulação de políticas no Irão, o que resulta em abordagens contraditórias ao nível da política externa. Para superar as lacunas teóricas na análise da política externa iraniana, será necessária uma abordagem eclética, combinando os elementos dos variados debates teóricos da actualidade. O equilíbrio entre a ideologia e o pragmatismo tem sido o elemento mais persistente e uma das questões mais complexas ao nível da política externa iraniana. O dinamismo e a fluidez presentes na política do país, e a inexistência de uma linha divisória entre a religião e o Estado na República Islâmica, são características a ter em conta no desenvolvimento de um quadro analítico e conceptual que permita explicar os dois elementos aparentemente em conflito na política externa iraniana.

ÍNDICE

Introdução	11
Parte I: As Características Teocráticas do Regime Político Iraniano.....	15
Capítulo I: O Xiismo do 12º Imam	17
I. 1. Enquadramento no Mundo Islâmico	17
I. 2. O Culto dos Imams	19
I. 3. <i>Velayat-e Faqih</i> – O Governo Islâmico	22
Capítulo II: O Poder de Decisão na República Islâmica do Irão.....	24
II. 1. Os Órgãos Electivos:	24
II. 1.1. <i>Faqih</i> – O Líder Supremo.	24
II. 1.2. O Conselho dos Guardiões.....	28
II. 1.3. O Conselho de Arbitragem.....	30
II. 1.4. O Conselho de Segurança Nacional.....	31
II. 1.5. As Forças Armadas.....	33
II. 1.5.1. A Guarda Revolucionária Iraniana.....	36
II. 1.6. O Poder Judicial.....	45
II. 2. Os Órgãos Electivos:.....	47
II. 2.1. O Presidente.....	47
II. 2.2. Os Majlis – A Assembleia Consultiva Islâmica.....	50
II. 2.3. A Assembleia de Peritos.....	52
Capítulo III: A disputa pelo poder entre a elite política iraniana	53
III. 1. A Rivalidade entre as Facções Políticas Iranianas desde 1979....	53
III. 2. Os Conservadores.....	57
III. 3. Os Reformistas	60
III. 4. Os Pragmatistas.....	62

Parte II: A Definição da Política Externa Iraniana.....	65
Capítulo I: As Raízes da Política Externa Iraniana.....	68
I. 1. O Contexto Geopolítico	68
I. 2. O Contexto Cultural e Identitário	73
I. 3. O Dilema do Interesse Nacional na República Islâmica do Irão	78
Capítulo II: A Política Externa Iraniana <i>Post</i> -1979.....	83
II. 1. A Liderança Khomeini (1979-1989).....	83
II. 2. A Presidência Rafsanjani (1989-1997).....	86
II. 3. A Presidência Khatami (1997-2005).....	88
II. 4. A Presidência Ahmadinejad (2005-).....	91
Capítulo III: Dimensões da Política Externa Iraniana Actual	94
III. 1. Dimensão Religiosa: A Influência do Xiismo Duodecimano na Política Externa Iraniana.....	94
III. 2. Dimensão Regional:	98
III. 2.1. O Golfo Pérsico e os Estados Árabes	98
III. 2.2. A “Arab Street”.....	102
III. 2.3. A Questão Israelita.....	104
III. 3. Dimensão Global:.....	106
III. 3.1. Relações com o Ocidente (EUA e UE).....	107
III. 3.2. Relações com as Grandes Potências Emergentes (Rússia, China, Índia e Brasil).....	112
III. 3.3. A Questão Nuclear.....	117
Capítulo IV: O Equilíbrio entre a Tendência Idealista e Pragmática na Política Externa Iraniana.....	119
Conclusão.....	124
Bibliografia	130
Apêndice A: Mapa do Irão	143

LISTA DE ABREVIATURAS

ADM Armas de Destruição Maciça

AIEA Agência Internacional de Energia Atômica

CCG Conselho de Cooperação do Golfo

CSSN Conselho Supremo de Segurança Nacional

EAU Emirados Árabes Unidos

EUA Estados Unidos da América

GRCF Gas Exporting Countries Forum

IPI Irão-Paquistão-Índia (oleoduto)

IRGC Corpo dos Guardas da Revolução Islâmica

NATO Organização do Tratado do Atlântico Norte

OCI Organização da Conferência Islâmica

ONU Organização das Nações Unidas

OPEP Organização dos Países Exportadores de Petróleo

RI Relações Internacionais

RII República Islâmica do Irão

SCO Organização de Cooperação de Xangai

TCE Tribunal Clerical Especial

UE União Europeia

URSS União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Introdução

O derrube da monarquia secular do Xá Reza Pahlavi, através da Revolução Islâmica de 1979, permitiu a emergência de um regime híbrido com traços teocráticos e republicanos, onde a política não se distingue dos preceitos e das normas clericais do Islão. A República Islâmica do Irão nasceu assim com a referida revolução, formando-se uma nova ordem interna dotada de instituições electivas e não-electivas, onde muitas vezes não se distingue a fronteira entre o secular e o religioso.

Ayatollah Khomeini, o pai fundador do novo regime político, instituiu o *Velayat-e Faqih* em 1979. Um sistema que preserva a supremacia do Líder Supremo e do clero iraniano, sobre os processos democráticos que convivem com os aspectos teocráticos do regime.

A retórica do Irão *post* 1979, a nível interno e externo, assumiu contornos religiosos ou islâmicos e contornos nacionalistas. Interessa saber se a política externa iraniana é construída com base em interesses puramente geopolíticos e geoestratégicos, um elemento realista ou pragmático, ou se existe, em simultâneo ou isoladamente, um elemento idealista conotado com o Islão. A questão de partida que se coloca nesta dissertação, é se as características teocráticas do regime, e consequentemente o Islão ou o Xiismo Duodecimano, influenciam a formulação da política externa iraniana.

Interessa assim responder a uma série de questões que se inter-relacionam e que podem ser obtidas através da análise do processo de decisão política e da política externa da República Islâmica do Irão, entre 1979 e a actualidade. A nossa abordagem foi dividida em quatro fases, correspondentes a distintos períodos cronológicos: 1) de 1979 a 1989, durante a liderança do Ayatollah Ruhollah Khomeini; 2) de 1989 a 1997, durante a Presidência de Hojjatoleslam Hashemi Rafsanjani; 3) de 1997 a 2005, durante a Presidência de Hojjatoleslam Seyyed Mohammad Khatami; 4) desde 2005, correspondente à Presidência de Mahmoud Ahmadinejad. Cada um destes períodos foi marcado por importantes mudanças ao nível da formulação de políticas não só no domínio económico e sociocultural, mas também ao nível das relações internacionais do país.

A controvérsia em volta da política externa iraniana é tão antiga como a República Islâmica. Uma das novidades que surgiu com a revolução foi o não-alinhamento iraniano, plasmado no *slogan*, “Nem o Oriente, Nem o Ocidente”, e na rotura da aliança com os EUA, outrora preservada pelo Xá. A dinâmica da política externa iraniana e as suas constantes mudanças e oscilações, encorajaram a comunidade académica a estudar a conduta do Estado iraniano, perspectivando as suas relações internacionais. No entanto as complexidades do Irão moderno, uma teocracia atípica num mundo crescentemente secular, exigem um esforço suplementar na compreensão deste regime particular, e quanto ao papel actual da religião na política. A liderança espiritual e política no mundo islâmico, parece consistir um objectivo de parte da elite política e clerical no Irão de hoje. O Imam ou o seu legítimo sucessor, segundo a perspectiva do xiismo duodecimano, é o detentor do poder temporal e espiritual de toda a comunidade islâmica, a *umma*.

Para a compreensão do Irão actual e da sua política externa, será então necessário perceber a ligação entre a religião e a política na República Islâmica, o seu impacto regional, no Médio Oriente, e também ao nível global. Consideremos o conceito de Hedley Bull, de “Sociedade de Estados”: “*A society of states (or international society) exists when a group of states, conscious of certain common interests and common values, form a society in the sense that they conceive themselves to be bound by a common set of rules in their relations with one another, and share in the working common institutions*”¹. É perceptível que a República Islâmica, e o seu carácter neo-medieval, não se enquadra na actual Sociedade de Estados, nas regras e normas partilhadas entre os seus membros, como o respeito pelos princípios da soberania e da não-ingerência ou do *pacta sunt servanda*.

Porém o Irão é mais do que um simples Estado autoritário neo-medieval. A diversidade dos debates políticos que emergem do parlamento, do gabinete presidencial, dos seminários, das ruas, dos *media* e dos halls da academia, mostram que no *background* de um autoritarismo estagnado e de uma burocracia orwelliana, existe uma cultura política altamente competitiva. Em última análise será a interacção entre as diversas instituições e os actores do regime que determinam o carácter das políticas, inclusive a nível externo. A vontade popular continua a ser importante para a

¹ BULL, Hedley, *The Anarchical Society: A Study of Order in World Politics*, Basingtoke: Macmillan, 1997, p. 13

legitimidade e sobrevivência do regime, apesar de circunscrito por imperativos teológicos. O Irão é assim uma nação, que procura, hoje, a sua identidade em torno da tradição e da modernidade.

No decorrer das leituras efectuadas verificámos a existência de uma bibliografia limitada quanto à influência das características teocráticas do regime iraniano na formulação da política externa. A investigação foi baseada em obras publicadas no mundo anglo-saxónico, nomeadamente nos EUA e no Reino Unido, onde o estudo do Irão ao nível da Ciência Política e das Relações Internacionais está em franco desenvolvimento. O fundador do estudo da política externa iraniana nos EUA foi Ruhollah K. Ramazani, autor de 15 livros e mais de 150 artigos sobre o Irão, o Golfo Pérsico e o Médio Oriente. Deste autor e de muitos dos seus sucessores, nas Universidades ou *Think Tanks* anglo-saxónicos, emergiu a base da investigação realizada para responder à problemática colocada. Ao nível da Europa continental, será de salientar o trabalho desenvolvido pelo Instituto Internacional de Estudos Asiáticos, da Universidade de Amesterdão, especialmente através das obras de Mehdi P. Amineh e Eva Patricia Rakel, que focam o estudo do regime, das elites e facções políticas iranianas e a política externa do país. O estudo da República Islâmica e da sua política externa é quase inexistente em Portugal, embora ao nível histórico e sociológico seja relevante a obra de Hélder Santos Costa, e mais recentemente ao nível da Ciência Política e em torno do Islão e da nuclearização do Irão, as publicações de Maria do Céu Pinto.

Metodologicamente este estudo foi baseado em fontes primárias, como a Constituição da República Islâmica do Irão e na literatura publicada sobre a problemática em questão, consultando bibliotecas e arquivos, bibliografias, enciclopédias, publicações especializadas na área da Ciência Política e Relações Internacionais, ficheiros em suporte escrito e bases de dados em suporte digital, jornais e publicações periódicas, no âmbito nacional e internacional.

A questão iraniana é um tema que assume hoje particular relevância, não só devido à nuclearização do país, mas também no que diz respeito à importância crescente da região do Médio Oriente para a segurança internacional. A política externa iraniana, desde 1979, tem mantido a conjugação de elementos realistas e idealistas, assumindo diferentes contornos dependendo das circunstâncias políticas domésticas e internacionais. Alternando assim entre momentos mais próximos de um

internacionalismo islâmico, e outros de um pragmatismo baseado no interesse nacional. Para a compreensão da política externa iraniana actual é necessário assim observar a complexidade institucional da República Islâmica do Irão, mas também os pilares permanentes ao nível externo, que se fundaram com um dos primeiros Estados-nação do Mundo, há 2500 anos atrás.

Foram várias as razões que nos levaram à análise desta temática. Para além da curiosidade pela República Islâmica e pelo Xiismo Duodecimano, procurámos a compreensão de um regime que sobrevive com traços teocráticos no século XXI e ao mesmo tempo observa uma das maiores taxas de literacia da região do Médio Oriente. Outra razão que nos impulsionou a tratar esta problemática foi a constante presença da análise jornalística nos órgãos de comunicação social nacionais quando se pretende analisar a República Islâmica ao nível da Ciência Política. Durante as eleições presidenciais iranianas de 2009, a disparidade entre as opiniões dos politólogos internacionais e a dos jornalistas nacionais que eram chamados a dar uma opinião, revelava a necessidade de uma maior atenção da comunidade científica nacional, no âmbito da Ciência Política e Relações Internacionais, em relação ao Irão

Pretende-se com este estudo, a contribuição para uma melhor compreensão do Irão e da sua política externa, desde a Revolução Islâmica de 1979. A sociedade iraniana é complexa como muitas outras e não pode ser definida apenas como “fundamentalista” ou orientada para o passado, devido à politização da religião no país. Seja ao nível das elites ou do resto da população, as ideias no âmbito político, económico ou sociocultural, fervilham desde o ultra-conservadorismo até ao plano ultra-progressista. Assim será difícil compreender qual a força motora por detrás da formulação de qualquer política em geral, e das relações internacionais iranianas em específico. Porém da análise da interacção entre o plano político interno e externo da República Islâmica do Irão, encontraremos algumas respostas.

Parte I - As Características Teocráticas do Regime Político Iraniano

Na primeira parte desta dissertação, pretende-se analisar o sistema político iraniano instituído através da Revolução Islâmica de 1979, e descodificar o complexo processo de decisão política que emana de um regime político híbrido, onde convivem instituições teocráticas em conjunto com instituições republicanas.

Para a análise do processo de decisão política na República Islâmica do Irão, será necessária a compreensão sobre o sistema político iraniano, os seus actores institucionais e não institucionais, a competição pelo poder e a autoridade entre esses mesmos actores, e mesmo os laços familiares e as relações pessoais, que representam o plano informal em que o processo de decisão política se desenvolve. Tudo isto, em conjunto com a confluência entre a religião e a política, o que resulta num sistema complexo, quase caótico, que influencia o carácter por vezes contraditório da política externa iraniana.

Em 1979, o Xá Mohammad Reza Pahlavi e o respectivo regime monárquico secular iraniano, foram depostos por um movimento de massas liderado por uma figura religiosa, o pai fundador do novo regime, o Ayatollah Ruhollah Khomeini. O sistema instituído, o *Velayat-e Faqih*, coloca o Líder Supremo no topo da estrutura de poder. No caso da Revolução Islâmica, onde a religião parece ter tido a primazia sobre a política, excepção no Médio Oriente e no Norte de África, existem algumas considerações que devem ser ponderadas. A primeira delas reside no facto da República Islâmica conviver com duas estruturas políticas institucionais em paralelo, sendo assim uma teocracia atípica. A autoridade do clero foi confirmada pela existência de instituições como o Líder Supremo, o Conselho dos Guardiões, a Assembleia de Peritos, ou o Corpo dos Guardas da Revolução Islâmica. Em simultâneo, o regime político iraniano acolhe um parlamento e um presidente eleitos, e um sistema burocrático moderno².

Durante os dez anos da liderança Khomeini, foi predominante a influência da religião sobre os assuntos do Estado. No amanhecer da Revolução, os seculares ou nacionalistas, assim como a esquerda iraniana, foram marginalizados e por vezes

² QUANDT, William B., *Religion and Politics in the Middle East and North Africa*, in FATTON, Robert; RAMAZANI, R. K., *Religion, State and Society – Jefferson Wall of Separation in Comparative Perspective*, New York: Palgrave Macmillan, 2009, pp. 163-164

eliminados, mesmo aqueles que tinham lutado contra o regime do Xá. O clero ganhou o controlo sobre instituições chave, os tribunais e a justiça, os *media*, e importantes sectores da economia. Será assim necessário conhecer a religião praticada pela maioria dos iranianos e da elite política, o Xiismo duodecimano. Compreender como esta tradição se enquadra no mundo islâmico, o que representa o culto do imamato, e de que forma influenciou o actual regime político iraniano.

O estudo da elite política e da rivalidade entre as diferentes facções políticas iranianas, o seu impacto nas instituições do país, e no campo económico e sociocultural, assim como na formulação da política externa, será também da maior relevância no âmbito da compreensão do processo de decisão política da República Islâmica. Não existem partidos políticos oficiais no Irão, são as facções políticas que representam a visão política dos seus membros. As facções não são homogéneas e todas apoiaram Khomeini, a Revolução Islâmica e a ideia de um Estado islâmico. Estão, no entanto em desacordo, quanto a questões de política externa, económicas ou socioculturais. Após a morte de Khomeini em 1989, as divisões e rivalidades entre as diversas facções intensificaram-se, em competição pelo poder.

Da Revolução Islâmica de 1979 não resultou o estabelecimento de um regime político orientado para o passado ou tradicionalista. Ao contrário, a mesma originou uma sociedade que é, em parte, moderna e progressista. O país observa uma alta taxa de literacia, uma alta percentagem de população com educação superior, especialmente entre as mulheres. A geração mais jovem desenvolveu um espírito crítico em relação ao governo, está ciente das suas necessidades e espera um futuro ainda melhor. A questão sobre a sobrevivência do regime permanece, e florescem os debates no Irão sobre a democracia e o papel da religião na política.

Passados mais de trinta anos da Revolução Islâmica, o regime político iraniano e o complexo processo de decisão política que o caracteriza, é ainda de difícil compreensão. Porém, a análise da política externa e interna do Irão não deve ser feita separadamente, pois ambas se inter-relacionam e são interdependentes.

Capítulo I – O Xiismo do 12º Imam

I.1. Enquadramento no Mundo Islâmico

O Xiismo Duodecimenano, a religião oficial da República Islâmica do Irão, é parte integrante do chamado Mundo Islâmico. A palavra Islão significa submissão à vontade de *Allah* e o muçulmano é aquele que a ela se submete. Do ponto de vista dos muçulmanos, Maomé é o último profeta de *Allah* e foi ele que proporcionou à humanidade os preceitos islâmicos, através do Alcorão.³ Deste livro sagrado e da sua mensagem, assim como da *Sunnah* do profeta Maomé (as suas práticas religiosas preferidas) e das *Hadiths* (narrativas sobre a sua vida), resultaram diversas tradições religiosas islâmicas que influenciaram incontáveis gerações desde a África Ocidental até à Indonésia⁴.

As duas maiores tradições dentro do Islão são o Sunismo e Xiismo. Quando Maomé estava em Medina estabeleceu três princípios fundamentais e cinco preceitos religiosos que são comuns às duas referidas tradições islâmicas. Os primeiros são: 1) Acreditar em Deus e a rejeição de todo o tipo de culto prestado a ídolos; 2) Acreditar em Maomé enquanto mensageiro de Deus; 3) Acreditar no Dia do Julgamento. Quanto aos cinco preceitos: 1) Orações obrigatórias cinco vezes ao dia; 2) Jejuar no mês do Ramadão; 3) Praticar a generosidade; 4) Peregrinação à Ka'bah; 5) Jihad, ou a Guerra Santa⁵.

Os sunitas constituem a maioria dos praticantes do Islamismo, sendo assim o Xiismo, o ramo minoritário. Os sunitas reconhecem os primeiros quatro califas como legítimos sucessores de Maomé. Em contraste com os Xiitas, os sunitas observam o Estado teocrático construído por Maomé como um domínio, terreno e temporal, considerando assim a liderança do Islão não como um sistema determinado por inspiração divina, mas pela realidade política prevalecente no mundo muçulmano. A ortodoxia sunita é marcada pela ênfase nos princípios e costumes aceites pela maioria da comunidade. A instituição do consenso desenvolvida pelos sunitas permitiu-lhes

³ COSTA, Helder Santos, *Shiismo Iraniano – uma abordagem Histórico-Sociológica*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2000, p. 85

⁴ MICHON, Jean-Louis, *Introduction to Traditional Islam – Foundations, Art, and Spirituality*, Indiana: World Wisdom, 2008, p. 3

⁵ MOMEN, Moojan, *An Introduction to Shi'i Islam – The History and Doctrines of Twelver Shi'ism*, New York: Yale University Press, 1985, p. 8

incorporar várias práticas e costumes que surgiram através de um desenvolvimento histórico comum, mas que, no entanto, não tinha raízes no Alcorão. No século XX, os sunitas constituíam a maioria dos muçulmanos em todas as nações, com excepção do Irão, do Iraque e do Iémen. Representam cerca de 900 milhões dos habitantes do planeta e constituem nove décimos de todos os seguidores do Islão⁶.

Os xiitas, ou seguidores de Ali, acreditam que a liderança religiosa, a autoridade espiritual, e a orientação divina de Maomé foram passadas para os seus descendentes, começando com o seu genro e primo Ali Ibn Abi Talib, a sua filha, Fátima, e os seus filhos, Hassan e Hussein. O evento definidor do xiismo foi o martírio de Hussein, os seus familiares do sexo masculino, e muitos dos seus companheiros em Karbala (Iraque), no ano 681, pelos Omíadas. Actualmente existem três ramos principais dentro do Xiismo: os Zaydis, os Ismaelitas, e os *Asharis Ithna*, ou Xiitas Duodecimanos. Os Zaydis (seguidores de Ali Ibn Zayd ibn al-Husayn) encontram-se na sua maioria no Iémen, Iraque, e algumas regiões de África. Representam os grupos de activistas que acreditam que o Imam deve lutar pelos seus direitos e ser um governante do Estado. Os Ismaelitas surgiram após o sétimo Imam, Ismail. Fundaram o Império Fátimida (909 - 1171) e representam uma corrente xiita esotérica. Os *Asharis Ithna*, ou xiitas duodecimanos são o maior grupo e o mais moderado. Acreditam nos doze Imams, começando com o Imam Ali e terminando com Muhammad Al-Mahdi, que entrou em ocultação e deverá, segundo o Xiismo Duodecimano, retornar no fim dos tempos como o Imam que irá restaurar a justiça e a equidade na terra. Ele é, portanto, referido como o Imam al-Muntazar, o Imam esperado⁷.

O pensamento político xiita, entrou na sua fase moderna, durante a Revolução Constitucional Iraniana de 1905-1911, quando os xiitas foram divididos entre as forças do constitucionalismo, o modernismo, razão e secularismo, por um lado, e as forças que defendiam as interpretações mais tradicionais da fé, lei religiosa, e o papel dos clérigos, por outro. Entre 1940 e 1950, o pensamento político xiita abordou questões como o comunismo e o nacionalismo, muitas vezes apresentando a teocracia xiita como uma alternativa. Durante a década de 1960, as bases institucionais para a propagação do pensamento político moderno xiita foram criadas nas escolas corânicas e nas

⁶ *Sunnite*, Encyclopædia Britannica 2010, in Encyclopædia Britannica Online, [http://www.britannica.com/EBchecked/topic/574006/Sunnite], Consultado em 15 de Junho de 2010

⁷ ESPOSITO, John (ed.), *Shii Islam*, in *The Oxford Dictionary of Islam*, *Oxford Islamic Studies Online*, [http://www.oxfordislamicstudies.com/article/opr/t125/e2189], Consultado em 15 de Junho de 2010

associações de universitários e profissionais de muçulmanos. Encontros informais liderados por clérigos e intelectuais, promovendo assim a mobilização política xiita. O estabelecimento do Governo Islâmico, *Velayat-e Faqih*, por Ayatollah Khomeini, com a Revolução Islâmica do Irão, representou o mais importante acontecimento relacionado com o pensamento político xiita contemporâneo⁸.

A Revolução Islâmica Iraniana de 1979 despoletou o revivalismo xiita em toda a região do Médio Oriente. Os Xiitas iranianos foram a partir desse momento encarados com orgulho pelos outros xiitas da região, pela instituição de um regime político baseado na governação divina. O Líder Supremo, Ayatollah Khomeini tornou-se um modelo de sucesso quanto ao activismo político xiita, com repercussões no Afeganistão, no Paquistão, na Arábia Saudita, no Kuwait, no Bahrain, no Iraque e no Líbano. Os Xiitas abandonaram a partir desse momento a defesa do nacionalismo árabe ou de algumas ideologias de esquerda, lutando pela governação teocrática xiita em diversas regiões do Médio Oriente⁹.

I.2. O Culto dos Imams

Os xiitas duodecimanos vêem os Imams como os intérpretes dos Profetas. A linhagem dos Imams, segue-se naturalmente à linhagem dos Profetas, como um céu iluminado pelas estrelas sucede o dia de sol resplandecente, assim os referem os teólogos duodecimanos. Segundo a fé Imamita, o desaparecido 12º Imam, fisicamente ausente, permanece sempre vivo e encontra-se presente misticamente.¹⁰

A ligação ao Imam é uma nota dominante no que respeita à mentalidade religiosa xiita. O destino trágico do Imam Husain tornou-se num dos maiores símbolos do voluntariado do martírio. As tradições xiitas celebram o sacrifício de Husain ao oferecer-se sem esperança de êxito terreno, para a salvação da comunidade. O suicídio do 3º Imam representa assim o paradigma da martirologia para o Islão xiita. Na perspectiva do Xiismo Duodecimano, o Imamado pertence por direito próprio a Ali e aos seus descendentes, sendo o dever dos religiosos e académicos, citar as tradições

⁸ IDEM, *Ibidem*

⁹ MASR, Vali, *The Shia Revival – How Conflicts within Islam will Shape the Future*, New York: Norton & Company Ltd., 2007, pp. 138-139

¹⁰ COSTA, *op. cit.*, p. 97

recusadas pelos Sunitas e pelos Kharajitas. O Xiismo Duodecimano entende que é o Imam reinante que designa o seu sucessor. Ao contrário do sunismo, onde o Califa é apenas o chefe temporal de uma comunidade política e religiosa, o Imam é um prolongamento da inspiração divina do profeta, e permanece através dele sempre vivo e presente. Desde o II século da Hégira (século IX), que os Imams foram declarados infalíveis não apenas no exercício do seu cargo, mas desde o seu nascimento até à sua morte. Este estatuto não deriva unicamente da posse de uma qualidade intrínseca que os torna sobre-humanos, mas de uma graça de Deus que os constitui como tal. Os xiitas duodecimanos acreditam que os Imams são os sucessores legais do Profeta e as suas referências em questões litúrgicas são sempre em número doze. O Profeta Maomé designou-os pelos seus nomes e cada um deles designou o seu sucessor. São os seguintes: 1) Imam Ali al-Murtadha; 2) Imam al-Hassan al-Mujtaba; 3) Imam al-Hussayn Ibn Ali al-Shahid; 4) Imam Ali Zainul-A'bedeen; 5) Imam Mohammad al-Baqir; 6) Imam Já'far al Sadiq; 7) Imam Musa al-Kazem; 8) Imam Ali al-Reza; 9) Imam Mohammad al-Jawad; 10) Imam Ali al-Naghee; 11) Imam al-Hassan al-Askari; 12) Imam Mohammed al-Mahdi (vivo eternamente, segundo o Xiismo do 12º Imam). Para os Xiitas Duodecimanos este é o Imam da nossa época e é a prova de Allah, é assim importante que se acelere a sua reaparição a fim de que ele possa instituir a Justiça numa Terra, plena de injustiça e de opressão¹¹.

Na sua forma mais simples, a doutrina da Ocultação (*Ghayba*), declara que Mohammed Ibn Hassan (al-Mahdi), o 12º Imam, não morreu mas foi ocultado por Deus aos olhos dos Homens. A sua vida foi miraculosamente prolongada até ao dia em que se irá manifestar de novo com a permissão de Deus. Alguns dos crentes, incluindo a maioria da elite política iraniana, especialmente entre os Conservadores, acreditam que o Imam manifesta-se ocasionalmente aos seus fiéis seguidores, na realidade ou em sonhos. Acreditam também que as mensagens deixadas nos locais relacionados com o Imam vão ser lidas pelo mesmo. Ahmadinejad pertence a uma seita religiosa minoritária chamada *Hasteners*, estes acreditam que é o dever dos fiéis preparar o caminho para o retorno do 12º Imam e talvez até mesmo criar as condições propícias para que isso aconteça, o que levou a algum comportamento excêntrico pela actual administração Ahmadinejad. Em todas as refeições oficiais é deixado um lugar vago na mesa, caso o Imam apareça. Foram gastas grandes quantias de dinheiro na renovação do santuário e

¹¹ IDEM, *Ibidem*, pp. 101-103

do poço onde acredita-se que o Imam poderá aparecer, e quando é decidido qualquer decreto-lei ou proposta para um novo ministro ou gabinete, esses documentos são atirados para o poço, na eventualidade de o Imam Oculto oferecer a sua disponibilidade para os ler.¹² Devemos salientar que para os xiitas duodecimanos, a ocorrência da ocultação do Imam é considerada o resultado da necessidade de protecção face aos inimigos e as ameaças do Islão. O seu retorno espera o decreto de Deus, no momento anterior ao Dia do Julgamento e no mesmo dia em que aparecerá o *Dajjal* (o anti-cristo), assim o diz a doutrina do retorno (*Raj'a*)¹³.

A Ocultação do 12º Imam, deixou uma questão em aberto na teoria xiita, com consequências políticas. O Imam era simultaneamente o líder espiritual e temporal da comunidade. Era o mesmo que interpretava a lei e era teoricamente responsável pela sua aplicação. Durante a Ocultação Menor do Imam, foram designados quatro agentes que eram o porta-voz do Imam Oculto, mas quando se sucedeu a Grande Ocultação, que dura até a actualidade, não foi designado qualquer agente de comunicação entre o Imam e a comunidade. Será ainda relevante afirmar que o 12º Imam não deixou qualquer instrução sobre como deveria ser organizada a sociedade na sua ausência. Foi assim criado um vazio político e espiritual na comunidade xiita imamita. Só quando surgiram os primeiros Estados xiitas, surgiram também as consequências da Ocultação do Imam perante uma nova realidade política. Tendo em conta que o Imam ainda vive, embora estando oculto, e sendo que é o líder espiritual e temporal da comunidade, os reis e emires que desempenhavam as funções destinadas ao Imam, sofriam de um problema de legitimidade. As consequências políticas da divergência entre a teoria e as diferentes realidades políticas resultaram na tensão contínua entre o governo e a religião ao longo dos tempos. No entanto, poucos foram os crentes que questionaram a legitimidade dos *Ulemas*, os sábios religiosos, para o exercício do poder temporal e espiritual do 12º Imam¹⁴.

O conceito de *Ulama* ou *Grand Ayatollah*, como sendo o representante do 12º Imam, em questões espirituais ou temporais, tornou-se a base da sua autoridade e influência. O conceito de *Velayat-e Faqih*, está assim relacionado com esta permissão. Khomeini baseou-se na teologia e na jurisprudência islâmica, para criar um sistema

¹² STOURTON, Edward, *Ahmadinejd's Theological Foes*, in BBC News Online, [http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle_east/8314126.stm], Consultado em 11 de Dezembro de 2009

¹³ MOOJAN, *op. cit.*, pp. 165-168

¹⁴ IDEM, *Ibidem*, pp. 170-171

político que enfatiza o governo do *Faqih*, o Jurista Supremo e a voz do Imam Oculto na Comunidade.¹⁵ A aplicação deste regime político foi possível através da Revolução Islâmica do Irão em 1979, num país onde 93% da população pratica o Xiismo Duodecimano, e onde as circunstâncias políticas, económicas e sócio-culturais do Irão *ante* Revolução, eram favoráveis à mudança de regime e à chegada da elite clerical ao poder.

I.3. *Velayat-e-Faqih* – O Governo Islâmico

O regime político instituído através da Revolução Islâmica de 1979, é um sistema híbrido com traços republicanos, porém onde predominam os traços teocráticos. Idealizado por Ayatollah Khomeini, é comumente designado como *Velayat-e Faqih*, ou o Governo do Jurista Supremo.

Uma teocracia, no seu sentido literal, significa o governo de Deus, todavia está associada a um Estado onde a elite política dominante é o clero e onde predominam os ideais e os preceitos religiosos. Os exemplos históricos surgem desde o antigo Estado de Israel, do governo calvinista de Genebra, e do Tibete governado pelo Dalai Lama até à invasão do país pelos comunistas chineses. Actualmente, para além do Vaticano, o mais evidente exemplo de influência teocrática vem do mundo islâmico. O conceito de um Estado Islâmico baseado na lei islâmica, a *sharia*, a palavra de Deus, o que implica que inevitavelmente a classe dominante seja o clero¹⁶.

O híbrido sistema político iraniano pode ser explicado através do conceito de *Velayat-e Faqih*, criado por Ayatollah Khomeini, o pai e líder da revolução. O seu método oferece a liderança política, na ausência do Imam Oculto, ao *Faqih*, o Líder político e Jurista Supremo em Direito Canónico Islâmico, cujas características o qualificam para liderar a comunidade. Khomeini, foi considerado no momento *post* revolucionário, como sendo o homem certo para liderar espiritual e politicamente o Irão, sendo assim a sua autoridade consagrada na Constituição Iraniana. O problema na

¹⁵ IDEM, *Ibidem*, p. 197

¹⁶ BAILEY, Frank, *The Blackwell Dictionary of Political Science*, Oxford: Blackwell Publishers Ltd., 1999, pp. 320-321

sucessão de Khomeini produziria uma cláusula que nunca foi promulgada, que dizia que se nenhum supremo religioso-jurista emergir após a era Khomeini, a liderança passará a ser exercida por um Comité integrado por três ou cinco seniores religiosos a serem eleitos pela Assembleia de Peritos. A morte de Khomeini deixou a República Islâmica sem sucessor, foi no entanto introduzida uma emenda constitucional, a fim de permitir a Hojjat ol-Islam Ali Khamanei tornar-se o Líder Supremo. Khamanei era apenas um membro dos escalões intermédios do clero xiita duodecimano¹⁷.

Segundo Ayatollah Khomeini, o governo islâmico não corresponde a nenhuma das outras formas de governo existentes. Refere que não é uma tirania, onde o chefe de Estado pode tratar de forma arbitrária, a propriedade e as vidas das pessoas, fazendo uso delas como lhe aprouver. Khomeini afirma que o Líder Supremo é o mensageiro do Imam na terra, por isso é também o mensageiro do profeta, e consequentemente o mensageiro de Deus. Segundo Khomeini, o governo islâmico não é tirânico, nem absoluto, mas constitucional. Refere que não é constitucional, no sentido corrente da palavra, ou seja, com base na aprovação de leis em conformidade com o parecer da maioria. É constitucional no sentido de que os governantes estão sujeitos a um determinado conjunto de condições para governar e administrar o país, essas condições constam no Alcorão e na *Sunnah*. São assim as leis islâmicas, as que compõem este conjunto de condições que devem ser observadas e praticadas. O governo islâmico pode ser definido como o primado do direito divino sobre os homens¹⁸.

A visão de Khomeini defende que a diferença fundamental entre o governo islâmico, por um lado, e as monarquias constitucionais e as repúblicas, por outro, é que os representantes do povo ou o monarca em tais regimes dependem da legislação, no Islão o poder legislativo e a competência para estabelecer as leis pertence exclusivamente a Deus. O Legislador Sagrado do Islão é o único poder legislativo. Ninguém terá o direito de legislar e nenhuma lei pode ser executada sem a aprovação do Legislador Divino. O corpo de leis islâmicas que existe no Alcorão e na *Sunnah* foi aceite pelos muçulmanos e reconhecido como digno de obediência. Este consentimento e aceitação facilitam a tarefa do governo e faz com que seja verdadeiramente um conceito aceite pela população¹⁹.

¹⁷ COSTA, *op. cit.*, p. 373

¹⁸ KHOMEINI, Imam, *Islamic Government*, Tehran: The institute for Compilation and Publication of Imam's Khomeini's works, 1992, p. 37

¹⁹ IDEM, *Ibidem*, p. 37

Do ponto de vista da jurisprudência islâmica xiita, o *Faqih*, é a instituição que está mais apta para a governação de uma sociedade islâmica. O Líder Supremo quando encarna o poder político ou espiritual, tem as mesmas funções que o Imam Oculto²⁰.

A Constituição da República Islâmica do Irão, consagra o *Velayat-e Faqih*, apesar de alguns analistas ocidentais considerarem o texto como populista. A lei fundamental inicia-se com a introdução de dois termos relevantes, *Enqelab* (Revolução) e *Jomhuri* (República). Tece elogios a Khomeini, glorificando-o como líder da Revolução (Rahbar), fundador da República Islâmica, Imam e figura venerada por religiosos-juristas²¹.

O *Velayat-e Faqih*, consagra assim o Líder Supremo como o principal actor político do regime político iraniano. A visão de Khomeini foi institucionalizada no momento pós-revolucionário iraniano, consagrada na constituição, criando variadas estruturas políticas, judiciais e de segurança, assim como um complexo sistema de órgãos de tomada de decisão política e de *checks and balances*, no sentido de preservar um sistema político de governo islâmico sob o controlo do Líder Supremo e da doutrina do *Velayat-e Faqih*.

Capítulo II – O Poder de decisão na República Islâmica do Irão

II.1. Os Órgãos Não-Electivos:

II.1.1 *Faqih* – O Líder Supremo

O poder de decisão e a autoridade no Irão estão em grande parte centrados no Líder Supremo, o *Faqih*. Assim o dita o *Velayat-e-Faqih* e a própria constituição iraniana. Inerente a esta instituição está aquele que a personifica. O poder de Ayatollah Khomeini, o principal ideólogo do regime, será inigualável pelos seus sucessores. No entanto, a posição do líder na hierarquia de poder do regime político iraniano, quer no

²⁰ MOMEN, *op. cit.*, p. 196

²¹ COSTA, *op. cit.*, p. 374

plano constitucional, quer no plano pragmático, permanece como o *locus* do poder da República Islâmica.

O capítulo VIII da Constituição da República Islâmica do Irão define os poderes formais do Líder Supremo. As suas funções podem ser sumariadas do seguinte modo: Comandante-chefe das Forças Armadas; Decidir sobre as políticas gerais do Irão (após consulta do Conselho de Arbitragem); Supervisionar a implementação geral das políticas acordadas; Decretar referendo; Poder para declarar a guerra e a paz e a mobilização geral das tropas; Nomear e exonerar os membros do Conselho dos Guardiões, o chefe do poder judiciário, os directores das estações de Rádio e Televisão, o chefe do pessoal das Forças Armadas, o Comandante-Chefe da Campanha da Reconstrução e o Comandante-Chefe das forças militares e de segurança; Resolver os diferendos e regular as relações no seio do Governo; Resolver através do Conselho de Arbitragem, os problemas que não podem ser solucionados pelos meios legais comuns; Assinar o decreto de nomeação do Presidente logo após a realização de eleições populares; Impugnar o Presidente por razões de interesse nacional, submetendo-o ao veredicto do Supremo Tribunal ou ao voto de confiança dos *Majlis*²².

Para além das referidas funções, o Líder Supremo também nomeia numerosos “representantes especiais” no governo e em instituições culturais e religiosas, servindo como um meio de exercer influência e controlo de forma transversal ao sistema político iraniano, e ao mesmo tempo, assegurar que as suas políticas são aplicadas através de diversas agências governamentais. Nos referidos “representantes especiais” são incluídos os directores dos departamentos culturais das embaixadas iranianas espalhadas pelo mundo, obtendo assim uma forma de poder moldar e influenciar o processo de decisão ao nível da política externa iraniana. O *Faqih* nomeia ainda, os líderes das orações de sexta-feira, disseminando assim a sua mensagem política e ideologia à população iraniana²³.

O Líder Supremo nomeia também os directores das fundações para-estatais, as *Bonyads*, que funcionam como entidades económicas independentes do Estado. Por fim, o Líder Supremo com um secretariado de grande influência dentro do regime, o Gabinete do Líder Supremo, ou *daftar-e maqam-e mo'azzam-e rahbari*, que elabora

²² BAKHASH, S., *Iranian Politics Since the Gulf War*, in SATLOFF, R. B., *The Politics of Change in the Middle East*, Boulder: Westview Press, 1993, p. 82

²³ THALER, David E. et al., *Mullahs, Guards and Bonyads – An Exploration of Iranian Leadership Dynamics*, Santa Monica: RAND, 2010, p. 25

pareceres em diversas áreas, incluindo a Defesa e Política Externa. Assim os poderes constitucionais do *Faqih*, parecem não ter paralelo no sistema político iraniano, porém será da mesma forma relevante, analisar os poderes informais do Líder Supremo²⁴.

A aplicação dos poderes formais estabelecidos na constituição e a formação de uma rede que conduz ao fortalecimento dos poderes informais do Líder Supremo, depende da legitimidade e do carisma do *Faqih*.

Ruhollah Khomeini (1902-1989), é considerado o pai da revolução iraniana. Oriundo de uma família de *Mussavi Sayyeds*, ou seja, descendentes do Profeta, a partir da linhagem que corresponde ao Sétimo Imam do Xiismo Duodecimano, Mousa Al Kazem. A formação académica e religiosa de Khomeini, revela que este procurava atingir o conceito islâmico de Homem Perfeito. Paralelamente ao estudo da lei e da jurisprudência na cidade santa de Qom, o Ayatollah estudou também duas tradições pouco convencionais no Islão, a *Erfan* e a *Hekmat*. Estas visões tiveram um grande impacto na visão que tinha de si próprio e do mundo. *Erfan*, significa em árabe gnose, ou seja, o conhecimento místico do mundo interior do homem através da procura constante da intimidade com Deus. *Hekmat*, a procura do estado transcendente, através do conhecimento directo com Deus²⁵.

Khomeini distinguiu-se do clero tradicional não só pelo seu percurso pessoal, mas também pelo conteúdo social do seu discurso e pelas suas ambições políticas. Foi o pai e o mentor da Revolução Islâmica de 1979 e do regime político implantado a partir dessa revolução. O centro do poder no Irão *post* revolucionário estava assim centrado no *Faqih*, o Jurista Supremo.

Este cargo institucional parecia estar feito à medida de Khomeini. Depois da sua morte, foi o Ayatollah Ali Khamanei que herdou o seu título, sem no entanto conseguir igualar o poder e influência do seu antecessor. Faltava a Khamanei as credenciais religiosas e o carisma de Khomeini, no entanto gozava de grande influência na Assembleia dos Peritos, órgão institucional que elege o Líder Supremo. Aliás as credenciais religiosas do actual *Faqih*, foram propositadamente melhoradas antes da sua eleição na Assembleia de Peritos. Ao contrário de Khomeini, Khamanei não é um

²⁴ IDEM, *Ibidem*, p. 26

²⁵ COSTA, *op. cit.*, pp. 274-277

Grande Ayatollah, não sendo considerado assim uma das mais altas entidades do Xiismo Duodecimano²⁶.

O Grande Ayatollah Hussein Ali-Montazeri, um dos possíveis sucessores de Khomeini e respeitado membro do clero, chegou a questionar a validade das credenciais espirituais e por consequência temporais do Líder Supremo. Montazeri alegou que Khamanei nunca completou o *resaleye amalie*, o equivalente a uma dissertação de doutoramento para estudantes religiosos Xiitas. Montazeri refere que para passar do nível intermédio, na hierarquia religiosa, para o nível superior são necessários 20 anos. Mas Khamanei passou de *hojatoleslam* a *Ayatollah* em apenas 3 meses, antes de ser apontado como líder supremo.²⁷ São no entanto os membros do Clero pertencentes à Assembleia de Peritos e ao Conselho dos Guardiões, os que apoiam e conferem a legitimidade necessária a Ali Khamanei, mantendo assim o sistema do *Velayat-e-Faqih*, e maximizando assim também a sua influência institucional dentro do regime²⁸.

O Líder Supremo, Ayatollah Ali khamanei, continua a ser o actor político mais poderoso e relevante no Irão. É um facto que não toma decisões políticas por si só, no entanto, as decisões mais importantes não são tomadas sem o seu consentimento. No entanto a mediatização e popularidade do Faqih não iguala o seu antecessor, e desde Khatami, o seu papel é também ofuscado pela mediatização do Presidente da República Islâmica do Irão. Para a maioria dos jovens, e 2/3 da população iraniana tem uma idade abaixo dos 33 anos, o Líder Supremo é considerado apenas um acessório, quando comparado com o seu antecessor, Khomeini, ou com Khatami ou Ahmadinejad²⁹.

Porém, formal ou informalmente, o Líder Supremo continua o actor chave do regime. Quando Khomeini, juntamente com outros revolucionários, criaram um novo sistema político no Irão, pretenderam preservar o país, da habitual intromissão de potências estrangeiras. Assim foi criado um sistema de “equilíbrio suspenso”³⁰, ou seja, um sistema de *checks and balances* que promove uma “barricada constitucional” em torno do *Faqih*, e que não permite que outra instituição ou facção política ultrapasse o poder político detido pelo Líder Supremo. Assim o equilíbrio existente entre todas as

²⁶ CRANE, Keith *et. al.*, *Iran's Political, Demographic, and Economic Vulnerabilities*, Santa Monica: RAND, 2008, p. 10

²⁷ JAVENDAFAR, Meir, *Filling Montazeri's Shoes In Iran*, in Council of Foreign Relations, [http://www.cfr.org/publication/21040/guardian.html], Consultado em 28 de Abril de 2010

²⁸ CRANE, *op. cit.*, p. 11

²⁹ SADJAPOUR, Karim, *Reading Khamanei: The World View of Iran's Most Powerful Leader*, Washington: Carnegie Endowment for International Peace, 2008, p. 1

³⁰ THALER, *op. cit.*, p. 37

outras instituições do regime, favorece a supremacia institucional do *Faqih*. No entanto, o papel dos Guardas da Revolução e a sua crescente influência dentro do regime, poderá estar a colocar em causa o referido sistema³¹.

Desde a morte de Khomeini, assistiu-se à emergência de múltiplos centros de poder no regime, criando assim uma vasta rede de personalidades que o detém, em diversos campos, como o económico, religioso, político ou social. No entanto, o Líder Supremo não deixou de estar no centro de uma vasta rede de poder, em que se verifica que quem está mais próximo do *Faqih* consegue um melhor posicionamento no sistema político e uma maior influência dentro do próprio regime³².

Apesar de a tónica estar num poder formal negativo, mais de bloqueio de políticas do que ter o poder de iniciativa nas mesmas, a verdade é que o Líder Supremo, mantém-se como o centro do poder do regime político iraniano, muitas vezes acentuado pelo seu poder informal e pela rede de influências criada à sua volta³³. O carisma e a legitimidade académica e religiosa do *Faqih*, poderão também acentuar ou diminuir a projecção de poder do Líder Supremo, sem no entanto, colocar em causa o seu papel enquanto *locus* de poder do regime. O *Velayat-e-Faqih* enquanto regime político, pressupõe o Líder Supremo como o actor mais relevante e influente dentro do mesmo, se o contrário acontecer, estaremos a assistir a uma mudança de regime.

II.1.2. O Conselho dos Guardiões

O Conselho dos Guardiões é um órgão institucional composto por doze juristas que avaliam as decisões tomadas nos *Majlis*, a Assembleia Nacional, em conformidade com a lei islâmica e com a Constituição Iraniana. Esta instituição poderá assim ratificar ou enviar as leis de volta aos *Majlis*, para serem alteradas. O Conselho detém também a autoridade para determinar quem tem os atributos e qualificações necessárias, para se candidatar a Presidente da Assembleia Nacional. O líder Supremo nomeia metade dos juristas do Conselho, e a outra metade é nomeada pelos *Majlis* por recomendação do

³¹ IDEM, *Ibidem*, p. 37

³² IDEM, *Ibidem*, p. 38

³³ IDEM, *Ibidem*, p. 38

Poder Judicial. O mandato dos membros do Conselho dos Guardiões é de seis anos³⁴. O actual Presidente do Conselho dos Guardiões é o Ayatollah Ahmad Jannati³⁵.

O artigo 99º da Constituição garante ao Conselho dos Guardiões, uma supervisão total das eleições para os *Majlis*, para a Assembleia de Peritos e para a Presidência. De facto, o Conselho tem o poder de moldar as eleições de tal modo, que os eleitores acabam por votar uma lista de candidatos que não sofreram o veto desta instituição, estando desta forma em sintonia com as visões do Líder Supremo e do próprio Conselho. Os potenciais candidatos são assim analisados, segundo as suas convicções islâmicas e lealdade ao regime³⁶.

Tem assim existido alguma controvérsia acerca dos poderes do Conselho dos Guardiões, especialmente no que diz respeito ao *nizarate-e estisvabi*, ou “supervisão probatória”.³⁷ Este órgão institucional poderá assim funcionar com um dos principais motores anti-democráticos no Irão. Tomando como exemplo a eleição para a Assembleia de Peritos, entre 1996 e 2006, a rejeição dos candidatos com base na “supervisão probatória” aumentou 54%.³⁸

As sucessivas tentativas de alguns reformistas em alterar o poder de veto do Conselho, não têm tido sucesso. Exemplo disso foi a recusa de 1000 candidatos (incluindo todos os candidatos do sexo feminino) nas eleições presidenciais de 2005.³⁹ Nas últimas eleições, em 2009, a oposição liderada por Mir-Houssein Moussavi, juntamente com alguns conservadores, acusou o Conselho dos Guardiões, de favorecer Mahmoud Ahmadinejad⁴⁰.

A interpretação da sua própria função dentro do regime, encaminhou o Conselho no sentido de se tornar mais um órgão de supervisão, que em nada contribui para o *institution building* do país, em desfavor do seu carácter judicial. Aliás, ao contrário do que aconteceu entre 1980 e 1988, todas decisões do conselho tinham um suporte

³⁴ CRANE, *op. cit.*, p. 11

³⁵ KATZMAN, Kenneth, *Iran: U.S. Concerns and Policy Responses*, Congressional Research Services, June 11, 2010, [<http://www.fas.org/sgp/crs/mideast/RL32048.pdf>], Consultado em 29 de Junho de 2010, p. 2

³⁶ THALER, *op. cit.*, p. 29

³⁷ IDEM, *Ibidem*, p. 30

³⁸ ARJOMAN, Saïr A., *After Khomeini: Iran Under His Successors*, Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 44

³⁹ THALER, *op. cit.*, p. 31

⁴⁰ TAIT, Robert; Tran, Mark; *Mousavi defies crackdown and accuses opponents of an 'evil conspiracy'*, in The Guardian Online, 25 June 2009, [<http://www.guardian.co.uk/world/2009/jun/25/iran-president-ahmadinejad-warns-obama>], Consultado em 29 de Abril de 2009

jurídico e uma argumentação racional, isto quando o Ayatollah Safi era secretário da referida instituição. Desde 1988 existe uma grande ausência de jurisprudência que emana desta instituição, quando comparada com outros Tribunais Constitucionais⁴¹.

A crescente preponderância e influência do Conselho no resultado das eleições reforça assim o dualismo o regime político iraniano, simultaneamente uma teocracia e uma república, embora sejam normalmente as características teocráticas do regime a prevalecer.

II.1.3. O Conselho de Arbitragem

O Conselho de Arbitragem foi fundado por Ayatollah Khomeini em Fevereiro de 1988, conferindo duas responsabilidades fundamentais a esta instituição: arbitrar os diferendos entre o Conselho dos Guardiões e a Assembleia Nacional, os *Majlis*; e aconselhar o Líder Supremo⁴².

O Conselho de Arbitragem, foi particularmente importante durante os anos de 1988/89, no final da Guerra Irão-Iraque, período onde foi necessária a aprovação de muitas “leis de emergência”, dada a necessidade de reconversão de uma economia de guerra para uma economia em tempo de paz. Com a morte de Khomeini e a notoriedade da Presidência Rafsanjani, o Conselho ficou secundarizado nos anos seguintes. Em Março de 1997, Ali Khamanei decidiu nomear Rafsanjani como líder da referida instituição, ganhando de novo notoriedade no sistema político iraniano, e contrabalançando o ímpeto reformista do recém-eleito Khatami. O então líder do Conselho de arbitragem decidiu criar comités especiais, funcionando em paralelo com o governo nas áreas como a cultura, segurança, economia e comércio, e até no plano judicial⁴³.

Os membros do Conselho de Arbitragem são apontados pelo *Faqih*, por 5 anos. Actualmente são liderados por Rafsanjani, sendo composto por 35-40 membros permanentes e temporários, que representam as variadas facções do espectro político iraniano, assim como membros do governo, e clérigos pertencentes ao Conselho dos

⁴¹ ARJOMAN, *op. cit.*, p. 44

⁴² ICG, *Iran: The Struggle for the Revolution's Soul*, ICG Middle East Report N°5, 5 August 2002, [http://www.dr.soroush.com/PDF/E-CMO20020805THE_STRUGGLE_FOR_THE_REVOLUTIONS_SOUL.pdf], Consultado em 29 de Abril de 2010, p. 7

⁴³ IDEM, *Ibidem*, p. 7

Guardiões. Os membros temporários que representam variados ministérios e alguns Majlis, são chamados apenas quando questões relacionadas com o Conselho de Jurisdição são analisadas. Após a eleição de Ahmadinejad em 2005, Ali Khamanei garantiu ao Conselho de arbitragem, supervisão sobre os 3 ramos do poder do sistema político iraniano, incluindo ao nível da política externa, presumivelmente com o objectivo de limitar Ahmadinejad neste campo.⁴⁴ O Conselho de Arbitragem parece assim reforçar o poder e a influência do Líder Supremo no plano institucional do sistema político iraniano.

II.1.4. O Conselho Supremo de Segurança Nacional

O Conselho Supremo de Segurança Nacional (CSSN), *Shura-e Amniat-e Melli*, é um órgão subsidiário do Presidente da República Islâmica do Irão. O artigo 176º da Constituição determina as suas funções que passam pela salvaguarda do interesse nacional iraniano e preservação da Revolução Islâmica. Assume neste sentido três responsabilidades fundamentais: “1) Determinar políticas de defesa e segurança nacional, dentro da estrutura geral das políticas estabelecidas pelo Líder Supremo; 2) Coordenação de actividades em áreas relacionadas com a política, *intelligence*, e as áreas cultural e económica no que diz respeito a políticas de segurança e defesa; 3) Exploração dos recursos materiais e intelectuais do país para fazer face a ameaças exteriores ou domésticas”⁴⁵.

O CSSN foi criado em 1988, com base no Conselho Supremo de Defesa Nacional, encontrando suporte jurídico para o seu enquadramento no plano institucional iraniano na revisão constitucional de 1989. Para além do Presidente, encontram-se entre os seus membros, os Ministros dos Negócios Estrangeiros, do Interior, da *Intelligence*, altas patentes dos Guardas da Revolução e das Forças Armadas Tradicionais, líderes dos ramos político e legislativo, e dois representantes pessoais do Líder Supremo⁴⁶.

⁴⁴ THALER, *op. cit.*, p. 31

⁴⁵ IRÃO, *Constitution of the Islamic Republic of Iran*, [<http://www.alaviandassociates.com/documents/constitution.pdf>], Consultado em 11 de Dezembro de 2009, p. 44

⁴⁶ THALER, *op. cit.*, p. 32

Existe fluidez nos membros do CSSN, tendo em conta que estes são chamados para oferecer o seu parecer mediante o assunto em questão. Considerando como exemplo, a área do programa nuclear iraniano, estão envolvidos no CSSN, Rafsanjani, Larijani (antigo líder das negociações relativas ao programa nuclear e antigo secretário do CSSN), actualmente Director da Organização da Energia Atómica do Irão, e Ali Akbar Velayati e Khamal Kharrazi, conselheiros especiais do Líder Supremo, no âmbito das Relações Internacionais. De acordo com Larijani, o Conselho Supremo de Segurança Nacional, ocupa actualmente 20% do seu tempo em questões relativas à nuclearização do Irão⁴⁷.

As decisões do CSSN, uma vez aprovadas pelo Líder Supremo, tornam-se decisões consensuais, estando prescritas futuras discussões sobre o mesmo tópico, e sendo automaticamente a imprensa informada sobre o fim desta discussão. Desde a Presidência Ahmadinejad, o CSSN não se limita a avisar a imprensa sobre o fim da discussão de um determinado tópico, mas estabelece linhas de orientação editoriais sobre como tratar o assunto nuclear⁴⁸.

O CSSN, assume-se assim como um importante órgão de influência no processo de decisão política dentro do regime político iraniano. O seu peso aumenta consideravelmente nas questões relativas à política externa e diplomacia. Hasan Rowhani, ex-secretário do CSSN, era o director das negociações nucleares na União Europeia, e viajava também pelo Kuwait, o Iémen, os Emirados Árabes Unidos e Arábia Saudita, estabelecendo um protocolo de cooperação contra o terrorismo e o crime organizado entre o Irão e os referidos Estados árabes. Apesar do Director do CSSN ser o Presidente, o Líder Supremo detém também um lugar neste órgão institucional sendo fundamental o seu parecer em questões de divergência política interna e entre as diversas agências de segurança do país⁴⁹.

É ainda relevante referir a existência de um órgão no campo da Política Externa, Segurança e Defesa, não mandatado constitucionalmente, criado por Ali Khamanei, e que serve não só de aconselhamento ao Líder Supremo mas também ao Presidente e

⁴⁷ IDEM, *Ibidem*, p. 32

⁴⁸ IDEM, *Ibidem*, p. 32

⁴⁹ CRANE, *op. cit.*, pp. 14-15

Governo da República Islâmica, O Conselho Estratégico para as Relações Internacionais⁵⁰.

Em ambos os órgãos institucionais, formal ou informalmente, parece ser o Líder Supremo a ter a última palavra a dizer, ou seja a influenciar o parecer dado por um dos órgãos institucionais mais influentes no âmbito da Segurança, Defesa e Política Externa. Reforçando assim mais uma vez as características teocráticas e não democráticas do regime.

II.1.5. As Forças Armadas Iranianas

As Forças Armadas são os pilares institucionais fundamentais ao nível da Segurança e Defesa, na República Islâmica do Irão. Com a Revolução Islâmica de 1979, observou-se a emergência de duas forças militares, que funcionam ora em complementaridade, ora em competição, o que originou a separação permanente entre as mesmas.

A Constituição iraniana formaliza a nível jurídico a existência de duas forças militares que estão sob o Comando do Líder Supremo. No artigo 143º são estabelecidas as competências das forças militares regulares: “As Forças Armadas da República Islâmica do Irão são responsáveis pela salvaguarda da independência e da integridade territorial do país, assim como a ordem na República Islâmica”.⁵¹ O artigo 144º aponta para a necessidade da islamização das Forças armadas e a adaptação das mesmas à ideologia do novo regime instituído: “As Forças Armadas da República Islâmica do Irão têm de ser Forças Armadas Islâmicas, i.e., comprometidas com a ideologia Islâmica e o povo, e terão de recrutar indivíduos que observem a fé nos objectivos da Revolução Islâmica e que se dediquem à concretização dos objectivos da mesma.”⁵² O carácter permanente do Corpo dos Guardas da Revolução Islâmica (IRCG) é selado pelo artigo 150º da Constituição: “O Corpo dos Guardas da Revolução Islâmica, organizado nos primeiros dias do triunfo da Revolução, será preservado para poder continuar a desempenhar o seu papel de guardião da revolução e das suas conquistas. A amplitude dos deveres deste Corpo militar, e as suas áreas de responsabilidade, em relação às

⁵⁰ THALER; *op. cit.*, p. 33

⁵¹ IRÃO, *op. cit.*, p. 38

⁵² IDEM, *Ibidem*, p. 38

responsabilidades e deveres das outras Forças Armadas, são determinados pela lei, enfatizando a cooperação entre irmãos e a harmonia entre as mesmas”⁵³.

As forças militares regulares, ou *Artesh*, não participaram na Revolução que deu origem ao derrube do Regime do Xá. Este facto originou a execução, a deserção, e reformas antecipadas do antigo corpo de oficiais⁵⁴. Aliás, devido ao enriquecimento dos oficiais militares à custa do negócio da compra de armas aos norte-americanos durante o período que decorre entre 1972 e 1978, as forças militares regulares foram alvo da “purificação” soprada pelos ventos revolucionários iranianos. O próprio sobrinho do Xá, Mohammed Khatemi, Comandante da Força Aérea enriqueceu à custa dos milhões que provinham das comissões que resultavam da compra de material bélico⁵⁵.

No dia 15 de Abril de 1979, na cidade santa de Qom, Ayatollah Khomeini discursou para os soldados iranianos, acerca da transformação das Forças Armadas desde a Revolução: “As nossas Forças Armadas de hoje, não são Forças Armadas satânicas mas Forças Armadas de Maomé. Devem ouvir os vossos superiores. Expulsar aqueles que causam a separação entre vós: a protecção do país depende da existência de ordem dentro das Forças Armadas. Nós somos os vossos apoiantes, vocês são os nossos apoiantes e a nação é a apoianta de todos”⁵⁶.

O Regime instituído por Khomeini apercebeu-se que a única via para o sucesso da Revolução, seria a incorporação dos militares na estrutura de poder do país. Assim observou-se, no período inicial da Revolução, não só a perseguição ao corpo oficial das Forças Armadas, maioritariamente Monárquico e apoianta do Xá, mas também um processo de Islamização das Forças Armadas.

Os oficiais Monárquicos eram assim substituídos por oficiais “ideologicamente puros”, tendo sido as Forças Armadas usadas como um instrumento de consolidação do

⁵³ IDEM, *Ibidem*, p. 38

⁵⁴ BYMAN, Daniel, et al. *Iran's Security Policy in the Post-Revolutionary Era*, Santa Monica: RAND, 2001, p. 32

⁵⁵ COSTA, *op. cit.*, pp. 289 - 290

⁵⁶ KHOMEINI, Ruhollah; “*Khomeyni Addresses Soldiers At Farahabad, Lashkarak Barracks*” in ROBERTS, Mark; *Khomeini's Incorporation of the Iranian Military*, National Defense University, MacNair Paper 48, Janeiro de 1996. [kms1.isn.ethz.ch/serviceengine/Files/ISN/23563/.../en/mcnair48.pdf], Consultado em 14 de Dezembro de 2009, p. 37

novo Regime. Foi nesta fase da Revolução que surgiu o IRGC, como um braço armado do Regime, concretizando assim os objectivos políticos e ideológicos da Revolução⁵⁷.

A aproximação entre o regime teocrático iraniano e as Forças Armadas solidificou-se através de uma guerra travada em nome da sobrevivência nacional, executada ainda com o armamento e a perícia militar do anterior regime, durante a Guerra Irão-Iraque que decorreu entre 1980 e 1988.⁵⁸

Depois de ficar com o seu arsenal militar consideravelmente reduzido devido aos esforços exigidos pelo referido conflito bélico, a elite política iraniana pretendeu preparar as Forças Armadas iranianas para os prováveis desafios que o país poderá enfrentar no século XXI, e.g. a re-emergência do Iraque como potência regional, uma possível aliança israelo-turca, conflitos internos nos Estados do Sul do Golfo, ou a desagregação do Afeganistão. Perante estes desafios, o Irão conta com um orçamento reduzido ao nível da defesa (cerca de \$5 mil milhões de USD por ano) comparando com as outras potências regionais⁵⁹.

Quanto à capacidade militar iraniana, no ano de 2009, as Forças Armadas contavam com 523 000 efectivos no activo (O IRGC observa nas suas fileiras cerca de 125 000 efectivos adicionais). Em 2004, o Exército foi dividido em quatro corporações, com quatro divisões armadas e seis divisões de infantaria. Ao dispor do Exército contam-se 1600 tanques de guerra, 100 produzidos a nível local, os outros tem origem britânica, norte-americana ou soviética, todos capturados aos iraquianos ou adquiridos à Coreia do Norte ou à China⁶⁰.

Ao nível balístico, o Irão mostrou na parada militar de 2007, relativa às celebrações do aniversário da Guerra Irão-Iraque, os mísseis Shabab 3 com capacidade de atingir Israel e bases militares americanas na região⁶¹.

A Marinha conta com 18000 efectivos, o seu Quartel-general localiza-se em Bandar-e Abbas, embora o material bélico disponível, maioritariamente de origem russa se encontre obsoleto. A Força Aérea conta com 30000 efectivos, equipamento de

⁵⁷ ROBERTS, Mark, *Khomeini's Incorporation of the Iranian Military*, National Defense University, MacNair Paper 48, Janeiro de 1996, [kms1.isn.ethz.ch/serviceengine/Files/ISN/23563/.../en/mcnair48.pdf], Consultado em 14 de Dezembro de 2009, p. 4

⁵⁸ IDEM, *Ibidem*, p. 4

⁵⁹ BYMAN, *op. cit.*, p. 31

⁶⁰ REUTERS, *How big is Iran's military?*, 28 September 2009, [http://uk.reuters.com/article/idUKB222848], Consultado em 29 de Janeiro de 2010

⁶¹ IDEM, *Ibidem*.

origem russa ou norte-americana, 319 aviões de combate (F14 e MIG-29), de operacionalidade reduzida⁶².

O IRGC e as Forças Armadas regulares não partilham o mesmo Exército, Marinha e Força Aérea. Os dois ramos militares competem assim por fundos, equipamentos e influência sobre o poder político. Os *Artesh*, assumem como principal missão, a defesa da República Islâmica do Irão contra potenciais ameaças externas. Os *Pasdarán* (IRGC), para além de auxiliar as Forças Armadas Regulares contra qualquer ameaça provinda do exterior, têm como principal missão, a salvaguarda da segurança interna e da sobrevivência do regime⁶³.

Os protestos pós-eleitorais de 2009 não resultaram numa revolução, em parte devido à protecção conferida ao Regime pelo IRGC e pela instituição para-militar subsidiária, os *Basij*. No entanto, a importância e influência crescente dos *Pasdarán*, gera o descontentamento e o desconforto dos oficiais das Forças Armadas regulares. Até à data, os militares tradicionais observam de forma passiva os protestos anti-regime, não existindo assim uma oposição activa e organizada dos *Artesh* contra o regime instituído em 1979.⁶⁴

Observa-se assim uma “bifurcação” das Forças Armadas, que na generalidade funcionam mais num plano de competição institucional, raramente em harmonia. Apesar da islamização dos *Artesh* durante o período inicial da Revolução, as Forças Armadas regulares preocupam-se mais em defender a Nação Iraniana contra ameaças externas, do que em defender o Regime face a ameaças externas ou internas, a missão desempenhada pelos *Pasdarán*, funcionando assim este ramo das Forças Armadas numa lógica político-ideológica, consequentemente observando assim um crescendo de influência e poder dentro do regime teocrático iraniano.

II.1.5.1. A Guarda Revolucionária Iraniana

⁶² IDEM, *Ibidem*.

⁶³ CRANE, Keith *et. al.*, *Iran's Political, Demographic, and Economic Vulnerabilities*, Santa Monica: RAND, 2001, p. 13

⁶⁴ SEIB, Gerald F., *Change Lies in Iran's Institutions*, in Wall Street Journal Online, 30 de Junho de 2009, [<http://online.wsj.com/article/SB124629706016868931.html>], Consultado em 29 de Janeiro de 2010

São duas, as denominações em Farsi relativas à Guarda Revolucionária Iraniana. *Pasdarán*, significa literalmente “Guardas”, expressão que decorre de *Vezerat-e Sepah Pasdarán-e Enqelab-e Islamic*, o Corpo dos Guardas da Revolução Islâmica (IRGC)⁶⁵.

Este ramo das forças armadas iranianas foi criado através de um decreto assinado por Ayatollah Khomeini no momento pós-revolucionário de 1978-79. O artigo 150º da Constituição da República Islâmica do Irão confirma a base legal desta instituição. Foram os próprios Guardas da Revolução a definir a interpretação da Constituição, através da sua publicação oficial, *Payam-e Enghelab*, a 19 de Março de 1981, num texto denominado de “As Obrigações dos Guardas”: “A Cooperação com o governo em matéria militar e de segurança, inclui a prossecução e prisão de movimentos armados e contra-revolucionários. (...) Desarmar pessoas não autorizadas, (...) investigação e recolha de informações. Preservação da ordem pública em manifestações e reuniões, a fim de evitar perturbações na mesma (...) e o apoio à liberdade e à justiça em busca dos movimentos dos povos oprimidos sob a supervisão do Conselho da Revolução, e com autorização do governo”⁶⁶.

A 25 de Julho de 1981, no *Payam-e Enghelab* são definidas “as duas tarefas fundamentais dos Guardas”: “Defender o princípio do governo do Jurista Supremo e o princípio da Jihad”. Portanto, conclui o artigo, “os guardas não podem ser privados de uma dimensão política ou crenças ideológicas”⁶⁷.

No dia 6 de Setembro de 1982, é passada uma lei no parlamento que confirma os estatutos dos Guardas da Revolução conforme a sua própria interpretação, diferenciando no entanto as actividades individuais das institucionais, e colocando o IRGC sobre a direcção do Líder Supremo, no sentido de concretizar a “ideologia divina” e expandir os “preceitos de Deus” através das leis da República Islâmica do Irão⁶⁸.

⁶⁵ CORDESMAN, Anthony H., *Iran's Revolutionary Guards, the Al Quds Force, and Other Intelligence and Paramilitary Forces*, Rough Working Draft, CSIS – Center for Strategic and International Studies, 2007, [http://csis.org/files/media/csis/pubs/070816_cordesman_report.pdf], Consultado em 29 de Março de 2010, p. 3

⁶⁶ IRGC, *Payam-e Enghelab*, Mar. 19, 1980, in ALFONEH, Ali, *What Do Structural Changes in the Revolutionary Guards Mean?*, Middle East Quarterly, Fall 2008, pp. 3-14

⁶⁷ IRGC, *Payam-e Enghelab*, July 25, 1981, in ALFONEH, Ali, *What Do Structural Changes in the Revolutionary Guards Mean?*, Middle East Quarterly, Fall 2008, pp. 3-14

⁶⁸ ALFONEH, Ali, *What Do Structural Changes in the Revolutionary Guards Mean?*, Middle East Quarterly, Fall 2008, pp. 3-14

Observou-se assim desde a sua criação, a contínua politização dos Guardas da Revolução. O seu papel começou por ser ideológico e político evoluindo para uma dimensão que abrange toda a sociedade e vida política iraniana. Esta instituição assume-se assim como a guardiã dos valores “puros” e originais da Revolução e grande parte dos actores políticos iranianos emergem hoje do IRGC. É o caso do actual Presidente, membros do governo, deputados, autoridades locais e regionais. Fora da esfera política, o IRGC fiscaliza a maior parte dos órgãos de comunicação social do Irão; controla os planos de formação e educação no sentido de criar lealdade ao regime nos cidadãos iranianos; e promove a sua credibilidade dentro do próprio regime *vis-à-vis* outros actores políticos e institucionais. É porém no âmbito económico, que o IRGC conseguiu uma maior expansão e diversificação, através do controle de indústrias estratégicas e serviços comerciais, que vão desde a construção de barragens e oleodutos até à cirurgia a laser e mesmo ao contrabando e empresas que actuam no mercado negro⁶⁹.

Sendo assim o IRGC não deve ser analisado apenas do ponto de vista militar, mas também como um actor doméstico de grande influência no regime político iraniano. Assim quando aqui é mencionado o IRGC, referimo-nos não só à instituição do ponto de vista formal e aos militares no activo, mas também à rede de veteranos e antigos membros que informalmente dominam a vida política iraniana.

É da mesma forma relevante a análise de duas forças paramilitares subsidiárias dos Guardas da Revolução, a Milícia Basij, ou *Niruyeh Moghavemat Basij, Baseej-e Mostazafan*, e os *Qods*, ou Forças de Jerusalém⁷⁰.

No âmbito do sectarismo do espectro político iraniano, o IRGC enquadra-se politicamente nos Neo-conservadores. Facção política que mais se identifica com a crescente influência do IRGC na vida política, sendo que alguns dos seus membros conseguiram a vitória em algumas províncias iranianas em 2003, e posteriormente elegendo o Presidente Mahmoud Ahmadinejad em 2005. O grupo político que encapsulava este facto denominava-se como *Abadgaran-e Iran-e Islami* (“Os Que Desenvolvem o Irão Islâmico”). Composto por membros do IRGC e da Milícia Basij, muitos deles marginalizados durante a o período Rafsanjani⁷¹.

⁶⁹ WEHREY, Frederic *et al.*, *The Rise of the Pasdaran - Assessing the Domestic Roles of Iran's Islamic Revolutionary Guards Corps*, Santa Monica: RAND, 2009, p. xiv

⁷⁰ CORDESMAN, *op. cit.*, pp. 8-10.

⁷¹ IDEM, *Ibidem*, p. 16

Ao nível militar, mais do que salientar os recursos ao dispor dos Guardas da Revolução, será relevante assinalar a custódia que o IRGC detém sobre potenciais armas nucleares, biológicas, radiológicas e químicas (armas QRBN). Nesse sentido a Resolução do Conselho de Segurança 1747 de 24 de Março de 2007, refere a implicação de diversos membros do IRGC em actividades nucleares e de mísseis balísticos⁷².

No âmbito da hierarquia institucional da República Islâmica do Irão, o IRGC não responde perante o Presidente, o Governo ou o Parlamento, apenas perante o Líder Supremo. Assumiu no entanto, uma crescente politização⁷³, fenómeno fundamental para compreender o processo de tomada de decisão formal ou informal no contexto do regime político iraniano.

Quando o regime ainda lutava por uma sobrevivência pós-revolucionária, o IRGC assumiu-se como a principal instituição de supressão dos movimentos separatistas, o caso dos curdos, dos turcomenos, e a confrontação com o MEK, *Mujahedin-e Khalq*, movimento político islâmico anti-Xá, que quebrou os laços com Khomeini em 1981. Hoje, o IRGC, continua a enfatizar a “Defesa Sagrada” da República Islâmica, não só contra ameaças exteriores, e.g. o Iraque, mas também, ameaças internas. A Guerra Irão-Iraque foi assim percebida pelos oficiais do IRGC e outros líderes da revolução, como uma oportunidade para institucionalizar o regime, realizando “purgas” para afastar potenciais opositores. Desta forma, o período pós-revolucionário e da Guerra Irão-Iraque serviu para o desenvolvimento do papel interno dos *Pasdaran*: em competição com outras instituições de segurança, sob a tensão entre a doutrina ideológica e as necessidades estratégicas, e através da consolidação do controlo interno das instituições através da mobilização para a defesa externa⁷⁴.

O Major General Rahim Safavi, afirmou em 2007, que o papel dos Guardas da Revolução no período pós Guerra Irão-Iraque passava por “três missões principais e duas periféricas. As missões principais passavam pela defesa, segurança e assuntos culturais; e as missões periféricas estão relacionadas com a construção do país e levar a cabo operações de ajuda e salvamento durante catástrofes naturais”⁷⁵. Esta definição do papel do IRGC não se assumiu como permanente, mas altera-se constantemente em

⁷² UNITED NATIONS, Resolution 1747 (2007), [<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N07/281/40/PDF/N0728140.pdf?OpenElement>], Consultado em 29 de Março de 2010, p. 6-7

⁷³ WEHREY, *op. cit.*, pp. xiii-xviii

⁷⁴ WEHREY, *op. cit.*, p. 24 e 25

⁷⁵ SAFAVI, Rahim, in IRNA, “Iran: Guards Commander Says Change in Guards Strategy Necessary”, FBIS/IR20070817950094, August 17, 2007

função de novas alterações estratégicas. Por exemplo, no contexto da “Guerra Cultural” com os EUA, em que os Guardas da Revolução assumiram um papel particular em doutrinar e educar a população iraniana, Safavi referiu: “o IRGC não intervém nas actividades culturais de outras organizações ou instituições governamentais. No entanto, dada a natureza do IRGC, que está interligada com actividades militares e ideológicas, a orientação da organização passa pela promoção das forças ou ideais islâmicos; e isso faz parte dos deveres conferidos ao IRGC”.⁷⁶ Este tipo de actividades tem servido aos *Pasdarán*, como um meio de promover a sua credibilidade institucional dentro do regime, alinhando assim a acção da instituição com a visão dos fundadores da República Islâmica.

A popularização do IRGC surgiu com o desenvolvimento da Força de Resistência *Basij*, ou Milícia *Basij*. Outros regimes revolucionários, optaram também por criar “exércitos do povo”, com grande fervor ideológico e um largo número de militantes. Depois de ser criado por Khomeini, os *Niruyeh Moghavemat Basij*, *Baseej-e Mostazafan*, passaram a estar sob o chapéu do IRGC, desde 1 de Janeiro de 1981. Os *Basij* assumiram-se rapidamente como uma força de reserva popular de 90 000 homens, com uma capacidade de mobilização de 1 000 000 de homens. Os seus militantes são jovens, militares que acabaram a recrutar e cidadãos mais velhos. Os *Basij* começaram por enfatizar o controlo das manifestações e missões de segurança interna. O seu sistema de comando é semelhante ao sistema militar formal e foram criados batalhões especiais para missões de segurança interna, os *Ashura*⁷⁷.

Numa reunião com membros *Basij*, o comandante Hussein Hamadani, enumerou os serviços prestados à revolução pela milícia: “Os *Basij* mantiveram a segurança na ausência de uma força policial efectiva; efectuou purgas de elementos anti-revolucionários e apoiantes do antigo regime nas instituições governamentais; criou uma rede de recolha de informação na oposição (chamada a ‘rede de informação dos 36 milhões’); reprimiu uma insurreição comunista em Amol, cidade do Norte do Cáspio e protegeu os oleodutos de actividades terroristas no Sul; a insurreição do Curdistão na cidade de Paveh, foi também reprimida pelas forças *Basij*; em Julho de 1980, no âmbito do golpe de Nojeh levado a cabo por antigos membros das forças do Xá, um militante *Basij* estava inserido no grupo dos conspiradores e informou o regime revolucionário

⁷⁶ IDEM, *Ibidem*

⁷⁷ CORDESMAN, *op. cit.*, p. 10

das actividades dos contra-revolucionários; (...) quando permitiram aos *Basij* a sua intervenção na Guerra Irão-Iraque, o Irão deixou de ter uma posição defensiva e assumiu uma posição ofensiva”⁷⁸.

As circunstâncias relacionadas com a Guerra Irão-Iraque e a agitação política pós-revolucionária, permitiram uma rápida ascensão da influência e importância dos *Basij* dentro do regime. Hoje os *Basij* estão presentes em todos os sectores da sociedade iraniana. Especialmente entre os estudantes universitários, tribos locais, operários fabris, entre outros. Existe uma forte componente ideológica nesta omnipresença. Um comandante do IRGC, referiu em 2001: “Na próxima década, o nosso problema vai ser o ataque cultural e os *Basij* terão de bloquear o seu progresso... em vez de criarmos bases militares, a nossa política hoje passa por criar sociedades culturais”⁷⁹.

No entanto, apesar da formação oferecida pelos *Basij* aos jovens universitários, tudo indica que os seus militantes são recrutados entre os jovens mais pobres e os pensionistas mais velhos. A sua militância indica carências económicas, como referiu um jovem universitário: “A única razão que me prende aos *Basij* é o dinheiro, (...) muitos dos meus amigos *Basij* estão descontentes com o governo”⁸⁰.

Parece, na actualidade, existir uma lacuna na percepção rural e urbana desta instituição subsidiária do IRGC. Na província, os *Basij* tem uma imagem positiva, relacionada com a ajuda ao desenvolvimento e durante catástrofes naturais. Nas zonas urbanas, a percepção da população é negativa, associando os *Basij* à repressão das actividades da sociedade civil, prisão de dissidentes e confrontação com os estudantes reformistas nos *campus* universitários⁸¹.

Os *Basij* e o IRGC estão também muitas vezes associados a grupos de pressão ou de vigilância, e.g. o mais conhecido, *Ansar-e Hezbollah*. Embora formalmente não seja uma organização subsidiária do IRGC, é composto por veteranos *Basij* e dos *Pasdaran*, influenciando assim a percepção da população sobre a sua legitimidade política e social⁸².

⁷⁸ HAMADANI, Hussein, in WEHREY, *op. cit.*, p. 26

⁷⁹ MOHAMMADI, Commander, *RFE/RL Iran Report*, Radio Free Europe/Radio Liberty, Vol. 4, No. 6, February 12, 2001, [<http://www.rferl.org/content/article/1342817.html>], Consultado em 29 de Março 2009

⁸⁰ INTERNATIONAL CRISIS GROUP, “What Does Ahmadi-Nejad’s Victory Mean?”, Middle East Briefing, No. 18, Tehran and Brussels, August 2005, p. 6.

⁸¹ WEHREY, *op. cit.*, p. 29

⁸² IDEM, *Ibidem*, pp. 29-30

Em 2007 ficou consumada a fusão das estruturas de comando do IRGC e dos *Basij*. A principal atenção do IRGC a partir daquele momento seria o combate dos inimigos internos, assim afirmou o comandante do IRGC, Mohammad Ali Jafari: “As novas linhas de orientação estratégicas do IRGC foram mudadas pelas directivas do Líder da Revolução (Ali Khamanei). A missão fundamental do IRGC a partir de agora é lidar com as ameaças que provêm dos inimigos internos. A prioridade número dois do IRGC é ajudar os militares em caso de ameaças exteriores”⁸³.

Ainda no âmbito da Segurança e Defesa, será relevante salientar ao nível externo a existência de uma organização paramilitar subsidiária, “As forças de Jerusalém”, ou *Al Qods*, uma organização que é utilizada hoje para apoiar “clandestinamente” actores não-estaduais, no Médio Oriente. É o caso do *Hezbollah* no Líbano, do *Hamas* e da Jihad Palestina Islâmica em Gaza, das milícias xiitas no Iraque, os xiitas no Afeganistão, e tendo também algumas ligações aos grupos extremistas sunitas como a Al-Qaeda⁸⁴.

Ao nível interno, é relevante salientar ainda o papel do IRGC ao nível da *Intelligence*, hoje em cooperação com as “Forças de Aplicação da Lei” e o Ministério da *Intelligence* e Segurança, ou VEVAK. No período inicial da revolução esta função pertencia apenas ao IRGC, hoje a cooperação com as outras instituições neste domínio, é feita de forma descoordenada e assumindo por vez uma aberta rivalidade. Hoje, a divisão de informação e segurança do IRGC, *Sazman-e Harassat*, funciona ainda em pleno, recolhendo informações sobre a oposição e separatistas, prendendo alguns activistas em prisões controladas apenas pelo IRGC, e.g. Evin⁸⁵.

A militarização da sociedade civil pelo IRGC, acontece através da doutrinação e formação de diversos sectores da população, assim o controlo dos *Media*. São vários os jornais e publicações mensais administrados pelos *Pasdaran*. Assim é cultivada a lealdade ao regime e promovida a própria instituição dos Guardas da Revolução. A formação dada aos estudantes universitários *basij* ou a formação de outras forças paramilitares faz também parte do activismo ideológico do IRGC. O “*Bureau Político*” existe dentro da estrutura do IRGC desde a sua criação, publicava panfletos ideológicos secretos de circulação interna, e desde o convite feito a dois professores da Universidade de Teerão, Ahmad Fardid e Reza Devari-Ardakani, são ensinadas no

⁸³ JAFFARI, Mohammed Ali, in WEHREY, *op. cit.*, p. 33

⁸⁴ CORDESMAN, *op. cit.*, p. 8

⁸⁵ WEHREY, *op. cit.*, p. 31

bureau lições verdadeiramente nacionalistas, anti-ocidente, anti-humanistas e anti-tecnologia. Paralelamente ao “Bureau Político”, o Gabinete do Representante do Líder Supremo no IRGC, funciona também como um canal de doutrinação, é agora responsável pelo sítio e publicação mensal, *Sobhe-e Sadegh*. Deste núcleo institucional desenvolveu-se uma rede actividades culturais, de institutos e *think tanks*, no sentido de ampliar o activismo ideológico dos *Pasdarán*⁸⁶.

Os Guardas da Revolução e os *Basij*, tornaram-se também crescentemente presentes no sistema de educação iraniano, tanto ao nível do ensino secundário, como no ensino superior, nas universidades. Hojjat ol Eslam Mohammadian, membro do Conselho Supremo para a Revolução Cultural, refere a este propósito: “Agora temos 11 000 conferencistas *Basij* nas universidades do país (...) Há cerca de 20 anos atrás, existiam apenas uma mão cheia de oradores religiosos nas universidades do país. Porém, hoje, a presença de um grande número desses oradores é um sucesso para a nossa Revolução Islâmica”.⁸⁷ Para consolidar o papel dos *Basij* no meio académico foram criadas a LBO e SOB, *Lecturer’s Basij Organization* e a *Student Basij Organization*. As duas organizações servem também como uma ponte entre o IRGC e o meio académico.

Ainda no âmbito do activismo ideológico, o IRGC criou um vasto aparato mediático, que permite não só a propagação da ideologia da República Islâmica, mas também a própria promoção institucional do IRGC. O controlo de jornais e publicações por membros de IRGC tornou-se uma constante, caso do jornal *Keyhan*; a *Sharif News Web*, uma publicação online; a IRIB, a televisão do Estado; *Farhang-e Isaar*, um *website* que promove o martírio e a auto-flagelação, e ainda a Agência de Notícias *Basij*, entre outros. Quando não é possível o controlo directo ou a cooperação dos *Media*, o IRGC opta pela censura, especialmente no caso da internet. A formação, a doutrinação e controlo dos *Media*, formam um importante pilar da ponte entre os *Pasdarán* e a população iraniana⁸⁸.

Recentemente assistiu-se também à expansão económica dos Guardas da Revolução. Os sectores são variados, desde a saúde (cirurgia a laser ao olho), à construção, fabrico de automóveis, imobiliário, entre outros. O IRGC foi se expandindo

⁸⁶ IDEM, *Ibidem*, pp. 35-38

⁸⁷ MOHAMMADIAN, H. E., in WEHREY, *op. cit.*, p. 39

⁸⁸ WEHREY, *op. cit.*, pp. 52-54

a todos os sectores do mercado iraniano, revelando assim a natureza multidimensional desta instituição dentro do regime⁸⁹.

Foi durante a Presidência Rafsanjani, nos anos 1990, quando surgiu a ideia de envolver instituições governamentais em trocas comerciais de forma a obter rendimentos independentes, que o IRGC adquiriu também a mentalidade da obtenção do lucro através da sua expansão económica. Este facto tornou-se mais acentuado durante a presidência Ahmadinejad, onde diversos contratos lucrativos sem concurso, foram atribuídos aos *Pasdaran*, especialmente no sector da extracção de gás natural e petróleo, construção de oleodutos e o desenvolvimento de infra-estruturas de grande escala⁹⁰.

A expansão económica do *IRGC* está essencialmente relacionada com a construção de uma rede social informal desenvolvida entre os veteranos e antigos oficiais dos *Pasdaran*. É assim muitas vezes originada uma economia paralela semelhante a uma rede de clientelismo, promovida muitas vezes pelas *bonyads*, fundações revolucionárias para-estatais, que constituem vastas reservas de riqueza controlada por religiosos. As *bonyads* têm uma influência profunda na economia iraniana, são beneficiárias de milhões de dólares, a maior parte proveniente da família real e outras elites que partiram para o exílio⁹¹. De facto, como afirma Mehdi Khalaji, académico iraniano, as empresas afiliadas ao IRGC, são “*bonyads* militarizadas”⁹².

As actividades industriais do IRGC iniciaram-se pouco depois da Guerra Irão-Iraque. Os *Pasdaran* assumiram o controlo de diversas fábricas confiscadas, e estabeleceram duas sedes, a *moavenat khodkafae* (sede da auto-suficiência) e a *moavenat bassazi* (sede da reconstrução) que iriam criar diversas empresas no sector importador e exportador, na área agrícola, industrial, mineira, e construção de estradas. Nos anos 90, as referidas sedes transformaram-se no *gharargah sazandegi khatam alanbia*, na sua forma abreviada *Ghorb*, geralmente conhecido como *Khatam Al-anbia*. Daqui seriam criadas numerosas empresas nos já referidos sectores, e também na área da educação e da cultura⁹³. Paralelamente às actividades no sector da construção,

⁸⁹ IDEM, *Ibidem*, p. 55

⁹⁰ IDEM, *Ibidem*, p. 56

⁹¹ MALONEY, SUZANNE, in ALIZADEH, Pavin, *The Economy of Iran – The Dilemmas of an Islamic State*, London: I.B. Tauris, 2000, p. 148

⁹² KHALAJI, Mehdi, *Iran's Revolutionary Guard Corps, Inc.*, Washington Institute for Near East Policy, *PolicyWatch*, No. 1273, August 17, 2007.

⁹³ WEHREY, *op. cit.*, pp. 59-60

presume-se que o IRGC (pela dimensão da rede de influências criada dentro do regime) participa em actividade ilícitas e no mercado negro iraniano relacionado com o tabaco, álcool ou narcóticos⁹⁴.

Analizada a influência política, económica e social dos Guardas da Revolução, será relevante salientar a instituição não como estritamente militar, mas como um actor interno de grande relevância e influência no regime iraniano. A evolução do papel dos *Pasdarán* no regime depende não só do desenvolvimento do papel do Líder Supremo e do sucessor de Ayatollah Ali Khamenei, mas também da manutenção da rede de influências políticas, económicas e sociais desenvolvidas pela instituição.

Desde o início da revolução assistiu-se a uma crescente politização, popularização e expansão económica dos *Pasdarán*, assumindo-se como uma instituição multidimensional, cultivando por vezes a legitimidade ou o ressentimento perante diversos segmentos da população. Como afirmou Mehdi Khalaji, “os Guardas da Revolução são a espinha dorsal da actual estrutura política [do Irão] e um actor fundamental na economia iraniana”.⁹⁵ O carácter desta instituição sela o excepcionalismo e a singularidade do regime político iraniano.

II.1.6. O Poder Judicial

A Constituição de 1979 estabeleceu o poder judicial como um poder independente encarregado da aplicação da lei islâmica. Outro propósito formal deste órgão institucional é a nomeação de seis membros laicos do Conselho dos Guardiões⁹⁶.

O chefe do Poder Judicial é nomeado pelo Líder Supremo, que, por sua vez nomeia o chefe do Tribunal Supremo e o Procurador-Geral. Os tribunais públicos lidam com processos civis ou criminais. Os tribunais "Revolucionários" tratam outras categorias de crimes, incluindo crimes contra a segurança nacional e tráfico de droga. As decisões proferidas nos tribunais revolucionários são definitivas e não podem ser

⁹⁴ IDEM, *Ibidem*, p. 64

⁹⁵ KHALAJI, Mehdi, in GREG, Bruno, *Iran's Revolutionary Guards*, Council on Foreign Relations [http://www.cfr.org/publication/14324/irans_revolutionary_guards.html], consultado em 29 de Março de 2010

⁹⁶ THALER, *op. cit.*, p. 31

objecto de recurso. O “Tribunal Clerical Especial” (TCE) analisa crimes alegadamente cometidos por religiosos, embora possa julgar casos que envolvam leigos. As decisões do TCE, que funciona independentemente do quadro judicial comum, e responde apenas perante o Líder Supremo, também são definitivas e não podem ser objecto de recurso⁹⁷.

O Artigo 156º da Constituição prevê um sistema judicial independente. De acordo com os artigos 157º e 158º, o mais alto cargo judicial é o Conselho Superior de Justiça, que é composto por cinco membros, que servem durante cinco anos. O Conselho Superior de Justiça é constituído por três clérigos escolhidos por juristas religiosos, pelo chefe do Tribunal Supremo de Justiça e o Procurador-Geral, sendo que ambos devem ser *Mujtahids Shia* (membros do clero, cuja erudição demonstrada na lei religiosa, concedeu-lhes o privilégio da interpretação das leis). As responsabilidades do Conselho Superior da Justiça incluem o estabelecimento dos serviços competentes do Ministério da Justiça para lidar com crimes da área civil e criminal, preparar projectos de lei relacionados com o poder judiciário e fiscalizar a nomeação dos juízes. O artigo 160º prevê também que o Ministro da Justiça deve ser escolhido entre os candidatos que tenham sido recomendados pelo Conselho Superior de Justiça. O referido artigo constitucional refere ainda que o Ministro da Justiça é o responsável por todos os tribunais de todo o país⁹⁸.

O artigo 161º prevê que o Supremo Tribunal é um tribunal de recurso que analisa as decisões dos tribunais inferiores para assegurar a sua conformidade com as leis do país e para assegurar a uniformidade da política judicial. O artigo 162º estipula que o Juiz do Supremo Tribunal deve ser um *Mujtahid* com experiência em questões judiciais. Em 1980, o Ayatollah Mohammad Beheshti foi nomeado por Khomeini como Juiz do Supremo Tribunal. Beheshti estabeleceu comités judiciais que reforçavam as leis islâmicas xiitas. Um dos códigos que resultou dos referidos comités, foi a Lei da *Qisas*, aprovada pelos *Majlis* em 1982, um ano após a morte de Beheshti numa explosão de uma bomba. A Lei de *Qisas* dita que no caso de estarmos na presença de um crime violento, as famílias podem exigir a punição suprema, a morte. Outras leis estabeleciam penalidades para várias ofensas morais, tais como o consumo de álcool, a inobservância *hijab*, o adultério, a prostituição e outras relações sexuais ilícitas. As punições previstas nessas leis incluíam flagelações públicas, amputações e morte por apedrejamento no

⁹⁷ SIAL, Omar, *A Guide to the Legal System of the Islamic Republic of Iran*, March 2006, [http://www.nyulawglobal.org/globallex/iran.htm#_The_Judiciary], Consultado em 10 de Março de 2010

⁹⁸ IDEM, *Ibidem*

caso do adultério. Assim assistiu-se no período *post* revolucionário à “teocratização” do sistema judicial do país. Existindo um insuficiente número de clérigos seniores qualificados para ocupar os cargos judiciais do país, alguns ex-juízes civis que demonstraram a sua perícia na lei islâmica, mostraram-se dispostos a receber formação religiosa e foram autorizados a manter os seus postos. Na prática, porém, a islamização do poder judicial forçou a saída de metade dos juízes do tribunal civil⁹⁹.

O Chefe do Poder Judicial, nomeado por Ali Khamanei desde Agosto de 2009, é Ayatollah Sadeq Ardeshir Larijani, irmão de Ali Larijani. Isso permite ao Líder Supremo influenciar a composição da secção leiga do Conselho dos Guardiões, reforçando assim a sua influência sobre o veto dos candidatos aos actos eleitorais. O chefe do Poder Judicial trabalha em cooperação com o Ministro da Justiça (escolhido pelo Presidente), que é responsável por todas as questões relativas à relação entre o poder judicial e os poderes executivo e legislativo. É assim de salientar a importância de dois cargos do poder judicial, um nomeado pelo Líder Supremo e outro pelo Presidente, o que poderá suscitar a sobreposição de autoridade formal dentro do sistema, e poderá consistir numa potencial fonte de fricção entre o Presidente e o *Faqih*¹⁰⁰.

II.2. Os Órgãos Electivos

II.2.1. O Presidente

A Constituição Iraniana de 1979 começou por ditar que o poder executivo estaria dividido entre o Presidente e o Primeiro-Ministro. De facto, durante 10 anos, a liderança do executivo estava a cargo do Primeiro-Ministro, que ao contrário do Presidente, não era eleito pela população iraniana. A ideia subjacente era que, através da referida divisão de poder, um presidente eleito não poderia minar a autoridade do Líder Supremo¹⁰¹.

⁹⁹ IDEM, *Ibidem*

¹⁰⁰ THALER, *op. cit.*, p. 31

¹⁰¹ RAKEL, Eva Patrícia, *Power, Islam and Political Elite in Iran – A Study on the Iranian Political Elite from Khomeini to Ahmadinejad*, Leiden: Brill, 2009, p. 36

Com a revisão da Constituição em 1989, após Rafsanjani ter tomado posse na Presidência, o Gabinete do Primeiro-Ministro foi abolido e as suas funções foram transferidas para o Presidente da República Islâmica. Foi o poder e influência de Rafsanjani que sedimentou a alteração constitucional que reforçou os poderes e o papel do Presidente. A este respeito Bakhash, académico versado no Irão, comenta que Rafsanjani soube usar o poder “para consolidar a sua posição no Irão *post-Khomeini* e para neutralizar os adversários mais radicais, afastando-os do Governo e de outras posições de prumo na sociedade iraniana, ou ao invés, nomeando-os para o exercício de cargos alegóricos e de consultores, sem usufruírem de qualquer autoridade executiva”¹⁰².

O Presidente é actualmente o Chefe de Governo, com poderes para nomear ou demitir Ministros; controlar a *Sazeman-e Barname va Buje*, a Organização de Planeamento e Orçamento; nomear o Director do Banco do Central; e Preside ao Conselho Supremo de Segurança Nacional. O Presidente só pode ser impugnado através de uma maioria de 2/3 no Parlamento. Pode também ser declarado “politicamente incompetente pelo Parlamento, e isso vai permitir ao Líder Supremo impugnar o Presidente. Formalmente, o Presidente, eleito por 4 anos, é o segundo membro mais forte da elite política. É responsável pelo campo económico e sócio-cultural, mas o poder de decisão ao nível da política externa é reduzido”¹⁰³.

Embora a autoridade do Presidente, quando comparada com a do Líder supremo, encontre limites constitucionais, as administrações Khatami (1997-2005) e Ahmadinejad (2005-presente) testaram os limites da autoridade presidencial. Khatami tentou promover uma maior abertura na vida política iraniana e na sociedade em geral. O Líder Supremo foi cauteloso com Khatami durante a sua presidência, resultado das profundas tensões entre o “poder religioso” e as aspirações reformistas de Khatami e de muitos dos seus seguidores. A tensão histórica entre o Gabinete do Líder Supremo e a Presidência aumentou significativamente durante a vigência da Administração Khatami. Esta tensão era evidente no parlamento durante as eleições dos Majlis em 2004, que observou a desclassificação de muitos candidatos reformistas pelo Conselho dos Guardiões, dominado pelos Conservadores, e cujos membros são nomeados pelo Líder Supremo. Em contrapartida, Ahmadinejad, que tem procurado influenciar o processo de

¹⁰² BAKHASH, Shaul, in COSTA, *op. cit.*, p. 559

¹⁰³ RAKEL, *op. cit.*, p. 36

tomada de decisão ao nível da política externa e nuclear do Irão, optou por uma relação mais estreita com o Líder Supremo. Khamenei favorece Ahmadinejad, conservador ao contrário de Khatami. O *Faqih* expressou o seu apoio a Ahmadinejad nas eleições presidenciais de 2005, nas eleições parlamentares de 2008, e durante a mais recente eleição presidencial. Por outro lado, os esforços reformistas de Khatami foram extremamente prejudicados pela oposição de Khamenei à agenda da presidência reformista. Da observação das diferenças entre os casos de Khatami e Ahmadinejad, salienta-se a importância dos vínculos pessoais e ideológicos na relação entre o Presidente e o Líder Supremo, resultando na capacidade ou incapacidade de um Presidente para concretizar a sua própria agenda¹⁰⁴.

Embora a autoridade constitucional do Líder Supremo ultrapasse largamente a do Presidente, as duas instituições compartilham algumas responsabilidades. Este facto resultou numa possível concorrência institucional e por vezes nalgum impasse na definição de políticas. Por exemplo, embora o Líder Supremo seja o Comandante-Chefe das Forças Armadas e ofereça orientação estratégica global no processo de tomada de decisão e formulação de políticas, o Presidente poderá conduzir a formulação e implementação de políticas específicas quer ao nível doméstico, e em casos muito específicos, no âmbito da política externa. Apesar de o Líder Supremo ser o decisor final, o Presidente poderá ter ou não a agilidade de enquadrar o problema de tal forma, que o Líder Supremo não encontrará outra opção que não seja a de apoiar a posição do Presidente.¹⁰⁵ Um bom exemplo desse facto, é a afirmação do programa nuclear iraniano enquanto um direito nacional, por Ahmadinejad. A questão é apresentada como fundamental para a soberania e independência do Irão no seu quadro geopolítico, o que torna difícil qualquer bloqueio do *Faqih* em relação à política nuclear iraniana.

O Presidente tem a autoridade para escolher o Conselho de Ministros, mas o Parlamento deve primeiro aprovar os candidatos e tem o direito de impugnar os Ministros que julga terem um desempenho insatisfatório. Por exemplo, o Parlamento rejeitou diversos Ministros do primeiro mandato de Ahmadinejad, e.g. o importante Ministro do Petróleo, um enorme embaraço para o presidente e um sinal da independência do poder legislativo. Assim existe potencial sobreposição de autoridades e conflitualidade não só entre os *Majlis* e o Presidente, mas também com o Gabinete do

¹⁰⁴ THALER, *op. cit.*, p. 26

¹⁰⁵ IDEM, *Ibidem*, p. 26

Líder Supremo que se concentra fortemente em questões de segurança e política externa, áreas em que o Presidente tem gradualmente conquistado alguma influência institucional¹⁰⁶.

Mahmoud Ahmadinejad foi o primeiro Presidente do Irão, desde a Revolução, que não era um membro do clero. Pertenceu à milícia *Basij* e aos Guardas da Revolução antes de ingressar na vida política¹⁰⁷. Este facto denota a crescente influência do IRGC no sistema político iraniano, extensível ao segundo cargo de maior importância na República Islâmica.

II.2.2. Os *Majlis* – A Assembleia Consultiva Islâmica

Os *Majlis* são eleitos pelos cidadãos iranianos, para um mandato de 4 anos, e estão sujeitos à fiscalização dos candidatos pelo Conselho dos Guardiões, à semelhança de outros órgãos institucionais electivos, e.g. o Presidente¹⁰⁸.

A Assembleia Consultiva Islâmica é composta por 290 membros e detém a autoridade constitucional para aprovar o orçamento do governo, legislar, ratificar tratados internacionais e examinar o desempenho do Presidente e os seus Ministros. Quando os *Majlis*, fazem passar uma lei controversa, onde seja questionável a sua constitucionalidade ou harmonia com os valores islâmicos, essa mesma lei fica sujeita à fiscalização por parte do Conselho dos Guardiões, e em caso de conflito com este órgão institucional, será então analisada pelo Conselho de Arbitragem¹⁰⁹.

O Presidente da Assembleia Nacional do Irão tem a responsabilidade de articular a relação entre os *Majlis* e a Presidência. O antigo Presidente dos *Majlis*, Gholam-Ali Haddad-Adel, por ser parente de Khamanei através do casamento e apoiante de Ahmadinejad, não promoveu qualquer conflitualidade institucional entre os *Majlis* e a Presidência. O actual Presidente da Assembleia Consultiva Islâmica, Larijani, tem assumido uma posição muito mais crítica da actual administração, especialmente no que

¹⁰⁶ IDEM, *Ibidem*, p. 27

¹⁰⁷ SAIKAL, Amin, *A Hard-liner, for a Change Iran's President-elect*, International Herald Tribune, June 28, 2005.

¹⁰⁸ CRANE, *op. cit.*, p. 13

¹⁰⁹ THALER, *op. cit.*, p. 27

toca à nuclearização do Irão.¹¹⁰ No entanto, a maioria dos membros do Parlamento, parecem dar maior importância e atenção aos assuntos locais e nacionais, são raras as ocasiões em que uma questão relativa à política externa iraniana ganha a atenção dos *Majlis*. Normalmente apenas 1/4 dos 290 membros da Assembleia Consultiva Islâmica tem interesse em debater e legislar sobre questões que ultrapassem a esfera local. Para além disso, o Líder Supremo tem uma última palavra a dizer, através do veto do Conselho dos Guardiões em relação aos candidatos a membros da Assembleia, assegurando assim a lealdade institucional dos *Majlis* ao *Faqih*¹¹¹.

As eleições que tiveram lugar em 14 de Março de 2008, foi o oitavo acto eleitoral relativo aos *Majlis*, realizado desde a implantação da República Islâmica em 1979. Dada a extensão da desqualificação dos candidatos reformistas, a questão fundamental nestas eleições era perceber até que ponto conseguia ser o sucesso dos Reformistas e dos Conservadores mais pragmáticos, críticos de Ahmadinejad, perante a fiscalização dos candidatos levada a cabo pelo Conselho dos Guardiões. Os resultados sugerem que, apesar da vitória conservadora, os reformistas saíram-se melhor do que o esperado, observando novas divisões dentro da corrente conservadora e aumentando assim as hipóteses de os *Majlis* virem a desempenhar um papel mais activo perante o governo de Ahmadinejad¹¹².

As eleições iranianas continuam coloridos e apaixonados exercícios de competição entre as elites políticas iranianas. Os actos eleitorais representam também importantes momentos reveladores quanto ao plano circunstancial da política iraniana. Nestas últimas eleições dos *Majlis*, o ponto central da concorrência entre as elites políticas, passou da antiga disputa entre o reformismo e o conservadorismo, para a disputa entre os conservadores pragmáticos e os idealistas. Sendo que esta configuração dos *Majlis*, só faz sentido apenas com a presidência de Ahmadinejad e as suas políticas como pano de fundo¹¹³.

¹¹⁰ IDEM, *Ibidem*, p. 27

¹¹¹ IDEM, *Ibidem*, p. 28

¹¹² FARHI, Farideh, *Iran's 2008 Majlis Elections: The Game of Elite Competition*, in Middle East Brief – Breis University, Nº 29, May 2008, [<http://www.brandeis.edu/crown/publications/meb/MEB29.pdf>], Consultado em 5 de Maio de 2010, p.1

¹¹³ IDEM, *Ibidem*, p. 6

II.2.3. A Assembleia de Peritos

A Assembleia de Peritos é um órgão institucional composto por 86 clérigos, todos previamente fiscalizados pelo Conselho dos Guardiões, eleitos por voto popular para mandatos de oito anos. O artigo 107º da Constituição iraniana prevê que a Assembleia de Peritos tem a responsabilidade de escolher o Líder Supremo, e também de impugnar o mesmo, embora isso nunca tenha acontecido.¹¹⁴

A Assembleia de Peritos actua como um órgão representativo, com o objectivo de democratizar o papel do Líder Supremo, a figura com mais poder no regime político iraniano. Por conseguinte a Assembleia de Peritos é muitas vezes identificada como uma fonte de legitimidade, através da eleição indirecta do *Faqih*. No entanto o facto de o Conselho dos Guardiões, órgão de grande influência do Líder Supremo, supervisionar e fiscalizar a legitimidade dos candidatos da Assembleia de peritos, anula a democraticidade que se tentou imprimir à instituição do Jurista Supremo, através da criação de um órgão institucional com as características da Assembleia de Peritos¹¹⁵.

O actual Presidente da Assembleia de Peritos é Ali Rafsanjani, veterano da política iraniana e um dos homens mais influentes do regime. Pela natureza das suas funções dos membros da referida instituição, exige-se que todos sejam peritos na *fiqh*, ou jurisprudência islâmica. Assim como seria expectável, a maioria dos membros da Assembleia de Peritos são religiosos e socialmente conservadores. As reuniões da Assembleia não obedece a uma calendarização rigorosa e as suas deliberações são tomadas à porta fechada, com algum secretismo. Sendo assim, esta instituição nunca publicou qualquer relatório ou documento público. Os seus membros reúnem-se normalmente em Teerão, pelo menos uma vez por ano, durante dois dias. Normalmente são convocadas reuniões consultivas em situações de crise. A Assembleia de Peritos é considerada um pilar formal da ordem política iraniana, pelo seu poder de impugnação do Líder Supremo, se este não executar as suas obrigações de forma satisfatória ou não

¹¹⁴ IRÃO, *op. cit.*, p. 29

¹¹⁵ ABDOH, Ehsan *et. al.*, *Understanding Iran's Assembly of Experts*, Policy Brief 1, November 2006, Centre for Iranian Studies, Durham University, [<http://www.dur.ac.uk/resources/iranian.studies/Policy%20Brief%201.pdf>], Consultado em 28 de Maio 2010, p. 5

satisfazer os critérios constitucionais para a sua eleição. No entanto, como foi referido, este poder não passa de um exercício teórico, pois não foi ainda utilizado¹¹⁶.

Em Shiraz, o Ayatollah Seyyed Mohammad Ali Datsgheib, possível sucessor de Montazeri na oposição a Khamanei, foi especialmente crítico da Assembleia de Peritos (do qual ele é membro), por esta instituição ter permanecido em silêncio durante a crise pós-eleitoral, questionando ainda a validade do Gabinete do Líder Supremo e do próprio. Isso levou a que um pequeno número de membros do clero chegados a Khamanei, fizesse circular uma petição solicitando a expulsão de Datsgheib da Assembleia de Peritos.¹¹⁷

Apesar da sua importância formal, a Assembleia de Peritos, não é um actor tradicionalmente activo no regime político iraniano.¹¹⁸ Ao apontar Khamanei como Líder Supremo, funcionou mais como uma instituição que zelou pelas intenções de Ayatollah Khomeini acerca do seu sucessor, do que uma instituição independente e influente no processo de tomada de decisão.

Capítulo III – A disputa pelo poder entre as elites políticas iranianas

III.1. A Rivalidade entre as Facções Políticas Iranianas desde 1979

Ainda que as decisões políticas e religiosas do Irão estejam firmemente sob o controlo do Líder Supremo, o panorama político e religioso do país não é de alguma maneira uniforme. É composto por muitas facções que representam a diversidade presente na sociedade iraniana e diversas perspectivas ideológicas. As facções políticas iranianas podem ser divididas em três categorias gerais: Conservadora, Reformista e Esquerda Radical, e os Pragmatistas¹¹⁹.

¹¹⁶ THALER, *op. cit.*, p. 28

¹¹⁷ SHAFARAEI, Masoud, *Iran Faces Down Its Grand Ayatollahs*, World Politics Review, 12 Jan 2010, [<http://www.worldpoliticsreview.com/articles/4928/iran-faces-down-its-grand-ayatollahs>], Consultado em 10 de Fevereiro de 2010

¹¹⁸ THALER, *op. cit.*, p. 29

¹¹⁹ CRANE, *op. cit.*, p. 19

Os diferentes conceitos e ideias acerca de aspectos económicos, sócio-culturais e até relacionados com a política externa iraniana, resultam num plano de rivalidade entre as referidas facções políticas pelo poder. Esta rivalidade pelo poder desenvolveu-se de maneira diferente dependendo do plano político circunstancial de um determinado momento. Assim podem ser distinguidas quatro fases: 1) de 1979 até 1989, 2) de 1989 até 1997, 3) de 1997 até 2005, 4) de 2005 até a actualidade. Cada fase coincide com a emergência e o declínio de diversas facções em relação ao poder, coincide também com mudanças na composição da elite política e daqueles que controlam importantes cargos nas instituições do regime político iraniano. E relacionado com estes dois aspectos as mudanças na formulação de políticas no que diz respeito a assuntos económicos, sócio-culturais e também no campo da política externa¹²⁰.

Durante a primeira fase, a luta pelo poder foi levada a cabo pelas duas facções com mais simpatizantes à época, os Conservadores e a Esquerda Islâmica. Durante os anos oitenta emergiu da ala Conservadora, uma nova facção, os Pragmatistas. Os anos noventa fabricaram uma nova fase na luta pelo poder entre as diversas facções, com a emergência dos Reformistas, provenientes na sua maioria da Esquerda Islâmica, deixando esta última de existir no espectro político iraniano. Em 2005, surgiu uma divisão entre os Conservadores, surgindo assim os Neo-conservadores, que subiram ao poder com Mahmoud Ahmadinejad¹²¹.

No centro da esfera dos poderes informais da República Islâmica do Irão estão as facções políticas iranianas, que são transversais às instituições do Estado e outras instituições subsidiárias, desde o chefe e membros do Governo ou instituições estatais, a associações políticas e religiosas, fundações, organizações paramilitares, e aqueles indivíduos que directa ou indirectamente participam no processo de tomada de decisão política no Irão ou têm um discurso de alguma maneira ideológico. Apesar das três facções políticas serem, sem excepção, pró República Islâmica, diferem nas suas posições acerca do tipo de políticas que se devem aplicar perante um determinado problema. No entanto é importante referir que embora se considere que as suas divergências acerca de assuntos socioculturais, económicos ou política externa resultem de diferenças ideológicas, a verdade é que as mesmas são consequência dos interesses materiais, defesa e poder das próprias facções. Especialmente no caso da facção

¹²⁰ RAKEL, *op. cit.*, pp. 48-49

¹²¹ IDEM, *Ibidem*, p. 49

Conservadora, que receia perder o controlo das instituições económicas e das organizações de segurança. O poder económico das diferentes facções resulta das suas variadas fontes financeiras. Enquanto os Pragmatistas e os Reformistas dependem de fontes económicas oficiais ou do Estado, no caso dos Conservadores, recebem a maioria das suas receitas através de fontes religiosas e fundações, fora do âmbito das receitas que provêm de instrumentos fiscais do Estado. Assim a facção Conservadora tem os instrumentos políticos e financeiros para manter uma posição dominante na vida política e económica do país¹²².

No que diz respeito aos quatro períodos de análise da luta pelo poder entre as diversas facções políticas iranianas, observamos que de 1979 até 1989, a rivalidade existia fundamentalmente entre os Conservadores e a Esquerda Islâmica. Logo a seguir à revolução, o Ayatollah Khomeini eliminou as forças seculares e islâmicas liberais do poder. A Esquerda islâmica tornou-se dominante e seguiu uma política baseada no estatocentrismo, uma política económica igualitária e na exportação da Revolução Islâmica¹²³.

De 1989 até 1998, a rivalidade pelo poder foi discutida entre a facção conservadora, a Esquerda Islâmica e os Pragmatistas. Estes últimos surgiram de uma divisão entre os Conservadores. Durante a presidência de Hashemi Rafsanjani, a facção relativa à Esquerda Radical desapareceu gradualmente do poder. No período logo a seguir a morte de Khomeini, o novo Líder Supremo Ali Khamanei não tinha o mesmo carisma que o seu antecessor, assim o Presidente Rafsanjani lançou novas linhas de orientação e princípios na República Islâmica do Irão, seguindo-se um período de liberalização económica e social. A facção Conservadora deu as boas-vindas à liberalização económica, especialmente através dos *bazaaris*, mas opôs-se à atitude liberal de Rafsanjani no que diz respeito a assuntos socioculturais, e a uma visão pragmática da política externa. Quanto à Esquerda Islâmica, apoiava a visão sociocultural de Rafsanjani, mas não a sua visão quanto à política externa e assuntos económicos¹²⁴.

Entre 1997 e 2005, a rivalidade pelo poder acontecia entre a facção Conservadora, a facção Pragmatista e a facção Reformista. Esta última emergiu da

¹²² IDEM, *Ibidem*, p. 65

¹²³ IDEM, *Ibidem*, p. 65

¹²⁴ IDEM, *Ibidem*, pp. 65-66

Esquerda Islâmica, que deixou de existir a partir desse momento. Foi através da eleição do Presidente Mohammad Khatami que a facção Reformista se tornou institucionalizada. Entre os planos do Presidente Khatami estava a garantia da existência de um Estado de Direito e uma estratégia no sentido de retirar a República Islâmica da crise económica. Durante a sua presidência, assuntos como a democracia ou a sociedade civil foram debatidos e o sistema político da República Islâmica do Irão, baseado no princípio do *Velayat-e Faqih*, foi questionado por intelectuais religiosos e leigos. No entanto as promessas eleitorais de Khatami não conseguiram ser cumpridas e perdeu o apoio da população iraniana. A facção Conservadora receou perder o seu poder dentro do regime e apoiou Mahmoud Ahmadinejad nas eleições presidenciais de 2005.¹²⁵

Desde 2005, a rivalidade pelo poder político na República Islâmica foi disputada entre a facção Conservadora e uma ramificação da mesma, os Neo-Conservadores (aos quais pertence Mahmoud Ahmadinejad), a facção pragmatista e a facção reformista. A eleição de Ahmadinejad trouxe para o poder, um ramo militar marginalizado da facção conservadora, os Neo-conservadores, a maioria dos quais com um *background* militar ou da área de segurança, sendo que na sua maioria procuram legitimidade e inspiração, não nas ideias de Ayatollah Khomeini, mas no próprio 12º Imam. O Presidente Ahmadinejad criticou a crescente burocratização do Estado e prometeu diminuir o fosso entre os ricos e os pobres na sociedade iraniana. Ahmadinejad foi ao ponto de criticar os anteriores Presidentes Rafsanjani e Khatami, também membros do clero, de terem falhado em estabelecer um verdadeiro Estado Islâmico. Um dos seus maiores críticos é Rafsanjani, tradicionalmente um aliado dos Neo-conservadores. Assim não é claro que se irá assistir a um fortalecimento ou enfraquecimento dos Neo-conservadores. A eleição de Hashemi Rafsanjani como presidente da Assembleia de Peritos, a demissão de Ali Larijani do cargo de secretário do Conselho Supremo de Segurança Nacional, a nomeação de Mohammad Ali Jafari como comandante do IRGC pelo Líder Supremo, resulta, no entanto, na tendência para o enfraquecimento dos neo-conservadores no futuro¹²⁶.

Desde a Revolução Islâmica, o poder político, o poder sobre as Forças Armadas e o poder sobre o sistema económico, têm estado fundamentalmente nas mãos da facção conservadora da elite política iraniana. Desse facto resulta que essa mesma facção tenha

¹²⁵ IDEM, *Ibidem*, p. 66

¹²⁶ IDEM, *Ibidem*, pp. 66-67

sido até hoje a força matriz por detrás do processo de decisão política relativa às áreas económica, sociocultural e política externa.

III.2. Os Conservadores

A facção Conservadora, formou-se em torno de personalidades como Ali Khamenei e Mohammad Reza Mahdavi Kani. Esta entidade política defende um governo islâmico patriarcal e altamente hierarquizado, a consolidação dos benefícios da revolução, a preservação de um estilo de vida tradicional, a promoção da auto-suficiência do país e da pureza cultural. Entre seus apoiantes, está a população rural e os membros IRGC (embora muitos dos seus membros apoiem desde 2005, os neo-conservadores), e muitas figuras religiosas¹²⁷.

A figura que domina o bloco Conservador depois da morte de Khomeini, é o Líder Supremo, Ayatollah Ali Khamanei. Tendo em conta as deficiências na formação académica e religiosa de Khamanei, este passou o início do seu mandato em busca da aprovação dos clérigos reaccionários. Khamanei conseguiu também gerar uma mútua dependência entre os oligarcas religiosos e o seu gabinete. O temperamento de Khamanei é naturalmente conservador, desconfortável com soluções radicais e cruzadas auto-destrutivas. Ao longo dos anos, o Líder Supremo tem se tornado mais conservador e até reaccionário, acreditando que a missão da República Islâmica passa pela preservação das normas islâmicas e pela resistência perante tentativas de alteração de regime por parte da população¹²⁸.

Nas últimas décadas, Khamanei juntamente com os militantes conservadores, asseguraram a sua hegemonia política através do domínio dos órgãos não-electivos do regime. Através do controlo do Gabinete do Líder Supremo, do Conselho dos Guardiães, e do poder judicial, puderam contrabalançar a seu favor o poder atribuído aos órgãos electivos. Os Conservadores mais radicais aproveitaram-se das manipulações constitucionais de Khomeini, que garantiram as instituições religiosas do Estado, servissem como “*watchdogs*” que impedem possíveis aspirações revolucionárias da população. Para além das instituições formais do Estado, os Conservadores mais

¹²⁷ GREEN, Jerrold *et. al.*, *Understanding Iran*, Santa Monica: RAND, 2009, p. 26

¹²⁸ TAKEYH, Ray, *Hidden Iran – Paradox and Power in the Islamic Republic*, New York: Holt Paperback, 2006, p. 34

radicais, denominados também como Neo-conservadores, dominam os instrumentos coercivos da República Islâmica, nomeadamente os Guardas da Revolução, que durante os anos 1990 lutaram pela repressão do movimento reformador que pretendia expandir os direitos políticos e de cidadania dos iranianos. Nos anos mais recentes, verificou-se que a militância conservadora, quando analisada demograficamente, está a mudar. Uma nova geração de políticos está a assumir uma posição de liderança dentro da facção conservadora. O Presidente Ahmadinejad e os membros do Parlamento organizaram-se num novo grupo político, *Abadgaran*, e representam o futuro da facção conservadora, o Neo-conservadorismo. Os militantes mais novos foram influenciados não só pela Revolução, mas também pela prolongada Guerra Irão-Iraque, que os levou a suspeitar da comunidade e dos tratados internacionais. Os Neo-conservadores são também especialmente críticos da não aplicação das normas islâmicas e da crescente corrupção que se desenvolveu no Irão. Assim, a nova geração de Conservadores, parece bastante mais dogmática que os seus antecessores que criaram a Revolução Islâmica¹²⁹.

Os Conservadores iranianos, novos ou mais velhos, estão imbuídos de uma ideologia que vê o propósito fundamental do Estado na realização da vontade de Deus na terra. Sendo assim, apoiam a visão que o poder deve estar nas mãos de religiosos ou leigos devotos. Vêm-se a si próprios como a classe vanguardista que zela pela lealdade à visão revolucionária de Khomeini e melhor compreende a complexidade da jurisprudência islâmica, e por isso a sua autoridade não deve ser ameaçada pela população ou os órgãos representativos. Dada as referidas inclinações ideológicas, os Neo-conservadores, estão longe de ser adeptos dos preceitos democráticos. O conselheiro espiritual de Ahmadinejad, Muhammad Mesbah Yazdi, refere a este propósito: “Os preceitos de Deus não acreditam no pluralismo. Acreditam que apenas uma ideia é a correcta”.¹³⁰ Seguros da veracidade das suas posições ideológicas, os Neo-conservadores observaram uma crescente perda de popularidade e descontentamento acerca do governo teocrático do Irão. Acresce a isto a incompreensão dos jovens por parte desta facção. A segregação dos sexos, a aplicação de códigos relacionados com a roupa das mulheres, o controlo dos *media* e da indústria cinematográfica, continuam a ser os métodos de combate à “decadência cultural”. Hoje os Neo-conservadores questionam-se sobre a razão pela qual os jovens não passam o seu tempo livre a ler tratados teológicos. De certo modo, podemos afirmar que os jovens

¹²⁹ IDEM, *Ibidem*, pp. 34-45

¹³⁰ YAZDI, Muhammad, in TAKEYH, *op. cit.*, p. 36

poderão constituir um dos pontos fracos quanto ao domínio desta facção na sociedade iraniana¹³¹.

A perspectiva económica dos Conservadores é de certa forma proteccionista e estatocêntrica. Pretende por um lado satisfazer os pequenos comerciantes e por outro lado diminuir o fosso entre os ricos e os pobres. No entanto, por vezes os clérigos conservadores aliam os seus princípios aos do livre comércio, e.g. quando foi declarada a santidade da propriedade privada e alguns pareceres islâmicos favoráveis à liberalização do comércio e das empresas. No entanto, os Neo-conservadores não têm promovido uma economia moderna, acompanhada de uma burocracia racional, instituições administrativas coesas e um sistema bancário viável, ao contrário, têm apoiado o crescente domínio dos Guardas da Revolução neste domínio. Muitas vezes a existência de uma rede informal ao nível económico favorece a existência de acordos opacos neste domínio. A interdependência entre os Conservadores e as *bonyads*, as já referidas fundações para-estatais que hoje são verdadeiras *holdings* e dominam indústrias e diversos sectores chave da economia, não promove as reformas no âmbito económico-financeiro. No entanto, outras noções como justiça económica e igualdade ecoam na mente dos Neo-conservadores, e foram uma das bandeiras de campanha de Ahmadinejad em 2005¹³².

A inflexibilidade dos Neo-conservadores, a elite conservadora no poder actualmente contrasta com a dinâmica de mudança presente na sociedade iraniana. Desde a morte de Khomeini e depois de uma Guerra prolongada com o Iraque, e de todas as lutas travadas pela implantação de um novo regime, os cidadãos iranianos percebem-se a si próprios como cidadãos activos na sociedade, e não como meros actores obedientes do *diktak* religioso. Tendo em conta que 70% da população tem menos do que 30 anos de idade e que os Neo-conservadores gozam de fraca popularidade entre os jovens, este poderá ser um indício da necessidade de maior abertura em futuros actos eleitorais. Ou poderão vir a perder o domínio das estruturas de poder electivas no Irão.

¹³¹ TAKEYH, *op. cit.*, p. 36

¹³² IDEM, *Ibidem*, pp. 38-39

III.3. Os Reformistas

A facção Reformista começou a ser formada em 1987, impulsionado por Mehdi Karrubi e Mohammad Khatami. Esta entidade política defende um sistema político islâmico pluralista e democrático. Algumas das suas principais figuras, a mais importante, o antigo Presidente Khatami, defendiam a promoção da sociedade civil, a diminuição do controlo político e social, a abertura económica, uma *renaissance* cultural, e uma maior interacção com o mundo exterior. Os membros deste grupo foram inspirados por pensadores como Ali Shariati e, mais tarde, Abdul Karim Soroush, que sintetizou os conceitos e valores morais islâmicos com a filosofia iluminista da política contemporânea, argumentando que não existia uma tensão inerente entre a democracia e a sociedade islâmica. Porém alguns dos líderes que tendem a ser mais realistas que idealistas, enfatizam a importância de manter um equilíbrio de poder na política interna¹³³.

Khatami, o líder da facção Reformista, formou-se em pensamento político ocidental contemporâneo, no entanto apesar de defender muitos valores caros ao ocidente, era também o primeiro a contestar o seu excessivo materialismo e insensibilidade às necessidades espirituais do Homem. Assim Khatami, pode ser visto como o descendente de um linhagem de reformistas islâmicos, que pretendem revitalizar a sociedade sem deixar de confiar nos preceitos e tradições islâmicos. Assim Khatami nunca deixou de ser um homem do sistema mais perto do conformismo do que da confrontação, ao contrário de Mir-Hossein Moussavi, também um veterano da política iraniana, que originou a “onda verde” nas eleições presidenciais de 2009. Apesar de Moussavi, se assumir como um candidato independente, a facção política que consistia a sua base de apoio era a Reformista¹³⁴.

O movimento reformista não é sumariado apenas pelos seus líderes. Este consiste numa coligação entre intelectuais dissidentes, religiosos moderados, profissionais da classe média e estudantes pressionados pela elite no poder. Muitos dos militantes reformistas sentiram-se desconfortáveis com a estratégia de Khatami, assim é necessário olhar para além do antigo Presidente, para compreender a complexidade do

¹³³ GREEN, *op. cit.*, p. 26

¹³⁴ SECOR, Laura, *Protest Vote*, in *The New Yorker*, June 29, 2009, [http://www.newyorker.com/talk/comment/2009/06/29/090629taco_talk_secor], Consultado em 15 de Junho de 2010

movimento reformista. Assim no início dos anos 1990, um grupo eclético de políticos, religiosos e intelectuais, iniciou uma reexaminação do papel da participação pública na governação islâmica. Muitos dos antigos e leais soldados e apoiantes da revolução sentiam-se descontentes com a crescente marginalização da vida política. Entre esses veteranos estão Abdollah Nuri, Sa'eed Hajaria e Abdulvand Musavi-Lari, que estabeleceram círculos académicos e jornalísticos que permitiram que o movimento reformista se desenvolvesse. Portanto, o movimento reformista, defendia que no sentido de compatibilizar os princípios islâmicos com os princípios democráticos, era necessário que a interpretação das escrituras não fosse estática e imutável, mas devia se adaptar às condições humanas. Esta reconceptualização do Islão foi corajosamente defendida pelo Professor da Universidade de Teerão, Abdol Karim Souroush, outro importante impulsionador da facção Reformista. Porém o movimento não foi sustentado apenas por activistas políticos ou académicos, alguns religiosos também se juntaram ao mesmo. É o caso de Hojjat-ol-Islam Mohsen Kadivar, que a partir da teologia Xiita, apoiou a visão de Khomeini e dos reformistas. Um dos seus principais argumentos dizia que dada a ocultação do 12º Imam no ano 976, até ao seu retorno qualquer tipo de governo teocrático estaria fora de questão. Mais tarde o Grand Ayatollah Montazeri, um dos mais respeitados membros do clero, e apontado como possível sucessor de Khomeini, juntou-se ao movimento reformista, justificando a ligação entre o Islão e os princípios democráticos. A par destas considerações é importante referir que assim como as outras facções políticas, os reformistas eram leais ao regime e às suas instituições, incluindo o *Faqih*. A diferença está na interpretação de como essas instituições devem ser escrutinadas¹³⁵.

O momento auge da facção reformista foi a eleição de Khatami nas presidenciais de 1997, a vitória nas eleições municipais em 1998 e para o parlamento em 2000. Apesar da euforia da “Primavera de Teerão”, o movimento reformista permaneceu como uma esfera fechada de intelectuais, sem contacto directo com algumas comunidades enfraquecidas, como os sindicatos, as organizações de comércio e o sector relativo à modernização das empresas. O movimento entrou numa fase de estagnação, e grande parte da população começou a contestar a ineficácia da estratégia reformista no governo. Enquanto isso, os Neo-conservadores desenhavam uma estratégia bem delineada para chegar ao poder e conseguir a hegemonia neste domínio, enquanto os

¹³⁵ TAKEYH, *op. cit.*, pp. 46-48

Reformistas concentravam-se na retórica e no debate de ideias.¹³⁶ O 11 de Setembro de 2001 e a estratégia de democratização do Médio Oriente da administração Bush, acelerou o caminho dos Neo-conservadores para o poder na República Islâmica, juntamente com as repetidas advertências do Líder Supremo Khamanei aos Reformistas, e finalmente com a crescente influência dos Guardas da Revolução no plano doméstico iraniano.¹³⁷ Os Neo-Conservadores substituíram os reformistas no poder com a eleição de Ahmadinejad em 2005, impulsionados pela inclusão do Irão no “Eixo do Mal” da Administração Bush, e com os argumentos populistas que essa nomeação lhes conferia. A ameaça americana foi de certo modo, um meio de fazer esquecer os problemas internos do país, e levar os neo-conservadores ao plano de hegemonia política no Irão¹³⁸.

III.4. Os Pragmatistas

A terceira facção, que se cristalizou em torno de Rafsanjani, situa-se geralmente entre as duas outras facções, representando assim o centro. Organizou-se a partir de dois grupos políticos, o Partido dos Executivos da Construção (Hezbe Kargozaran Sazandegi), que apoia a abordagem reformista em relação à cultura, e o Partido da Justiça e do Desenvolvimento (Hezbe E'tedal va Tose'eh), que está mais próximo dos conservadores nas questões culturais. Esta facção, no seu todo, foi inspirada pelo trabalho intelectual de alguns académicos e economistas que acreditavam na modernização económica a partir de cima (o chamado "modelo chinês"). Defende uma maior cooperação técnica e financeira com o Ocidente, incluindo os Estados Unidos, mas direcciona pouco a sua atenção para a democratização política. A posição dos Pragmatistas sobre o mesmo assunto ou problema, muda frequentemente, levando a acusações de oportunismo dos seus rivais, especialmente entre os Conservadores, que se descrevem literalmente como os "principalistas", aqueles que se mantiveram firmes aos ideais da revolução. Os pragmáticos têm tradicionalmente apoiantes da classe que se

¹³⁶ IDEM, *Ibidem*, p. 52

¹³⁷ IDEM, *Ibidem*, p. 52

¹³⁸ IDEM, *Ibidem*, pp. 50-54

dedica ao comércio (os *bazaari*), dos estudantes, das classes médias urbanas, e dos tecnocratas¹³⁹.

Akbar Hashemi Rafsanjani, o líder dos Pragmatistas e antigo discípulo de Khomeini, assumiu a presidência do Irão durante dois mandatos, desde 1989. As suas políticas eram perfumadas por um realismo político que levou a seguir tomar decisões no âmbito económico e cultural fora da ortodoxia estabelecida e dos preceitos islâmicos. Para Rafsanjani, a legitimidade do regime e do governo islâmico dependiam da performance económica do país. Assim a sua atenção foi direccionada para o *institution building*, apoiado por uma burocratização competente do Estado, auxiliares na aplicação da visão pragmatista e das suas reformas. Usando a China como modelo, os Pragmatistas esperavam conceber uma nova ordem política, que fosse economicamente eficiente, culturalmente tolerante e politicamente autocrática. Para Rafsanjani, isto só era possível substituindo os conservadores por reformistas tecnocratas, nos Ministérios chave para efectivar as reformas políticas idealizadas. Os Pragmatistas pretendiam também transcender o populismo das políticas de Khomeini, enfatizando a iniciativa priva e atraindo investimento estrangeiro, o que significava pedir empréstimos ao Banco Mundial e concordar com a propriedade parcial de indústrias doméstica por entidades estrangeiras. Assim com os Pragmatistas no governo, a República Islâmica deixou de desejar a mudança das normas internacionais e procurou participar na economia global¹⁴⁰.

Embora a prioridade dos Pragmatistas fosse a economia, secundarizando a questão do pluralismo e da representação política, os Pragmatistas não deixaram de fazer oposição ao autoritarismo da facção conservadora. A consolidação das instituições republicanas é para os Pragmatistas uma maneira de satisfazer as aspirações políticas da população. Na sua visão, o papel do Líder Supremo dentro do regime, deveria servir também para ajudar a resolver questões como o crescimento demográfico ou a degeneração das instituições do regime. Quanto aos assuntos culturais, os Pragmatistas evitavam a imposição coerciva dos preceitos islâmicos nos jovens iranianos. A sua atenção estava virada para a liberalização da sociedade mas sem criar grandes tensões na sociedade¹⁴¹.

¹³⁹ GREEN, *op. cit.*, pp. 26-27

¹⁴⁰ TAKEYH, *op. cit.*, pp. 40-41

¹⁴¹ IDEM, *Ibidem*, pp. 41-42

Apesar das iniciativas reformistas da Presidência Rafsanjani, os Pragmatistas ficaram reféns do poder das bases conservadores e da sua influência ideológica na sociedade iraniana. Apesar das importantes medidas económicas de Rafsanjani, este enfrentou uma rebelião por parte da oposição que criticava o enfraquecimento das imposições culturais. O Líder Supremo, Ali Khamanei, chegou a referir: “Alguns menosprezam as virtudes da religião, mas se gastarmos milhões em projectos de desenvolvimento e ignorarmos as questões morais, todas as conquistas não terão significado”¹⁴². Com o apoio do *Faqih*, os Conservadores conseguiram através do seu poder institucional e informal contrariar as medidas pragmatistas. Não seria assim, a primeira vez, que no plano político interno se observava uma contradição fundamental entre duas facções, uma que professava o idealismo, a Conservadora, e outra que dava maior ênfase ao interesse nacional, a Pragmatista¹⁴³.

A presidência Rafsanjani não conseguiu cumprir os seus objectivos, apesar do sucesso de algumas das suas medidas. A sua inabilidade proveio da incapacidade ou recusa em desafiar os centros de poder conservadores. No entanto, a ênfase dada por Rafsanjani e os Pragmatistas à performance económica e liberalização da cultura alterou a natureza da relação entre a sociedade civil e o Estado. As suas reformas serviram como uma ignição do movimento reformista de Khatami, que tentou sem sucesso, alterar a topografia política do Irão, que observa ainda hoje a hegemonia da facção Conservadora, através do neo-conservadorismo de Ahmadinejad.

¹⁴² KHAMANEI, Ali, in TAKEYH, *op. cit.*, p. 41

¹⁴³ TAKEYH, *op. cit.*, p. 43

PARTE II – A Definição da Política Externa Iraniana

Na Parte II desta dissertação pretende-se analisar a política externa iraniana na sua dimensão teórica e empírica. O debate sobre como pode ser explicada a política externa da República Islâmica e sobre a previsibilidade do comportamento do país ao nível internacional, foi iniciado nos anos 1950 e aprofundado consideravelmente depois dos primeiros dias da Revolução até hoje. As mudanças observadas na política externa iraniana após a Revolução Islâmica de 1979, colocaram uma questão fundamental, face ao actual contexto regional. Será que o Irão *post* 1979 é uma potência de *status quo*, ou pretende tornar-se a maior potência regional, reavivando o “Império Persa”?

Ao observar uma política externa iraniana inconstante, onde por vezes domina o imperativo revolucionário e noutras considerações mais pragmáticas ou realistas, a análise da política externa iraniana actual deverá ter em conta não só o contexto geopolítico, cultural e psicológico onde se enquadra a República Islâmica, mas também a compreensão da forma como se materializou ao longo de quatro períodos: durante a Liderança Khomeini (1979-1989), a Presidência Rafsanjani (1989-1997), a Presidência Khatami (1997-2005), e a Presidência Ahmadinejad (2005-). As diferentes oscilações e orientações na política externa da República Islâmica indicam a existência de tendências que se contradizem no que diz respeito ao interesse nacional.

O facto de o regime político iraniano se traduzir num sistema híbrido, onde se observam traços marcadamente teocráticos convivem com características de um modelo republicano, suscita a análise da influência do Xiismo Duodecimano na política externa iraniana em particular, assim como do papel da ideologia/religião na definição da política externa dos Estados em geral.

O papel da religião na definição da política externa dos Estados

A questão da relação entre a religião e o Estado foi em grande parte propositadamente negligenciada pelos analistas das ciências sociais durante a Guerra Fria. Com o seu fim e o início da globalização, onde a cultura ocidental aparece como

dominante, dá-se o reacender de localismos. A (re)emergência do fundamentalismo islâmico e o seu impacto nas relações internacionais é explicável à luz deste processo de harmonização cultural desencadeado pela globalização. O que Benjamin Barber apelidou de *Jihad versus McWorld*. Barber encontrou duas tendências políticas possíveis para a actualidade, ambas sombrias e não democráticas. A primeira é a retribalização da humanidade pela guerra e o derramamento de sangue: a ameaça da "Libanização" dos Estados nacionais, onde a cultura é colocada contra a cultura, as pessoas contra as pessoas, as tribos contra as tribos, uma Jihad contra todas as religiões e qualquer tipo de interdependência, contra qualquer forma de cooperação social ou reciprocidade cívica. A segunda tendência nasce no mundo ocidental, pelo avanço das forças económicas e ecológicas que procuram a integração e a uniformidade e que fascinam o mundo com música rápida, computadores rápidos e *fast-food*. Com a MTV, a Apple, e o McDonald's, pressionando as nações do mundo a aceitarem uma rede comercial global homogénea: um *McWorld* que nos agarra pela tecnologia, ecologia, comunicações e comércio¹⁴⁴. Com a reemergência do fundamentalismo, não só nos países em vias desenvolvimento, mas também nas sociedades "pós-modernas" e economicamente abastadas, a questão da interacção entre a religião e a política foi reavivada. Algumas questões surgiram. Será a fusão entre religião e a política compatível com a tolerância e a liberdade? É possível a existência de uma democracia num Estado governado por normas religiosas? Thomas Jefferson acreditava que a democracia liberal podia florescer apenas quando existisse também a clara separação entre a religião e o Estado. Ao mesmo tempo, acreditava que os credos religiosos e as suas práticas eram a raiz da moralidade civil. Os *founding fathers* americanos procuraram assim resolver o dilema sobre como salvaguardar a religião e a sua influência na cidadania sem o estabelecimento de um Estado teocrático. Este facto tornou-se parte da constituição dos EUA, sendo assumido a religião como um elemento permanente na vida de um ser humano, e por isso deve ser salvaguardada¹⁴⁵.

A convicção que a religião iria ter um papel importante na sociedade e no indivíduo não era partilhada por outras figuras das ciências sociais ocidentais, desde Karl Marx até Max Weber, muitos acreditavam que a modernidade que resultou da

¹⁴⁴ BARBER, Benjamin, *Jihad vs. McWorld*, in The Atlantic Online, March 1992, [<http://www.theatlantic.com/magazine/archive/1992/03/jihad-vs-mcworld/3882/>], consultado em 10 de Julho de 2010

¹⁴⁵ FATTON, Robert; RAMAZANI, R. K., *Religion, State and Society – Jefferson Wall of Separation in Comparative Perspective*, New York: Palgrave Macmillan, 2009, pp. 1-2

industrialização e o contínuo avanço da racionalidade científica e da tecnologia, iria gerar a inevitável secularização das sociedades. Assim, de acordo com a sociologia clássica, a modernidade iria tornar obsoleto o antigo problema entre religião, sociedade e política. Este pensamento não deixou de se tornar realidade até certo ponto, porém a questão da coexistência entre democracia e poder político religioso, permaneceu. Foram os *founding fathers* americanos que estabeleceram a doutrina da separação entre a igreja e o Estado, e ao mesmo tempo defenderam a liberdade individual para praticar qualquer religião. Thomas Jefferson desempenhou um papel essencial ao elaborar esta doutrina, quando evocou numa carta datada de 1802 e dirigida à Associação Baptista de Danbury, o que chamou da “parede de separação entre a Igreja e o Estado”. A perspectiva jeffersoniana defende que esta “parede de separação” resultou numa profunda influência na política interna e externa dos EUA¹⁴⁶.

Noutras zonas do globo, o ressurgimento da religião tem provocado o medo do retorno ao despotismo teocrático. De facto, a maioria das sociedades estão agora a lutar de uma maneira ou de outra com a questão crucial de estabelecer o equilíbrio necessário entre a religião e o Estado. Mesmo um país como a China é também confrontado com esta realidade, ao impor um ateísmo forçado em oposição a tradições sagradas como o Budismo e o Confucionismo, religiões que começaram agora a ser reintegradas no regime comunista chinês.

No âmbito regional do Médio Oriente, o contexto islâmico é por vezes mal interpretado. Nesta região, assim como no Norte de África, é a lógica do Estado e da política que impõe a sua hegemonia à religião. Nesse sentido, a proximidade entre o sagrado e o profano, não é a causa da maioria dos regimes autoritários na região, nem da crescente popularidade da religião nessa área. A República Islâmica do Irão parece ser uma excepção em relação à primazia da política sobre a religião no Médio Oriente. O clero tomou conta do poder do Estado no Irão, sendo no entanto uma teocracia atípica pois convive com instituições representativas. É um facto, ainda assim, que o Islão desempenha um papel central e orientador na política e sociedade iranianas. Porém, mais de trinta anos no poder, as vicissitudes do Islão ao desempenhar esse papel, paradoxalmente minaram a relação entre o Islão e o poder no Irão, colocando dúvidas

¹⁴⁶ IDEM, *Ibidem*, pp. 2-3

sobre o actual regime, sendo que parte da população pretende a recriação da “parede jeffersoniana” no Irão¹⁴⁷.

A ideologia revolucionária e a religião não deixaram de desempenhar um papel importante na formulação da política externa iraniana e assume-se como uma das causas do equilíbrio entre o idealismo e o pragmatismo. O argumento islâmico na política externa e o intervencionismo que daí resultou, assim como as relações globais do Irão, tem em vista uma política externa *post* revolucionária centrada essencialmente no Médio Oriente. Região onde a República Islâmica procura ao mesmo tempo assegurar a sobrevivência do regime e tornar-se a potência dominante face ao clima de insegurança e ameaças regionais.

Capítulo I – As Raízes da Política Externa Iraniana

I.1. O Contexto Geopolítico

A Geopolítica encontra a sua origem na escola realista das Relações Internacionais, em que o Estado é o principal actor num sistema internacional anárquico. A procura de um nexos causal entre os factores geográficos e o seu impacto sobre a política remonta ao mundo antigo. Foi com Aristóteles, na Grécia Antiga, que foi estudada a relação entre o meio físico e social e as unidades políticas, as cidade-estado. No século XVI, Jean Bodin, assumiu-se como um dos precursores da Geopolítica, realçando que as circunstâncias climáticas influenciam as características nacionais e as políticas externas dos Estados¹⁴⁸. Napoleão chegou a escrever numa carta ao rei da Prússia em 1804 que “a Política dos Estados está na geografia”¹⁴⁹. Esta afirmação resultou da sua experiência de estadista. Porém o seu significado não deve ser entendido como “toda” a política dos Estados resulta das condicionantes geográficas, mas que as condições da sua geografia não podem deixar de influenciar a política dos Estados.

¹⁴⁷ IDEM, *Ibidem*, pp. 9-11

¹⁴⁸ DOUGHERTY, James E.; PFALTZGRAFF, Robert L., *Relações Internacionais – As Teorias em confronto*; Lisboa: Gradiva, 2003, p. 194

¹⁴⁹ NAPOLEÃO, in Martins, Raúl François, *Apontamentos de Geopolítica e Geoestratégia*, volume 1, Lisboa: Universidade Lusíada Editora, 2006, p. 9

O cientista político Rudolf Kjellén utilizou o termo Geopolítica, pela primeira vez no final do século XIX, para descrever a interdependência entre a Geografia e a Política. O termo foi utilizado pela Alemanha Nacional-Socialista para justificar a sua expansão para o Leste, e depois da II Guerra Mundial, serviu para definir a actuação das superpotências e dos outros Estados do sistema internacional no contexto da Guerra Fria. Durante este período, que coincide com o nascimento da República Islâmica do Irão, o sistema internacional era marcadamente bipolar, caracterizado por uma confrontação militar, económica e ideológica permanente entre dois blocos (NATO e Pacto de Varsóvia) liderados respectivamente, pelos EUA e pela União Soviética, e cujo ponto de equilíbrio da balança de poder se situava em Berlim. Fora da Europa, as superpotências eram os únicos actores com capacidade para actuar e demarcar as suas zonas de influência¹⁵⁰.

Estudar a política externa de um Estado poderá implicar uma observação sobre como certas representações do espaço geográfico são incorporadas na sua execução. A identificação de um espaço geográfico e o *labeling* do mesmo, origina diversas ideias e visões sobre o lugar e as políticas que aí são prosseguidas. Assim, por exemplo, caracterizar uma determinada área geográfica como “Islâmica” ou “Occidental” implica que o Estado que queira actuar sobre essas áreas terá certas ideias sobre a sua política externa relativamente a essas regiões¹⁵¹.

Os actores das Relações Internacionais legitimam a sua política externa através da apresentação de certas ideias ou pressupostos acerca dos Estados e das regiões para além das suas fronteiras. Estas ideias podem ser chamadas de “Visões Geopolíticas”, que consistem “em qualquer ideia a respeito da relação entre a localização geográfica de um Estado e outros lugares, e que envolva ideias de (in) segurança, (des) vantagem e/ou a invocação de ideias sobre uma missão colectiva ou uma estratégia de política externa”.¹⁵² Os referidos pressupostos emergem das elites políticas de uma determinada sociedade. As sociedades são na grande maioria pluralistas, incluindo as ditaduras. Não existe apenas uma facção das elites que determina o que é o Estado e qual o seu papel no mundo. O Estado é uma construção social, pelo que a sua actuação, interna e externa

¹⁵⁰ AMINEH, M. P., *Globalization, Geopolitics and Energy Security in the Caspian Region*, Den Haag: CIEP, 2003, p. 18-19

¹⁵¹ AGNEW, John; CORBRIDGE, Stuart., *Mastering Space – Hegemony, Territory, and International Political Economy*, London: Routledge, 1995, p. 47-48

¹⁵² DIJKINK, G. J., *National Identity and Geopolitical Visions: Maps of Pride and Pain*, New York: Routledge, 1996, p. 10

está sujeita a diferentes interpretações/visões. Nem sempre esse pluralismo é evidente na formulação da política externa, sendo que a vontade de uma facção pode impor-se às demais. Mais ainda, por vezes, a definição de uma linha de acção externa está limitada por um padrão de actuação pré-determinado por decisões/opções tomadas no passado – *path dependence* – o que acaba por se impor aos actores, limitando a sua capacidade de escolha e de decisão. O que Campbell chamou de “Imaginação Geográfica”. “A imaginação geográfica (...) pode ser definida como o modo no qual os grupos de influência na vida cultural de um Estado definem esse Estado e a nação no interior do mundo. Aborda os actos primários da identificação e formação de fronteiras nos quais os grupos da população no interior de um Estado se empenham”¹⁵³.

A imaginação geográfica é a base da “cultura geopolítica” de um Estado. Esta é o produto dos processos organizacionais e culturais que moldam a política externa desse mesmo Estado. Porém a cultura geopolítica, dentro do próprio Estado, não é homogénea e baseia-se em diferentes interesses políticos e económicos, que resultam de diferentes visões que emergem das elites políticas desse mesmo Estado. A cultura geopolítica é também caracterizada pelas “tradições geopolíticas”, que são “um cânone histórico de pensamento no âmbito da identidade do Estado, da política externa, e do interesse nacional”¹⁵⁴.

Durante os últimos 200 anos as visões geopolíticas iranianas têm sido influenciadas pelas diversas experiências que resultaram de consecutivas intervenções do exterior. No século XIX, a Revolta do Tabaco (1881-1882) seguiu-se ao facto dos *Qajars* terem feito concessões ao Reino Unido no sector da indústria tabaqueira. Mirza Hassan Shirazi, o *marja-e taqlid* ou *grand ayatollah*, emitiu um édito que proibia qualquer muçulmano xiita de fumar tabaco no Irão. Assim devido à forte pressão da população, o governo retirou finalmente as referidas concessões.¹⁵⁵ Porém, da influência externa observada durante este período, e devido às concessões da dinastia

¹⁵³ CAMPBELL, David, in Ó'TUATHAIL, G., Dalby, S., *Rethinking Geopolitics*, London: Routledge, 1998, p. 80

¹⁵⁴ Ó'TUATHAIL, Gearóid, *Geopolitical Structure and Cultures: Towards Conceptual Clarity in the Critical Study of Geopolitics*, in *Geopolitics: Global Problems and Regional Concerns*, The Center for Defense and Security Studies, Bison, Paper 4, January 2004, p. 88

¹⁵⁵ KEDDIE, N. R., *Religion and Rebellion in Iran: The Tobacco Protest of 1881-1882*, London: Frank Cass, 1966

Qajar a potências exteriores, resultou a Revolução Constitucional de 1905-1911.¹⁵⁶ Posteriormente no início dos anos 1950, o Primeiro-Ministro Mohammad Mosaddeq criou o Movimento da Nacionalização do Petróleo, nacionalizando as petrolíferas britânicas e controlando as companhias anglo-iranianas. Mosaddeq foi depois removido do poder através de um golpe em 1953 orquestrado por Mohammad Reza Shah, em cooperação com a *intelligence* britânica e americana.¹⁵⁷ Finalmente, a Revolução Islâmica Iraniana de 1979, pode também ser explicada através da reacção do Irão à dominação pelas potências estrangeiras e a consequente exploração da sua riqueza e recursos.

Estes eventos estão também relacionados com a experiência histórica iraniana de influências e penetrações do exterior. Em primeiro lugar, através da rivalidade com outros impérios, e.g. o Império Otomano. Em segundo, a interferência de potências estrangeiras nos seus assuntos internos, durante os últimos 200 anos (Rússia, a França, o Reino Unido e os EUA).¹⁵⁸ Os Iranianos foram também permeáveis por diversas tentativas de modernização, começando no século XIX com Qajar Shah e depois da desintegração do império persa, com os dois Pahlavi Shahs (Reza Shah 1921-41 e Mohammad Reza Shah 1941-79)¹⁵⁹.

Além disso, a cultura geopolítica no Irão tem sido influenciada pela questão da dualidade entre a comunidade islâmica e o Estado-nação. A questão que se coloca é se os iranianos se devem identificar com a *umma* (comunidade islâmica), assim como foi proclamada por Ayatollah Khomeini, ou com o Irão enquanto Estado-nação, como o viam os antigos presidentes Rafsanjani e Khatami. Estas duas visões fazem parte da referida “imaginação geopolítica” das elites políticas iranianas¹⁶⁰.

As visões geopolíticas de Khomeini manifestam-se essencialmente através de dois princípios ideológicos da Revolução Islâmica relativos à política externa: “nem o Ocidente, nem o Oriente” (não-alinhamento) e a “exportação da Revolução”. Estes princípios implicam o esfriamento das relações com os países ocidentais e o apoio aos muçulmanos em qualquer parte do globo. Ao contrário, aqueles que percebem o

¹⁵⁶ AFARI, Janet, *The Iranian constitutional revolution, 1906-1911: grassroots democracy, social democracy, & the origins of feminism*, New York: Columbia University Press, 1996

¹⁵⁷ KATOUZIAN, H., *Mosaddeq and the Struggle for Power in Iran*, London : IB Tauris, 1990

¹⁵⁸ ESHRAGHI, F., *Anglo-Soviet Occupation of Iran in August 1941*, *Middle Eastern Studies*, 20 (1), January 1984, pp. 27-52

¹⁵⁹ BAMANI, Amin., *The Modernization of Iran (1921-1941)*, Stanford, University Press, 1961

¹⁶⁰ RAKEL, *op. cit.*, p. 22

Irão como um Estado-nação, vêem também o mesmo como um actor fundamental das Relações Internacionais, e advogam boas relações com o Ocidente e com os Estados vizinhos. A definição de Estado-nação no Irão está intimamente ligada com a definição das fronteiras do território iraniano e dos países vizinhos, o que originou conflitos frequentes.¹⁶¹ A permeabilidade das suas fronteiras poderá explicar o carácter intervencionista do artigo 152º da constituição iraniana, assim como a prioridade da dimensão regional sobre a internacional.

O Irão tem uma localização geográfica única. De todos os países no mundo, é o que tem maior número de fronteiras com países vizinhos (actualmente 15). Este facto influenciou significativamente as relações diplomáticas e económicas com os países adjacentes. Um exemplo recente consiste na disputa quanto ao regime legal do Mar Cáspio. Os países envolvidos, para além do Irão, são a Rússia, o Azerbaijão, o Cazaquistão e o Turquemenistão. Outro exemplo é a contenda pela ilha de Abu Musa, e pelas ilhas Tunb, com os Emirados Árabes Unidos (EAU)¹⁶².

O facto de estar situado numa região de grande instabilidade tem sido difícil para o Irão. Essa condição generalizada de instabilidade ainda hoje persiste, seja através do conflito sectário no flanco ocidental do Irão, o Iraque, ou dos Estados frágeis na fronteira leste, o Afeganistão e o Paquistão. Existem também Estados ao longo da fronteira norte do Irão, cujas transformações políticas, sociais e económicas originam um clima de instabilidade e insegurança, na Ásia Central e no Cáucaso. A segurança regional depende de regimes autoritários que se encontram ao sul, sujeitos a mudanças político-sociais no futuro. Tal ambiente de insegurança alimenta as rivalidades regionais, as crises ou conflitos militares, e ao mesmo tempo, promovendo uma maior presença e intervenção directa das grandes potências estrangeiras. A maior parte do capital político e económico do Irão está a ser gasto no combate a estas ameaças. A determinação da liderança iraniana de manter um exército capacitado reflecte as preocupações de segurança nacional, decorrentes deste contexto geopolítico¹⁶³. A política externa do Irão fica reduzida a uma dimensão regional. Considerando entre a liderança da região, o *status quo* ou a autarquia.

¹⁶¹ IDEM, *Ibidem*, p. 22-23

¹⁶² MOJTAHED-ZADEH, Pirouz, *Boundary Politics and International Boundaries of Iran*, Boca Raton: Universal Publishers, 2006, p. 90

¹⁶³ BARZEGAR, Kayahan, *The Geopolitical Factor in Iran's Foreign Policy*, in The Middle East Institute Viewpoints: *The Iranian Revolution at 30*, [http://www.mei.edu/Portals/0/Publications/Iran_Final.pdf], Consultado em 08 de Junho de 2010, p. 134

Assim a cultura geopolítica na República Islâmica do Irão é o resultado de experiências do passado, como a intervenção de potências exteriores, de questões de identidade e fronteiras territoriais. Depois da Revolução Islâmica, a cultura geopolítica do Irão manifestou-se na institucionalização do *Velayat-e Faqih*, como foi desenvolvido por Ayatollah Khomeini nos anos 1960. A rivalidade entre as diferentes facções políticas na luta pelo poder influenciou também as práticas relativas à política externa iraniana. Cada facção política tem uma visão própria sobre a política, a economia e os assuntos sócio-culturais. Estas visões e interesses mudaram ao longo do tempo e consequentemente cada facção desenvolveu diferentes visões acerca do lugar do Irão no mundo e no âmbito das relações internacionais¹⁶⁴.

Desde a revolução, a elite política iraniana tem enfrentado o desafio de equilibrar o idealismo com o pragmatismo, duas abordagens quanto à política externa do Irão. Gradualmente, a liderança iraniana tem vindo a salientar o factor geopolítico na condução da política externa. Desde o advento da revolução islâmica, as políticas regionais do Irão têm sido impulsionadas pela ideologia, mas também pela geopolítica. No entanto, o factor geopolítico parece, por vezes, predominar na gestão das suas relações com os outros Estados da região. A principal razão para a importância da geopolítica na definição da política externa iraniana reside na natureza das questões que o Irão enfrenta. Estas são marcadas por múltiplas fontes de insegurança, incluindo a ameaça militar norte-americana ou israelita. Estas condições exigem que o Irão consiga conceber alianças estratégicas, sendo que a realidade geopolítica iraniana, as suas características culturais, religiosas e étnicas, ligam indubitavelmente a segurança nacional iraniana à da restante região¹⁶⁵.

I.2. O Contexto Cultural e Identitário

Para compreender a política externa do Irão será necessário acima de tudo, uma análise mais profunda da cultura e do contexto identitário do comportamento da política externa iraniana. Relativamente ao Irão, o passado está sempre presente. Podemos

¹⁶⁴ RAKEL, *op. cit.*, p. 24

¹⁶⁵ BARZEGAR, *op. cit.*, p. 145

observar uma combinação paradoxal de orgulho na cultura iraniana e um sentimento de vitimização, que criou um sentimento feroz de independência e uma cultura de resistência à dominação por qualquer poder estrangeiro. A política externa iraniana está assim profundamente enraizada e amplamente realizada nestes sentimentos¹⁶⁶.

No amanhecer da Revolução Iraniana, o Ayatollah Ruhollah Khomeini apelou pela “independência, liberdade e pela República Islâmica”. Assim eram declarados os seus direitos inalienáveis, da mesma forma o tinham feito os americanos, com “a vida, a liberdade, e a busca da felicidade”, ou os franceses com o compromisso com a “liberdade, a igualdade e fraternidade”. A declaração de princípios de Khomeini dura até ao presente, embora o não-alinhamento tenha deixado de fazer sentido no *post* Guerra Fria. Estes princípios estão aliás incorporados na constituição iraniana, e diversos líderes iranianos os têm invocado. Khatami declarou-os “eternos” (*Javidan*), durante a sua presidência.¹⁶⁷

Estes princípios poderão ter raízes profundas na cultura e história iraniana, apesar de algumas transformações, desde há 2000 anos atrás. O estudo destes princípios, bem como o seu contexto cultural e histórico, poderão aprofundar a nossa compreensão das interacções entre o plano interno e externo das políticas iranianas desde a revolução.

Os iranianos valorizam a influência que a sua antiga religião, o zoroastrismo, teve sobre o judaísmo, o cristianismo e o islamismo. Orgulham-se de trinta séculos de arte e artefactos e na continuidade da sua identidade cultural ao longo de milénios, nos quais se criou o primeiro Estado do mundo, há mais de 2500 anos atrás. Foi a partir do Irão que se organizou a primeira sociedade internacional, em que eram respeitadas as religiões e as culturas dos povos sob seu domínio. Os iranianos orgulham-se também por ter libertado os judeus do cativeiro babilónico, e de ter influenciado os gregos, os árabes, os mongóis, e os turcos, isto para não mencionar a influência sob a cultura ocidental, de forma indirecta, através de contribuições para a civilização islâmica. Ao mesmo tempo, os iranianos sentem-se oprimidos por potências estrangeiras ao longo da sua história. São lembrados os gregos, os árabes, os mongóis, os turcos e mais

¹⁶⁶ RAMAZANI, R. K., *Understanding Iranian Foreign Policy, in The Middle East Institute Viewpoints: The Iranian Revolution at 30*, [http://www.mei.edu/Portals/0/Publications/Iran_Final.pdf], Consultado em 08 de Junho de 2010, p. 12

¹⁶⁷ RAMAZANI, R. K., *Iran's Foreign Policy: Independence, Freedom and the Islamic Republic*, in EHSTESHAMI, A. (ed.), MAHJOOB, Zweiri (ed.), *Iran's Foreign Policy From Khatami to Ahmadinejad*, Reading: Ithaca Press, 2008, p. 1

recentemente, as forças de Saddam Hussein que invadiram o Irão. Os iranianos também se recordam que o império britânico e o russo exploraram economicamente e subjugaram politicamente, invadindo e ocupando o país durante as duas guerras mundiais. O facto de os Estados Unidos terem abortado as aspirações democráticas iranianas em 1953, derrubando o governo do Primeiro-Ministro Muhammad Musaddeq, devolvendo a autocracia do Xá ao trono e, que posteriormente, dominou o país durante um quarto de século, está profundamente gravado na memória colectiva iraniana. Da mesma forma, assim como o derrube americano de Musaddeq ficou gravado na consciência do Irão, a tomada de reféns americanos no Irão em 1979, ficou gravado na consciência americana. As relações entre Teerão e Washington têm sido assim moldadas não só por um trauma psicológico mútuo, mas também pela memória colectiva do lado iraniano de 70 anos de relações amigáveis entre Irão e EUA¹⁶⁸.

Podemos então afirmar que os acontecimentos históricos influenciam a percepção e o carácter psicológico dos iranianos, o que depois se irá reflectir na formulação da política externa do país.

A procura da independência e da liberdade na sua progressiva metamorfose em ideais e princípios fundamentais na visão do mundo foi iniciada por Ciro, o Grande (558-530 a.c.). O Estado que nascia pelas suas mãos expandiu-se durante 30 anos, formando o império persa ou Aqueménida. A identidade cultural iraniana está assim enraizada na consciência de uma origem comum, numa religião partilhada e numa língua, que sobreviveu às invasões árabes e a outras ocupações, assim como devastações materiais e humanas, e a conversão ao Islão que se seguiu. Passados 300 anos sobre as invasões árabes, esse sentido de identidade foi expressado de forma eloquente, através dos épicos heróicos do poeta iraniano Ferdowsi, que salientou o facto de ter passado 30 anos a purgar o árabe da língua persa¹⁶⁹.

A era islâmica em território persa surgiu com o Império Safávida, substituindo o Zoroastrismo pelo Xiismo como religião do império. Assim como se observou no passado, com os Sassânidas e o Zoroastrismo, observou-se também uma relação próxima entre o poder político e o poder religioso (o trono e o altar), com os Safávidas e o Xiismo. Na prática, os Safávidas utilizaram o Xiismo para legitimar e consolidar o poder e justificar guerras incessantes contra inimigos então percepcionados como tal,

¹⁶⁸ RAMAZANI, *op. cit.* (2010), p. 12

¹⁶⁹ RAMAZANI, *op. cit.* (2008), pp. 2-4

e.g. o Império Otomano Sunita. O resultado dessas guerras juntamente com problemas antigos e a incoerência social, a corrupção na casa real, e as interpretações erradas da religião culminou com a queda do império em 1722.¹⁷⁰

O Estado iraniano só conseguiu reerguer-se no princípio do século XIX, estando no entanto, agora envolto na competição das potências europeias pelo seu território. Os processos históricos do século XIX e início do século XX revolucionaram as ideias pré-modernas de independência e liberdade no Irão. Três factores em particular desencadearam esta metamorfose histórica: 1) a imposição da redução das fronteiras internacionais pelas potências estrangeiras, 2) a semi-colonização do Estado e da sociedade, e 3) a disseminação do pensamento democrático e nacionalista, reformista e modernista. No entanto, em resposta a este movimento surgiram os governos anti-democráticos de Reza Shah e Mohammad Reza Shah. Os monarcas Pahlavi tentaram juntar aos seus regimes autocráticos, concepções pré-islâmicas e uma aura de secularismo moderno. Com a ligação do Xá às potências estrangeiras, os opositores no exílio, prometiam uma revolução. Um dos slogans favoritos de Khomeini e também um dos mais populares era “o Xá Americano”¹⁷¹.

De Khomeini, surgiram os princípios revolucionários e uma dimensão islâmica nos princípios base dos iranianos. Este rejeitou o que chamou de “idolstrar a nação” e rejeitou o prefixo “democrática” para a República Islâmica, com base no pensamento que a democracia islâmica é superior às outras democracias existentes no mundo. De facto, rejeitou também a visão *post* Vestefaliana de sistema internacional, porque considerava que o sistema de Estados-nação era uma criação da mente humana e não de Deus. Na teoria das relações internacionais de Khomeini, todas as outras visões do mundo, especialmente a capitalista e a socialista, eram defuntas. Quando escreveu ao líder soviético Mikhail Gorbachev, sublinhou o vácuo ideológico existente no Ocidente e no Oriente. Sugeriu-lhe o estudo da visão islâmica, através dos filósofos e pensadores religiosos islâmicos. No entanto, a essa visão islâmica nunca se sobrepôs aos interesses do Estado Iraniano Islâmico (*ummul qara*). É exemplo disso, a compra de armas ao “Grande Satã”, os EUA, durante a Guerra com o Iraque, ou a aceitação da resolução das Nações Unidas que exigia o cessar-fogo com os iraquianos em 1988. Khomeini

¹⁷⁰ IDEM, *Ibidem*, p. 3

¹⁷¹ IDEM, *Ibidem*, p. 4-7

declarou assim, que fez o necessário para o interesse e sobrevivência (*baqa'*) da revolução¹⁷².

Ao contrário da representação ocidental e israelita da política externa iraniana como "irracional", o Irão tem uma tradição de estadismo prudente que foi desenvolvida através de séculos de experiência em assuntos internacionais, começando com Ciro, o Grande, há mais de 2.000 anos. O Irão cometeu muitos erros na sua longa história diplomática, que podem servir como uma lição histórica para as actuais elites políticas iranianas. No período pós-revolucionário, especialmente nos primeiros anos da revolução islâmica, a política externa do Irão foi muitas vezes caracterizada pela provocação, a agitação, a subversão, a tomada de reféns e o terrorismo. Mais recentemente, a imagem internacional do Irão foi manchada por uma retórica imprudente do presidente Mahmoud Ahmadinejad sobre Israel e o Holocausto, ignorando a importância da legitimidade internacional e do *dictum* Islâmico do Irão, a *Hekmat* (sabedoria)¹⁷³.

Depois deste olhar que caminhou do passado até ao presente, no âmbito do carácter cultural e identitário dos iranianos, e por ordem de razão, também das elites políticas iranianas, podemos afirmar que existem três princípios fundamentais: da independência, da liberdade e da República Islâmica. Quanto à independência do Irão, não existe qualquer dúvida que os *policy makers* iranianos têm adoptado uma visão geopolítica ao nível regional e global quando está em causa os interesses de segurança e defesa nacionais. Deste facto se presume, que os decisores políticos estão conscientes dos limites da independência iraniana. A tendência isolacionista da fase inicial da história iraniana, não se repetiu, e os decisores políticos tentam racionalizar o pragmatismo da política externa, através de alguns discursos e ensinamentos de Khomeini. Por exemplo aquele em que afirma que estabelecer relações com outros Estados é compatível com a tradição profética islâmica e simultaneamente com o interesse nacional. Estas necessidades geopolíticas, muitas vezes sobrevalorizaram a necessidade da segurança nacional e da defesa em prol da independência. Estando em segundo plano a promoção da liberdade, apesar de em todas as constituições iranianas, esta se encontrar salvaguardada. A necessidade de liberdade dos iranianos é actualmente um problema com repercussões políticas e sociais e poderão colocar em causa o

¹⁷² IDEM, *Ibidem*, p. 8

¹⁷³ RAMAZANI, *op. cit.* (2010), p. 13

processo de islamização do país que se assistiu desde a revolução. O princípio da República Islâmica continua ainda em consideração, devido ao *deficit* de liberdade dos iranianos e o crescente cepticismo relativamente ao papel do Islão na política¹⁷⁴.

Uma abordagem histórica permite conhecer os desígnios e os princípios estruturantes que formam o contexto cultural e psicológico em que é formulado o processo de decisão ao nível da política externa de um Estado. Como Cícero referiu, “Permanecer ignorante acerca do que aconteceu antes de nascer, é como permanecer sempre como uma criança”.¹⁷⁵ Winston Churchill, também afirmou, “*The further you look backward, the further forward you can see*”¹⁷⁶. Da mesma forma, ao olharmos para o passado do Irão, a forma como moldou a cultura do país e o carácter dos iranianos, conseguiremos também perceber algumas das tendências dos *policy makers* iranianos ao nível da formulação da política externa.

I.3. O Dilema do Interesse Nacional na República Islâmica do Irão

O Interesse Nacional enquanto conceito das Ciências Sociais não é aplicado de forma extensiva e interdisciplinar, quando comparado com conceitos como Identidade, Segurança ou Racionalidade. É utilizado na Ciência Política em geral, e nas Relações Internacionais enquanto sub-disciplina da anterior. Embora o conceito não tenha aparecido em publicações políticas e históricas antes dos anos 50, ganhou entretanto popularidade através da escola realista das relações internacionais, na sequência da II Guerra Mundial.¹⁷⁷ Foi Hans Morgenthau quem popularizou o conceito, quando estabeleceu o interesse nacional como o segundo dos seis princípios do realismo¹⁷⁸.

De acordo com Morgenthau a principal sinalização que ajuda o realismo político a encontrar o seu caminho através da paisagem da política internacional é o conceito de interesse, definido em termos de poder. Ao afirmar isto, o pai fundador do realismo

¹⁷⁴ RAMAZANI, *op. cit.* (2008), p. 13-15

¹⁷⁵ CICERO, *in* RAMAZANI, *op. cit.* (2008), p. 2

¹⁷⁶ CHURCHILL, Winston, *in* RAMAZANI, *op. cit.* (2008), p. 2

¹⁷⁷ WHITTLESLEY, Charles Raymond, *National Interest and International Cartels*, New York, 1946

¹⁷⁸ MORGENTHAU, Hans J., *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*, New York: Alfred A. Knopf, 1978, pp. 4-15

político clarifica que “interesse” é um fenómeno racional distinto de outros conceitos como ética, ideologia e religião.¹⁷⁹ Os Estados são actores e o seu comportamento pode ser explicado por uma variedade de interesses baseados em identidades colectivas, corporativas, etc. A maioria destas identidades varia cultural ou historicamente, o que dificulta a análise do conteúdo do interesse nacional de um Estado em particular. Numa generalização da interpretação do conceito universal de “interesse nacional” poderão ser identificados três componentes que formam o interesse nacional: a sobrevivência, a autonomia, e o bem-estar económico. E talvez possa ser adicionada uma quarta componente, a “auto-estima colectiva”.¹⁸⁰ Estes interesses tomam forma, dependendo da identidade histórica e cultural de cada Estado, sendo que estas são as necessidades comuns a todos os Estados¹⁸¹.

Comparando com outras questões ou conceitos, como a democracia, a sociedade civil, o desenvolvimento, a identidade, as ideias políticas e ideologias, no âmbito do contexto islâmico ou iraniano, não tem havido um debate aprofundado acerca do interesse nacional, quer numa dimensão conceptual e teórica ou como um estudo de caso na política externa iraniana. Algumas das suas causas estão no fraco desenvolvimento da Ciência Política no Irão¹⁸².

Durante a era pré-revolucionária podemos afirmar, que o Estado Pahlavi procurou orientar a sua política externa com base no interesse nacional, quer ao nível regional, quer ao nível global, não consistindo assim uma problemática que a comunidade académica ou intelectual achasse que teria de examinar. Existia outra razão para a falta de debate sobre esta temática durante as primeiras duas décadas pós Revolucionárias: o governo com pendor idealista que chegou ao poder depois da saída do Primeiro-Ministro Mehdi Barzagan em 1980 considerou anti-islâmico o termo “nacional”. Esta tendência surgiu com base numa interpretação fundamentalista do regime e do conceito de *Umma*, ou comunidade islâmica. Foi através da contestação da Frente Nacional à lei das *Qesas* (Retribuição), defendida pelo clero Xiita, que o termo “nacional”, foi considerado como anti-islâmico e o seu uso seria interpretado como um acto de oposição ao Islão e ao novo regime iraniano. O Nacionalismo era então descrito

¹⁷⁹ IDEM, *Ibidem*, pp. 5

¹⁸⁰ WENDT, Alexander, *Social Theory of International Politics*, Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 236

¹⁸¹ IDEM, *Ibidem*, p. 233-240

¹⁸² RAMAZANI, R. K., *The Foreign Policy of Iran: a developing nation in World Affairs, 1500-1941*, Charlottesville: Virginia University Press, 1966, p. 257

por Ayatollah Khomeini como um princípio contra o Islão. Nos seus discursos em vez de interesse nacional, Khomeini e outros decisores políticos utilizavam a expressão, “interesses da *Ummat-e Islami*” (da Comunidade Islâmica). Era assim advogado o internacionalismo islâmico e criticado o nacionalismo em muitos dos livros e artigos escritos no momento *post* revolução¹⁸³.

O problema do interesse nacional não poderá ser totalmente compreendido sem olhar para os princípios orientadores da Constituição da República Islâmica do Irão, no que diz respeito à política externa do país. Esta será uma das maiores manifestações do Idealismo Islâmico ao nível da política internacional, onde o artigo 152º refere: “*A política externa da República Islâmica do Irão baseia-se na rejeição do esforço ou submissão a todas as formas de dominação, na preservação da independência do país em todos os seus aspectos e na integridade territorial, na defesa dos direitos de todos os muçulmanos, no não-alinhamento no que diz respeito às super-potências hegemónicas, e na manutenção das relações pacíficas com todos os Estados não-beligerantes*”¹⁸⁴. A constituição iraniana, no âmbito da política externa, parece resultar num paradoxo: por um lado, subscreve parcialmente os princípios da ordem internacional no que concerne a sua capacidade soberana de preservação. Isto é baseia-se na convicção de que a República Islâmica do Irão deve pugnar pela sua independência, considerando-se igual aos demais Estados soberanos a nível internacional, não estando por isso obrigada ou sujeita a nenhuma autoridade supranacional; por outro lado, reclama o direito de intervir na defesa dos direitos de todos os muçulmanos, leia-se com ou sem Estado, rejeitando deste modo os princípios da não intervenção e da não ingerência assentes num conceito de integridade territorial. O recurso à violência nas relações externas da República Islâmica do Irão fica assim ideologicamente justificado como uma questão de auto-preservação ou de auto-determinação dos povos muçulmanos. A constituição assume por um lado uma visão realista da política externa (*self-help* ou auto-preservação), e por outro, uma visão idealista assente numa ideia de Internacionalismo Islâmico. Até que ponto as duas dimensões são indissociáveis? O Irão procurou assumir uma relevância externa e liderança no mundo muçulmano através da exportação dos princípios fundadores da

¹⁸³ AHMADI, Hamid, *The Dilemma of National Interest in the Islamic Republic*, in KATOUIAN, Homa (ed.), SHAHDI, Hossein, *Iran in the 21st Century: Politics, Economics & Conflict*, London: Routledge, 2008, pp. 30-31

¹⁸⁴ IRÃO, *Constitution of the Islamic Republic of Iran*. Consultado em 11 de Dezembro de 2009. [<http://www.alaviandassociates.com/documents/constitution.pdf>], p. 39

República Islâmica e da defesa dos direitos de todos os muçulmanos. Esta vocação pan-islamista, contrária aos princípios vestefalianos de não ingerência e não intervenção, explica muitos dos apoios militares facultados pelo Irão a outros grupos de reivindicação islâmica como o Hamas, o Hezbollah, a Jihad islâmica, Al-Qaeda, etc.

As diferentes oscilações e orientações na política externa da República Islâmica, indicam a existência de tendências que se contradizem no que diz respeito ao interesse nacional. Foi em períodos nos quais se observou uma orientação realista ou pragmática da política externa, que se manifestou também uma maior preocupação com este conceito. É a dicotomia Realismo-Idealismo, que parece proporcionar o melhor quadro teórico para uma análise do dilema do interesse nacional na República Islâmica. A referida dicotomia quando analisada por autores com E. H. Carr, Hans Morgenthau ou Kenneth Waltz, parece chegar à conclusão que o interesse nacional é melhor assegurado através de uma política externa que siga os princípios realistas¹⁸⁵.

À partida a política externa iraniana pós revolucionária poderá parecer essencialmente idealista. O termo “interesse nacional” não aparece, de facto, na constituição, embora esteja presente o princípio da auto-preservação. Os princípios estabelecidos na constituição de 1979 são um reflexo do equilíbrio entre o Idealismo e o Realismo na política externa iraniana. Porém até que ponto o conceito de nação assume uma conotação igual à praticada no mundo ocidental? Nação para os países islâmicos tende a ser um conceito representativo de uma comunidade religiosa transnacional. Os Estados são tidos como meras divisões organizacionais territoriais, sem qualquer significado no domínio das identidades. No entanto, a existência ou não do Estado, não é uma questão menor no mundo islâmico. O princípio intervencionista presente na constituição do Irão é uma forma de legitimar uma política externa assente na ingerência e intervenção na vida interna dos Estados vizinhos. Na prática, a política externa do Irão resume-se a uma tentativa de assumir uma liderança regional, esse parece ser um objectivo claro da República Islâmica.

Apesar da política externa iraniana defender os interesses do mundo islâmico e alguns dos seus movimentos, existiram diversos momentos onde se observou um processo de tomada de decisão realista. É o caso da política de Teerão em relação à insurreição islâmica na Síria em 1982 e da guerra da Chechénia no final dos anos 1990 e início de 2000, o que originou diversas críticas por parte de alguns movimentos

¹⁸⁵ CARR, Edward H. *The Twenty Years Crisis*, New York: Palmgrave Macmillan, 2001

islâmicos. No entanto, ao contrário de outros regimes revolucionários do século XX, como a URSS ou a China, que observavam uma política coerente de transformação do idealismo em realismo através do conceito de “interesse nacional”, no caso da República Islâmica do Irão, parece ter havido oscilações entre uma abordagem idealista e a realista, nos últimos trinta anos. Depois do ímpeto inicial revolucionário e quando se sucedeu a Guerra Irão-Iraque, parecia ser o momento ideal para o realismo tornar-se preponderante na política externa iraniana¹⁸⁶.

O dilema do interesse nacional na política externa da República Islâmica indica períodos de ascensão e queda das tendências idealista e realista no processo de tomada de decisão política. O dualismo estrutural presente no sistema político iraniano opõe o idealismo *versus* realismo no âmbito da política externa. Esta dicotomia pode ser observada desde o momento *post* revolucionário no Irão. Podemos assim afirmar que existem três abordagens quanto à questão do interesse nacional na República Islâmica do Irão: 1) Os que rejeitam o conceito de “interesse nacional”, porque contradiz os princípios básicos da Constituição e do Islão; 2) Os que defendem que uma política externa idealista é aquela que satisfaz da melhor forma o interesse nacional; 3) Aqueles que seguem o interesse nacional e uma política realista por um lado, mas por outro enfatizam a importância da manutenção da natureza islâmica do regime¹⁸⁷.

A história recente do Irão tem mostrado que em momentos críticos, em que a sobrevivência do regime está ameaçada, a questão do interesse nacional torna-se de máxima importância. Quando foi aceite a resolução da crise dos reféns de 1981, ou quando o Irão aceitou a resolução do Conselho de Segurança que obrigava ao cessar-fogo da Guerra Irão-Iraque em 1988, a questão do interesse nacional esteve directamente relacionada com a sobrevivência do regime. Assim o interesse nacional pode também ser visto como o interesse do sistema político¹⁸⁸.

A oscilação entre o idealismo e o realismo na política externa iraniana, parece ser o resultado do dualismo estrutural do regime, e daqui surge o dilema do interesse nacional na política externa iraniana. A estrutura de poder na República Islâmica é bidimensional. Um sistema híbrido onde por um lado se observam traços teocráticos e onde impera o *Velayat-e Faqih*, e onde por outro lado podem ser observados os traços

¹⁸⁶ AHMADI, *op. cit.*, pp. 33-36

¹⁸⁷ IDEM, *Ibidem*, p. 37

¹⁸⁸ IDEM, *Ibidem*, p. 38

republicanos de um modelo presidencialista. Enquanto este sistema político híbrido permanecer, o dilema do interesse nacional no Irão, continuará também por resolver.

Capítulo II – A Política Externa Iraniana *Post-1979*

II.1. A Liderança Khomeini (1979-1989)

Este capítulo centra-se no desenvolvimento da política externa iraniana desde 1979. Pretende-se assim compreender qual foi a influência da Revolução Islâmica na formulação e orientação da política externa do Irão. E como se desenvolveu ao longo de quatro períodos.

O primeiro desses quatro períodos decorre entre 1979 e 1989 durante a liderança de Ayatollah Khomeini. Ao longo da década de 80, os assuntos relacionados com a política externa iraniana estavam exclusivamente sob a égide de Khomeini e do seu gabinete. As duas facções políticas principais eram, nesta altura, a Conservadora e a da Esquerda Radical. Ao mesmo tempo alguns centros de poder clericais tentaram influenciar, durante este período, a política externa iraniana¹⁸⁹.

Nos dez anos seguintes à revolução, quando foram estabelecidas as novas linhas de orientação da política externa do país, a visão dominante tinha como base dois princípios fundamentais. O primeiro pode ser sumariado no slogan, “Nem o Oriente, Nem o Ocidente, mas a República Islâmica”. O segundo constava na “Exportação da Revolução”. Não era claro, que os países em específico fariam parte do “Ocidente” ou do “Oriente”. Enquanto as relações com os EUA se tornaram muito hostis, estas não eram tão intensamente adversas à URSS. Ao mesmo tempo, Teerão parecia manter boas relações com aliados das duas super-potências, e.g. o Japão e os Estados da Europa Ocidental. A Revolução Islâmica foi, até certo ponto, uma reacção às boas relações do Xá com os EUA, e as suas políticas de ocidentalização. A intenção da revolução

¹⁸⁹ EHTESHAMI, A. ; ZWEIRI, M. , *Iran and the Rise of the Neoconservatives: The Politics of Tehran's Silent Revolution*, London: I. B. Tauris, 1997, p. 31

passava também por resistir às influências da cultura ocidental, colocando maior ênfase na identidade e autenticidade islâmica. Assim o legado revolucionário teve grande impacto na formulação da política externa do país, durante a liderança Khomeini¹⁹⁰.

O Primeiro-ministro Bazargan interpretou o *slogan* de Khomeini, promovendo a independência do Estado iraniano mas com alguma abertura ao Ocidente. Podemos considerar que Bazargan defendia uma visão mais moderada do não-alinhamento. O Primeiro-ministro do Governo Provisório, assim como a maioria dos nacionalistas iranianos seculares ou islâmicos, eram cautelosos com a URSS e advogavam um equilíbrio de relações com o Ocidente. Bazargan defendia também uma política de não interferência nos assuntos internos dos Estados vizinhos. A política de Barzagan era assim similar à política de Shapour Bhaktiar, Primeiro-ministro do Xá, não pretendendo fazer qualquer tipo de policiamento da região. A visão de Bazargan sofreu grande oposição por parte de alguns grupos influentes mais radicais. Estes estiveram por detrás da crise dos reféns da embaixada norte-americana em 4 de Novembro de 1979, influenciando profundamente as relações políticas e económicas dos dois países no futuro¹⁹¹.

A nova elite dirigente iraniana via a Revolução Islâmica como um modelo para ser aplicado noutros Estados de maioria muçulmana. Pensava-se num efeito dominó que a Revolução Iraniana poderia ter noutros Estados da região. Para os novos líderes iranianos o Islão era também um meio dos mais fracos poderem combater as grandes potências “opressoras”. O Ocidente era apresentado como a causa da exploração do povo iraniano e a ameaça à cultura iraniana e de outros países muçulmanos. Na mensagem de ano novo de 21 de Março de 1980, Khomeini declarou: “Caros amigos! Estejam inteiramente conscientes que o perigo representado pelas potências comunistas não é menor do que o da América: o perigo que a América coloca é tão grande que se cometeres o menor descuido, irás ser destruído. Ambas as super-potências têm a intenção de destruir as nações oprimidas do mundo, e é nosso dever defender essas nações. Devemo-nos esforçar por exportar a nossa Revolução por todo o mundo, devem abandonar a ideia de não o fazer, pois o Islão não reconhece qualquer diferença entre os países muçulmanos, e é o defensor dos povos oprimidos. Além disso, todas as potências pretendem destruir-nos, e se permanecermos rodeados num círculo fechado, seremos

¹⁹⁰ KEDDIE, N. R. ; GAIOROWSKI, M. (eds.), *Neither East Nor West, the Soviet Union and the United States*, New Haven: Yale University Press, 1990, pp. 6-7

¹⁹¹ HUNTER, S. T., *Iran after Khomeini*, Westport: Praeger, 1992, pp. 109-11

certamente derrotados. Temos de deixar clara a nossa posição em relação às super-potências e demonstrar-lhes que, apesar dos problemas árduos que nos sobrecarregam, a nossa atitude perante o mundo é ditada pelas nossas crenças”¹⁹².

No entanto, a linha de orientação relativa à Exportação da Revolução foi mais forte nos primeiros dez anos após a Revolução. E mesmo nessa altura funcionou mais como uma estratégia de sobrevivência durante a Guerra com o Iraque do que um objectivo ideológico ou revolucionário. A maioria dos grupos armados que recebiam apoio do Irão durante os anos 1980 era composta por organizações Xiitas que faziam oposição a Saddam Hussein no Iraque ou a outros líderes no Golfo Pérsico, ou no Líbano, Afeganistão e Paquistão¹⁹³. Surpreendentemente o Irão decidiu não intervir no conflito que opôs os chechenos à Rússia nos anos 1990, embora parte da elite política iraniana considerasse que a religião seria importante para os objectivos da política externa do país. Este facto de certa forma comprova que os interesses económicos e políticos são prioritários aos interesses ideológicos. Assim o apoio aos movimentos islâmicos era simultaneamente uma questão de convicção e de cálculo da elite política iraniana. Servia então como um meio de projectar o poder iraniano para além fronteiras e fortalecer a sua posição a nível interno¹⁹⁴.

No entanto, a Exportação da Revolução falhou devido a duas razões fundamentais. A maioria da população Sunita no Golfo Pérsico não pretendia seguir os ideais da Revolução Islâmica Iraniana, que tinha um *background* Xiita. Por outro lado, desapareceram os interesses iranianos em derrubar outros regimes na região, devido a problemas internos como a crise económica, ou a problemas externos como a Guerra Irão-Iraque. Em 1984 emergiu assim uma política interna e externa com uma orientação mais pragmática. Ayatollah Khomeini legitimou esta tendência em 28 de Outubro de 1984, quando afirmou que teria, de acordo com a Shari’a, de estabelecer relações com todos os governos. Segundo um livro da autoria de Rafsanjani, este afirmou que o Imam Khomeini esteve disposto a abandonar o *slogan* “Morte à América” em 1984. O isolamento internacional do Irão durante a guerra com o Iraque forçou Khomeini a ouvir Rafsanjani e aceitou a resolução das Nações Unidas que colocava termo ao conflito, o

¹⁹² KHOMEINI, R., “New Year’s Message”, in ALGAR, Hamid, *Islam and Revolution. Writings and Declarations of Imam Khomeini*, Berkeley: Mizan Press, 1981, p. 286-287

¹⁹³ EHTESHAMI, A., *After Khomeini: The Iranian Second Republic*, London: Routledge, 1995, p. 191

¹⁹⁴ BAKHASH, S., *Iran’s Foreign Policy under the Islamic Republic 1979-2000*, in BROWN, L. C. (ed.), *Diplomacy in the Middle East: The International Relations of Regional and Outside Powers*, London: I. B. Tauris, 2001, p. 249

que serviu como uma nova linha orientadora para a formulação da política externa da República Islâmica do Irão¹⁹⁵.

Os primeiros dez anos da política externa iraniana pós Revolução sofreram de uma forte influência da componente ideológica e revolucionária inspirada na doutrina desenvolvida por Ayatollah Khomeini. No entanto, algumas prioridades políticas e económicas, assim como as circunstâncias de isolamento que a Guerra Irão-Iraque provocou, causaram uma reformulação da política externa iraniana para uma abordagem mais próxima do pragmatismo.

II.2. A Presidência Rafsanjani (1989-1997)

A ascensão de Ayatollah Khamanei ao cargo de Líder Supremo e de Hashemi Rafsanjani a Presidente, determinou a formulação de novas prioridades políticas, baseadas mais no interesse nacional do que numa ideologia. Adicionalmente, em Julho de 1989, a Constituição Iraniana foi adaptada, dando ao Presidente maior poder ao nível do processo de tomada de decisão no regime. Assim Rafsanjani podia centrar-se no desenvolvimento económico e na reconstrução do pós-guerra¹⁹⁶.

Existiram variadas circunstâncias e factores que tiveram um grande impacto na visão estratégica ao nível da política externa iraniana: o fim da Guerra Irão-Iraque em 1988, a morte de Khomeini em 1989, o colapso da União Soviética em 1991, e uma forte presença americana na região do Golfo Pérsico, desde a Crise do Kuwait (1990-1991). O Presidente Rafsanjani não quis continuar a política externa de Khomeini e decidiu também por não “Exportar a Revolução”. Considerou este slogan contra produtivo no âmbito da necessidade da recuperação económica do país. Assim o principal objectivo de Rafsanjani passava pela reconstrução da economia iraniana através da cooperação com os Estados mais desenvolvidos industrialmente e com os países do Golfo Pérsico. A reorientação da política externa durante o período da Presidência Rafsanjani incluiu o estabelecimento do diálogo com a União Europeia

¹⁹⁵ RAKEL, *op. cit.*, pp. 156-157

¹⁹⁶ MARSCHALL, C., *Iran's Persian Gulf Policy - From Khomeini to Khatami*, London: Routledge Curzon, 2003, p. 101

(UE) em 1992, o compromisso activo com os Estados vizinhos no sentido da resolução das crises em volta de Nagorno-Karabakh, no Afeganistão, e no Tajiquistão. O Irão procurou também o *rapprochement* com os Estados do Golfo Árabe, em particular com a Arábia Saudita, um dos Estados-membros mais poderosos do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) e da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)¹⁹⁷.

A questão da segurança no Golfo Pérsico tornou-se uma prioridade da política externa de Rafsanjani, no sentido de assegurar o livre fluxo do petróleo. O Irão dependia também desta região no âmbito do comércio internacional. A maioria dos portos dos quais fluíam cerca de 90% das exportações iranianas, estavam localizados no Golfo Pérsico. Assim o apertado Estreito de Ormuz, era o que Rafsanjani chamava de “*Global Checkpoint*”¹⁹⁸.

A deterioração das relações com os países do CCG em 1992, quando não se conseguia encontrar qualquer consenso em torno da segurança regional no Médio Oriente, o que coincidiu com a desintegração da URSS, fez com que existisse uma reorientação da política externa iraniana. Agora o slogan já não era “Nem o Oriente, Nem o Ocidente”, mas “Ambos, o Norte e o Sul”. Assistiu-se também à “desarabização” da política externa iraniana. Do ponto de vista de Teerão, os acordos relativos à segurança regional não estavam apenas limitados aos países do Golfo Pérsico, mas também incluía as antigas Repúblicas Soviéticas. Assim foi também salientada a importância de países como a Índia, o Paquistão, o Afeganistão, a China, países que tradicionalmente nutriam maior simpatia com o Irão¹⁹⁹.

Devido a graves problemas económicos, durante a presidência Rafsanjani em 1989, observou-se uma mudança no poder iraniano. Da aliança entre os Conservadores e a Esquerda Radical, assistiu-se à emergência da cooperação entre os Conservadores e os Pragmatistas. Deste facto, resultou uma abordagem pragmática do processo de tomada de decisão política. Esta abordagem centrou-se assim na reconstrução económica no momento pós Guerra Irão-Iraque, e na reintegração do país na economia internacional. A prioridade da política externa do Presidente Rafsanjani passou pela

¹⁹⁷ RAKEL, *op. cit.*, pp. 163-164

¹⁹⁸ AMIRAHMADI, H.; ENTESSAR, N. (eds.), *Iran and the Arab World*, New York: St. Martin's Press, 1993, p. 100

¹⁹⁹ MARSCHALL, *op. cit.*, p. 119

melhoria de relações com os países do Golfo Pérsico, especialmente com a Arábia Saudita, mas também com as antigas Repúblicas Soviéticas e com a Rússia.

O conceito de independência de Hashemi Rafsanjani sobrepôs-se à visão islâmica transnacional de Khomeini. Por exemplo, quando visitou a URSS em 1989, o Presidente da República Islâmica afirmou que o desenvolvimento mais importante no Irão após a revolução, foi a possibilidade dos iranianos poderem decidir por si próprios sem qualquer intervenção vinda do exterior. Na prática, durante os dois mandatos da presidência Rafsanjani observou-se uma expansão sem precedentes das relações do Irão. Acreditava-se então que a soberania e independência do Irão dependiam da integração do país na comunidade internacional, e em particular na economia global. As circunstâncias sistémicas obrigavam assim a um maior pragmatismo da política externa iraniana²⁰⁰.

II.3. A Presidência Khatami (1997-2005)

Mohammad Khatami tornou-se um dos protagonistas da facção reformista e chegou ao poder em 1997. Centrou-se em assuntos domésticos e mudanças sociopolíticas, em vez de propaganda ao nível da política externa. A política externa de Khatami já não era utilizada para esconder uma grande crise económica no país, mas como um meio de abordar os problemas políticos internos do Irão²⁰¹.

O Presidente Khatami adicionou uma dimensão democrática, à cultura geopolítica e à política externa iraniana. Através da sua campanha eleitoral centrada nas reformas políticas e económicas do país, podemos observar que as mesmas tiveram um impacto na orientação da política externa da República Islâmica. A promoção da sociedade civil, do Estado de Direito, e outros princípios basilares dos regimes democráticos era acompanhada pela urgência da integração do Irão no sistema internacional. Para Khatami, a paz na comunidade internacional, significava a existência de uma democracia no Irão²⁰².

²⁰⁰ RAMAZANI, *op. cit.* (2008), p. 9

²⁰¹ CHUBIN, S., *Whither Iran - Reform, Domestic Politics and National Security*, The International Institute for Strategic Studies, Oxford: Oxford University Press, 2002, p. 18

²⁰² RAKEL, *op. cit.*, p. 175

Apesar de os Reformistas e os Conservadores, defenderem diferentes visões acerca da política interna iraniana, nesta altura não tinham diferentes visões sobre as prioridades da política externa do país. Os Reformistas decidiram não debater assuntos delicados como as Armas de Destruição Maciça (ADM), o terrorismo, ou o conflito israelo-palestiniano. Diferiam no entanto, na maneira como se atingem os mesmos fins. Os Conservadores preocupavam-se com a utilização da política externa no sentido de preservar e fortalecer o regime político iraniano, enquanto os Reformistas, preocupavam-se com a utilização de uma estratégia de política externa que pudesse potencializar a posição do país na economia global e implementar reformas políticas internamente²⁰³.

A política externa de Khatami centrou-se na expansão do comércio, nas medidas de segurança co-operativas, e no diálogo diplomático no sentido de desenvolver economicamente o Irão, e tornar o país num actor activo do sistema internacional.²⁰⁴ No entanto, se Khatami enfrentou durante a sua presidência diversas dificuldades no plano interno, na concretização das suas políticas, porém podemos afirmar que obteve um considerável sucesso internacional. O Presidente iraniano aprofundou e intensificou a relação com a Rússia, a China, a UE e os seus Estados-membros, e os países que compõem a área do Golfo Pérsico. Khatami tentou também cessar as tensões existentes entre os EUA e o Irão, quando George W. Bush incluiu o país no “Eixo do Mal” em 2001.²⁰⁵

Assim como o antigo Presidente Rafsanjani, Khatami apercebeu-se que o Irão necessitava de manter boas relações com os países do Golfo Pérsico, especialmente com a Arábia Saudita, no sentido de encorajar a paz e estabilidade regionais, e construir uma política comum com os países da OPEP, investindo nos países do Golfo. Mantendo também o Iraque sob controlo e melhorando as relações com os Estados ocidentais. Seguindo assim os princípios básicos da estratégia de política externa de Rafsanjani, Khatami estabeleceu relações amigáveis com os Estados Árabes do Golfo Pérsico. Na sua primeira visita ao exterior em 1997, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Kamal Kharrazi percorreu as diversas capitais do CCG, em antecipação de uma Cimeira da Organização da Conferência Islâmica (OCI) em Teerão, Dezembro de 1997. A Guerra

²⁰³ CHUBIN, *op. cit.*, p. 22

²⁰⁴ IDEM, *Ibidem*, p. 17

²⁰⁵ TAROCK, A., “The Struggle for Reform in Iran”, *New Political Science*, 24 (3), 1 September 2002, pp. 449-468

no Afeganistão e no Iraque, no início do século XXI, teve consequências importantes no Irão, que dava as boas-vindas à queda do regime Talibã e de Saddam Hussein, porém não apoiava que isso fosse concretizado pelos americanos. Nesse sentido chamava a atenção da comunidade internacional, nas Nações Unidas (em 11 de Março de 2003, no Conselho de Segurança) sobre a instabilidade e insegurança que resultaria do custo da guerra na região. Não obstante, o Irão foi o primeiro Estado a reconhecer o Conselho Governamental Iraquiano do pós Guerra e desde esse momento manteve boas relações com o governo iraquiano²⁰⁶.

Desde a desintegração da URSS, a Rússia tornou-se um forte aliado do Irão, no âmbito político, militar e nuclear. A Rússia via a aliança com o Irão, como um factor que contra-balançava, a expansão da NATO, os esforços ocidentais para controlar os recursos energéticos regionais, e as actividades da Turquia e das Antigas Repúblicas Soviéticas. A Rússia necessitava de um aliado para lidar com diversas convulsões sociais, como as do Tajiquistão e de Nagorno-Karabakh. O fornecimento de armas (convencionais e tecnologia nuclear) russas ao Irão era um factor central desta aliança. De facto, eram poucos os países dispostos a vender armas ao Irão. Além da China, a Rússia tornava-se assim um dos principais fornecedores de armas do país²⁰⁷.

Outro importante desenvolvimento em que o Irão participou foi a criação da Organização de Cooperação de Xangai (SCO), que se tornou uma importante organização política, económica e de segurança, com uma dimensão global. A inclusão do Irão na organização poderia ter um importante impacto na arena energética global e era, ao mesmo tempo, uma declaração política por parte da Rússia e da China, que alinhavam com o Irão em oposição ao Ocidente²⁰⁸.

No entanto, o sucesso mais importante dos primeiros quatro anos da Presidência Khatami foi o facto de ter conseguido melhorar a posição do Irão na comunidade internacional, em particular através do estabelecimento de relações com a UE, mas também com os EUA. Foi surpreendente, o primeiro discurso sobre política externa de Khatami, que era dirigido ao povo americano, e em que salientou as semelhanças da revolução iraniana e americana no que diz respeito à compatibilidade entre religião e liberdade. Na entrevista de 7 de Janeiro de 1998 ao canal de informação americano,

²⁰⁶ RAKEL, *op. cit.*, pp. 176-177

²⁰⁷ IDEM, *Ibidem*, p 178

²⁰⁸ IDEM, *Ibidem*, p 181

CNN, Khatami deixou claro o objectivo de melhorar as relações entre os dois países, através de um “diálogo de civilizações”. Porém enquanto Khatami lutava por esse diálogo, ou por uma *détente* entre o Irão e os EUA, o Líder Supremo Ali Khamanei minava estas iniciativas, através do apoio aos grupos islâmicos radicais em outros Estados Muçulmanos. O resultado destas circunstâncias foi que a política externa iraniana tinha, desde 1997, mudado de orientação e instrumentos, mas na sua substância permaneceu a mesma (independência, anti-americanismo, anti-israel e islâmica). Nos oito anos da presidência Khatami, não foi possível combinar as reformas domésticas, a introdução do Estado de direito e a promoção da sociedade civil, com uma política externa moderada em relação ao Ocidente e ao Golfo Pérsico. Os problemas económicos permaneceram, e não houve melhorias substanciais na questão da liberdade individual. No entanto, tinha sido aberto o debate sobre o futuro da República Islâmica, do papel do Islão e do *Velayat-e Faqih*. A facção Conservadora temia perder o controlo de importantes instituições do Estado, apoiando assim o neo-conservador, Mahmoud Ahmadinejad, na sua campanha eleitoral²⁰⁹.

II.4. A Presidência Ahmadinejad (2005-)

Apesar das relações internacionais não terem estado em destaque durante as primeiras eleições que trouxeram Ahmadinejad ao poder, a política externa acabou por ser a pedra angular das suas presidências. A estratégia e a tática diplomática iranianas mudaram desde que Ahmadinejad iniciou a sua presidência. Em termos estratégicos, o Presidente iraniano apelou ao “sentido de nacionalismo” e ao “orgulho histórico” dos muçulmanos, acusando o Ocidente de fazer oposição ao progresso científico e à independência política dos países islâmicos. Criticou também a estrutura de poder global na generalidade, e em específico o Conselho de Segurança das Nações Unidas e a legitimidade das suas sanções. Em termos táticos, Ahmadinejad mudou a atitude do Irão ao defender os seus interesses socioeconómicos, apontando os defeitos do Ocidente

²⁰⁹ IDEM, *Ibidem*, pp. 185-187

no geral, e dos EUA, em particular. Os slogans de “Certo e Errado” durante a Presidência Khatami foram substituídos por “Justiça e Tirania”²¹⁰.

Com a chegada ao poder de Mahmoud Ahmadinejad, chegaram também ao gabinete da Presidência um grupo de pessoas, constituído maioritariamente por militares ou oficiais das forças de segurança. Muitos deles confortáveis em situações e circunstâncias políticas instáveis. Nesse sentido seguiram uma política de confrontação em relação ao Ocidente, especialmente os EUA, e ao Médio Oriente. Criando assim tensões no que diz respeito ao programa nuclear, ou quanto à negação do Holocausto durante a II Guerra Mundial. Mahmoud Ahmadinejad introduziu assim um novo tom na orientação da política externa iraniana, muito longe do conceito de “diálogo” defendido por Khatami. Com a ascensão de Mahmoud Ahmadinejad como Presidente, e dos neo-conservadores na facção Conservadora, assistiu-se a uma re-emergência do conceito de “Exportação da Revolução” na política externa Iraniana. Aliás Ahmadinejad em algumas visitas ao exterior encontrou “sentimentos revolucionários” entre os muçulmanos e a aclamação de um Irão vitorioso²¹¹.

A condenação internacional de Ahmadinejad surgiu com o facto de questionar publicamente o Holocausto, atacando assim a existência e legitimidade do Estado de Israel. A verdade é que o Irão não ganha vantagens substanciais com a defesa da causa palestina e atacando Israel. Embora o Irão possa vir a ter armas nucleares, será pouco provável que as possa usar contra Israel, o que teria implicações geopolíticas, económicas e sociais para o Irão durante décadas. Seria assim uma decisão que poderá não trazer grandes vantagens aos iranianos, embora Ahmadinejad decida continuar o confronto ao nível da retórica com os israelitas²¹².

Um desenvolvimento interessante ao nível energético é a possível criação de um cartel de gás natural, uma instituição similar à da OPEP. Entre os maiores países produtores de gás natural estão o Irão, a Rússia, o Qatar, a Argélia e a Venezuela. Juntos possuem mais de 70% das reservas de gás natural disponíveis no mundo. Isto implicou um aprofundamento das relações entre os referidos países, que entraram em negociações

²¹⁰ AMUZEGAR, J., “The Ahmadinejad Era: Preparing for the Apocalypse”, *Journal of International Affairs*, Spring/ Summer 2007, p. 47

²¹¹ RAKEL, *op. cit.*, p. 188

²¹² BULLIET, R. W., “Iran Between East and West”, *Journal of International Affairs*, Spring/ Summer 2007, p. 1-14

desde Abril de 2007, aquando a realização do *Gas Exporting Countries Forum* (GECF), em Doha²¹³.

Para a Rússia é importante alinhar ao lado do Irão no seu programa nuclear, embora a retórica de confrontação de Ahmadinejad contra o Ocidente e Israel coloque os russos numa posição desconfortável. No entanto os ganhos relativos da posição russa resumem-se nestes factos: não perder uma posição dominante quanto ao programa nuclear iraniano, demonstrar um papel de confiança para se assumir como o mediador entre as Nações Unidas e o Irão, e ganhar alguma segurança geopolítica no Médio Oriente com a nuclearização do Irão²¹⁴.

Durante a Presidência Ahmadinejad, Teerão deu maior importância ao desenvolvimento das relações económicas com o Oriente, do que à intervenção nos assuntos internos dos Estados vizinhos. A participação de Ahmadinejad na Cimeira da SCO foi um passo importante nessa direcção. Ao observar a conclusão do oleoduto entre o Cazaquistão e a China, percebeu-se que Pequim iria ser um actor importante no domínio das antigas Repúblicas Soviéticas da Ásia Central, e assim tornou-se muito mais benéfico para o Irão procurar a cooperação com a China, do que a confrontação na área do Golfo Pérsico²¹⁵.

As relações entre os EUA e o Irão, durante a Presidência Ahmadinejad, têm-se desenvolvido em torno do enriquecimento de urânio e da possibilidade de Teerão vir a desenvolver Armas de Destruição Maciça. A longo prazo, os EUA parecem ter como objectivo uma mudança de regime no Irão. Esta política tem sido seguida por todas as administrações norte-americanas desde a Revolução Islâmica de 1979. A relação do Irão com o Ocidente em geral, e com os EUA em particular, resultou num grande impacto regional. É o caso do conflito israelo-palestiniano, a segurança no Golfo Pérsico e nos países muçulmanos, a instabilidade política no Afeganistão e no Iraque, e a relação entre o Ocidente e o mundo muçulmano no geral. Também são observadas algumas implicações nas relações entre os EUA, a Rússia, a China e a Índia, sendo que estes três últimos Estados não vêm grande perigo no programa nuclear iraniano²¹⁶.

²¹³ RAKEL, *op. cit.*, pp. 190-191

²¹⁴ ARAS, B.; OZBAY, F.; “Dances with Wolves, Iran and the Nuclear Issue”, *Middle East Policy*, 13 (4), Winter 2006, p. 139

²¹⁵ RAKEL, *op. cit.*, p. 195

²¹⁶ TAROCK, A., “Iran’s Nuclear Program and the West”, *Third World Quarterly*, 27 (4), 2006, pp. 646-647

Com a eleição de Ahmadinejad observa-se uma mudança na direcção da política externa iraniana. O Presidente iraniano, que parece ser um *hardliner à la Khomeini*, tem usado um registo hostil, especialmente contra os EUA e a Europa, e também contra Israel. Por outro lado desenvolveu boas relações com líderes de outros países em vias de desenvolvimento da América Latina, como a Venezuela, o Equador e a Nicarágua, e mais recentemente com o Brasil de Lula da Silva. Ao mesmo tempo foi confrontado durante a sua presidência com variadas sanções económicas, a inclusão do Irão no “Eixo do Mal”, e a declaração por alguns Estados ocidentais, do IRGC como uma organização terrorista, o que torna difícil as boas relações com os países do Ocidente²¹⁷.

Capítulo III – Dimensões da Política Externa Iraniana Actual

III.1. Dimensão Religiosa: A Influência do Xiismo Duodecimano na Política Externa Iraniana Actual

A base do sistema político da República Islâmica do Irão é o sistema do *Velayat-e Faqih*, que encontra a sua origem na tradição Xiita, dentro do Islão. Algumas questões surgem quando se analisa esta problemática. Quão político é o Xiismo? Será que tem sido uma força motora no âmbito da formulação de políticas no Irão, depois da Revolução de 1979? Ou será que foi uma componente do movimento nacionalista no Irão que, desde o século XIX, lutou contra as influências ocidentais e a dominação do Irão?²¹⁸ Para observar o fenómeno do Xiismo e do seu impacto sobre a política externa do Irão é necessário definir o papel da instituição clerical xiita na evolução sócio-política do país.

Originalmente, no Islão, não existia a distinção entre o poder do Estado e o pensamento religioso.²¹⁹ O Profeta Maomé era simultaneamente o líder temporal e espiritual do Islão, e estabeleceu os princípios essenciais da religião. Depois da morte de

²¹⁷ RAKEL, *op. cit.*, p. 199

²¹⁸ RAKEL, *op. cit.*, p. 24

²¹⁹ LAMBTON, A. K., *Theory and Practice in Medieval Persian Government*, London: Variorum Peprints, 1980, p. 404

Maomé, a legitimidade do seu sucessor, passou a constituir uma disputa entre os ramos Xiita e Sunita do Islão²²⁰.

O Xiismo tornou-se politicamente institucionalizado no Irão, quando, em 1501, o Xá Ismail I fundou o Império Safávida e adoptou o Xiismo como a religião oficial do Estado. Este facto separou o Império e identificou-o com a oposição ao Império Otomano Sunita. Assim, desde o Império Safávida, o Xiismo tem servido a construção da identidade nacional e o *state building* iraniano²²¹.

A politização do Xiismo pode ser traçada a partir de quatro desenvolvimentos: 1) o triunfo do *usuli* sobre o *akhbari*; 2) *ijtihad*; 3) *marja-e taqlid*; e 4) os *khums*. Durante os séculos XVII e XVIII, emergiu um debate teológico entre o clero xiita sobre o direito da interpretação da lei, a *ijtihad*. Duas escolas desenvolveram-se a partir deste debate, a *akhbari* e a *usuli*. A escola *akhbari* acredita que desde o desaparecimento do 12º Imam, não poderia ser concedido o direito à interpretação, e as *hadiths* (tradição das palavras e acções de Maomé) eram uma fonte legal correcta para a jurisprudência islâmica. Assim não seria necessário seguir as interpretações da *mojtahed*, o alto clero versado nas escrituras. Em contraste com a *akhbari*, a escola *usuli* acredita na *ijtihad* e na interpretação da *mojtahed*. Foram os *usuli* que ganharam a disputa entre as duas escolas e assim legitimaram a formulação de políticas no âmbito do Xiismo.²²² A vitória da escola *usuli* sobre a *akhbari* abriu o caminho para a modernização do clero xiita e a formação de um corpo clerical autónomo do Estado. Só a *mojtahed* ou ayatollah, e mais tarde no século XIX, a liderança centralizada do *marja-e taqlid*, tinham o direito à *ijtihad*²²³.

A centralização do poder entre o clero foi acompanhada da centralização financeira, e autonomia financeira do clero em relação ao Estado, através da concentração dos *khums* e *zakat* (impostos religiosos) nas mãos do *marja-e taqlid*. Os *khums* são um exclusivo do Xiismo. Originalmente, os *khums* (que representa 1/5 do rendimento líquido anual de um muçulmano xiita) eram pagos pelos iranianos aos *ulamas* (representantes do clero) a nível local ou provincial. Com a emergência do

²²⁰ AMINEH, M. P.; EISENSTADT, S. N., “The Iranian Revolution – The Multiple Contexts of Iranian Revolution”, in AMINEH, M. P. (ed.), *The Greater Middle East in Global Politics: Social Science Perspectives on the Changing Geography of the World Politics*, Boston: Brill Academic Publishers, 2007, pp. 353-375

²²¹ THUAL, F., *Géopolitique du Chiisme*, Paris: Arléa, 2002, p. 33

²²² KEDDIE, N. R., *Iran and the Muslim World*, London: Macmillan Press Ltd, 1995, pp. 97-98

²²³ ROY, O., *The Failure of Political Islam*, Cambridge: Harvard University Press, 1996/1999, p. 557

marja-e taqlid, os *khums* concentraram-se nas suas mãos. Os *khums* fizeram com que o clero tomasse contacto directo com a população em geral, e os membros do sector económico tradicional, os *bazaari*, têm usado os *khums* para aumentar a sua influência política²²⁴.

A dependência financeira parcial do clero em relação aos *bazaari* tem, ao mesmo tempo, impedido que o clero xiita não apoie políticas que possam ir contra os interesses deste grupo económico iraniano. No entanto, a independência do clero em relação ao Estado que resulta dos *khums*, tem sido particularmente importante durante alguns períodos de crise política, como é o caso da Revolta do Tabaco, a Revolução Constitucional, o Movimento de Nacionalização de Petróleo levado a cabo por Mosadeqq, e finalmente durante a Revolução Islâmica.²²⁵ A politização do Xiismo culminou nos anos 1960 e 1970, ainda durante a monarquia iraniana, com a Revolução Constitucional e o clero *post* constitucional a ser altamente criticado por intelectuais religiosos, nos quais Ayatollah Khomeini e Ali Shari'ati são as duas figuras proeminentes²²⁶.

Khomeini revolucionou o dogma xiita tradicional relativo ao poder político mundano, com as suas ideias inovadoras acerca do sistema do *Velayat-e Faqih*. As origens deste sistema podem se encontrar nos debates entre a escola *usuli* e *akhbari* no século XVIII. Foi, no entanto, Khomeini que desenvolveu o conceito e tornou-o num projecto político, institucionalizando-o na República Islâmica do Irão, quebrando assim o dogma do clero xiita em relação ao poder político. Khomeini não só restaurou algumas tradições xiitas, mas também iniciou uma revolução ideológica dentro do próprio xiismo. De acordo com a teoria do *Velayat-e Faqih*, o Líder Supremo é o legítimo líder de toda a comunidade muçulmana, *umma*. Em 1988, a Constituição de 1979 foi alterada conferindo poderes ao *faqih*, maiores que o do imam. Este facto é também apelidado como *Velayat-e Faqih Motlaqah-e Faqih*, o governo absoluto do jurista supremo. Conferindo assim maiores poderes ao Líder Supremo sobre todos os muçulmanos. Desde a revolução islâmica este sistema e os seus princípios básicos têm sido a estrutura de poder da República Islâmica do Irão, e é ao mesmo tempo um dos maiores obstáculos à democratização e concretização de reformas no país. Depois de três décadas desde a Revolução Islâmica, tem existido algum debate entre religiosos e

²²⁴ ENAYAT, H., *Modern Islamic Political Thought*, Austen: University of Texas Press, 1982

²²⁵ MIRBAGHARI, F., “Shi’ism and Iran’s Foreign Policy”, *The Muslim World*, (94), 2004, p. 557

²²⁶ RAKEL, *op. cit.* pp. 25-26

intelectuais sobre qual deveria ser o papel da religião na política. Estas questões tocam a essência do xiismo. Algumas respostas poderão ter consequências ao nível da legitimidade do sistema político iraniano, e não deve ser esquecido que o Islão continua a desempenhar um importante papel na vida da maioria dos iranianos²²⁷.

A formulação e execução da política externa requerem a identificação das metas e os meios pelos quais está a ser implementada. Ambos, os objectivos e os meios, no entanto, emanam de uma fonte, da qual a política se origina. No Ocidente, ou nas democracias liberais, a fonte é geralmente considerada como uma emanção da vontade do povo. Os governos derivam o seu mandato do povo que representam. Teoricamente, pelo menos, cada política externa, de uma forma ou de outra, diz respeito ao mandato do governo que representa a vontade da maioria. No Islão xiita, no entanto, a fonte da tomada de decisão política é Deus. Esta diferença entre o Ocidente e o Islão Xiita pode ser vista nas origens das palavras "política" e "*siasat*". Enquanto a primeira refere-se à preocupação em manter as pessoas felizes, a segunda esforça-se para trazer a evolução e o desenvolvimento à população, mesmo que isso signifique ir contra a sua vontade. A maioria dos intelectuais xiitas concordam com esta premissa básica, há no entanto, grandes disparidades entre as diversas interpretações, no que diz respeito aos objectivos e aos meios pelos quais se concretiza a política. De acordo com uma interpretação mais radical (conservadora), a vontade do povo terá de respeitar a vontade de Deus, sendo esta interpretada pelos juristas religiosos. As metas são fixadas e definidas pela ideologia. O quadro político ocidental define, na generalidade, os objectivos de política externa em termos de interesse nacional, os conservadores xiitas definem as suas metas de política externa de acordo com os termos da sua doutrina, como é entendida e interpretada pelo jurista. Este facto poderá ajudar a explicar o objectivo fixado pelo Xá Ismail I na tentativa de derrotar os otomanos. Mais recentemente, poderá lançar uma luz sobre a política iraniana em relação à questão palestiniana. Existem poucas dúvidas sobre os objectivos iranianos em relação ao conflito israelo-árabe terem sido largamente influenciados pela orientação religiosa²²⁸.

Embora Deus seja a fonte da política para todos os xiitas, a orientação da política externa, varia de acordo com diferentes interpretações. Quanto aos meios e instrumentos com os quais a política deve ser implementada, há novamente uma diferença substancial

²²⁷ IDEM, *Ibidem*, 26-27

²²⁸ MIRBAGHARI, *op. cit.*, p. 558-560

entre os xiitas e o ocidente. A Diplomacia baseia-se na racionalidade e é a ferramenta mais comum no que toca à implementação da política externa. Até os revolucionários soviéticos substituíram gradualmente a sua abordagem revolucionária radical pela diplomacia convencional, na sequência da Revolução de Outubro de 1917. Uma marca conservadora do xiismo é, porém, a jurisprudência que substitui a racionalidade como um meio de concretizar a política. Mesmo que o processo de decisão política não deixe de ser racional, o ponto de referência permanecerá a jurisprudência²²⁹.

A questão central aqui é saber se a doutrina xiita é inerentemente compatível com o interesse nacional. O Xiismo segue a vontade de Deus, da jurisprudência e da ideologia. A diferença é clara em relação à sabedoria convencional ocidental da adopção da vontade do povo, a racionalidade e os interesses nacionais, como fonte, meios e objectivos da política externa. A racionalidade é utilizada no xiismo, mas geralmente a favor da doutrina e da ideologia. A experiência histórica tem demonstrado que o xiismo, acredita que a melhor maneira de servir a causa que representa, está na preservação e sobrevivência do país, assim como a maximização do seu poder. Como tal, a política interna e externa do Irão é muitas vezes direccionada para esse objectivo²³⁰.

III.2. Dimensão Regional:

III.2.1. O Golfo Pérsico e os Estados Árabes

Desde o fim da *Pax Britannica*, predomina uma abordagem baseada no jogo de soma zero em relação à segurança do Golfo Pérsico. A retórica e a ideologia de Ayatollah Ruhollah Khomeini a favor da "Exportação da Revolução" para o mundo árabe sunita, aliada à forte hostilidade dos regimes árabes do Golfo em relação à República Islâmica do Irão, reforçaram a existência de uma mentalidade dicotómica

²²⁹ IDEM, *Ibidem*, p. 560-562

²³⁰ IDEM, *Ibidem*, p. 563

relativa à segurança regional. A invasão do Irão pelo Iraque e a crise dos reféns norte-americanos exacerbou essa tendência²³¹.

Em 1981, os Estados Unidos patrocinaram a criação do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), com a ideia de criar um equilíbrio de poder com o objectivo de manter a paz, mesmo que frágil, na região. Apesar de todos os limites no âmbito das políticas de cooperação e segurança inter-árabe, o CCG formalizou esta postura dicotómica e centrou-a no antagonismo. Após o final da Guerra Irão-Iraque, a invasão do Kuwait e a consequente Guerra do Golfo de 1991, a estratégia de “*dual containment*” de Washington contra o Iraque e o Irão, cristalizou-se nesta abordagem: a segurança do Golfo tornou-se refém da natureza dos governos envolvidos, sem qualquer desenvolvimento conceptual sobre a estrutura de segurança existente. Enquanto isso, em Teerão, uma postura antagonista em relação ao Ocidente e aos regimes dos Estados "árabes moderados", tornou-se uma característica distintiva da elite política pós-revolucionária. Essa postura constitui ainda um dos pilares da ideologia oficial da República Islâmica do Irão, muito para além da realidade da sua política externa a nível regional e a nível global. Nos últimos anos, a atmosfera política na região agravou-se devido ao *post* 11/09: a presença militar dos EUA nas fronteiras do Irão (no Afeganistão, na Ásia Central, no Cáucaso, no Iraque e no Golfo), a decisão de incluir o Irão no "Eixo do Mal", como foi articulada pelo presidente George W. Bush no discurso do Estado da União em Janeiro de 2002, juntamente com a ideia de promover a "mudança de regime" em Teerão, e ainda a crise relacionada com o programa nuclear iraniano, que desde 2002 tem sido o principal motivo de preocupação para a comunidade internacional²³².

Desde a segunda metade do século XX, o Iraque e as relações com os Estados que compõem o Golfo Pérsico têm estado entre as principais preocupações iranianas ao nível da política externa. Durante longos períodos desde o início dos anos 1970, o Iraque não só ameaçou as ambições regionais do Irão, como tentou isolar o país do mundo Árabe, colocando assim uma ameaça directa à sua integridade territorial. A mudança de regime no Irão em 1979 não conseguiu remover as tensões entre os dois países, que se agravaram através da guerra que durou oito anos. A mudança de regime

²³¹ REDAELLI, Ricardo, *The Dichotomist Antagonist Posture in the Persian Gulf, in The Middle East Institute Viewpoints: The Iranian Revolution at 30*, [http://www.mei.edu/Portals/0/Publications/Iran_Final.pdf], Consultado em 08 de Junho de 2010, p. 155

²³² IDEM, *Ibidem*, p. 155

no Iraque, em 2004, mudou esta relação, e do longo conflito entre os dois países surgiu um dilema na política externa iraniana em relação a Bagdade. Como consequência, o Irão desenvolveu uma atitude de “curto-prazo” quanto à política a tomar em relação ao Iraque. Apesar das óbvias diferenças entre os dois países, o primeiro ponto que deve ficar claro é que o Irão e o Iraque, não estão destinados a ser rivais regionais. Essa visão será demasiado determinista. Assim a noção que prevalecia nos anos 1980, que as antigas animosidades geopolíticas influenciam a relação entre os dois Estados modernos do Irão e do Iraque, não é mais do que um mito. A tensão que está subjacente às relações entre Teerão e Bagdade nos tempos modernos, nada têm a ver com a competição pela Mesopotâmia ou diferenças ideológicas entre sunitas ou xiitas, embora esta última seja uma razão frequentemente utilizada para justificar as acções destes dois Estados. Desde o fim da Guerra em 1988, o Irão e o Iraque têm demonstrado consideráveis capacidades de cooperação e negociação, sem deixarem de competir entre si ao nível estratégico. A principal razão que minou as relações dos dois países foi a Revolução Islâmica, que teve grande impacto no único país de maioria xiita, mas governado por um ditador e um partido de influência sunita. Assim a hostilidade perante a Revolução Islâmica nalguns meios iraquianos era inevitável, pois temia-se uma possível tentativa de mudança de regime em Bagdade. No mesmo sentido, a criação do CCG em 1981, assumiu-se como uma resposta defensiva de algumas monarquias árabes vulneráveis, perante a Revolução Islâmica. Assim muitos dos vizinhos imediatos do Irão, responderam à Revolução Islâmica com uma grande dose de medo²³³.

Passados mais de trinta anos, o regime iraniano necessita ainda de conceber e implementar uma política coerente de segurança nacional. Em relação à região do Golfo Pérsico e dos vizinhos imediatos do país, Teerão articulou políticas regionais de segurança externa que parecem flexíveis e mutáveis. No entanto a política externa ao nível da segurança no Irão parece ser mais influenciada por considerações pragmáticas, como o equilíbrio de poderes, do que por uma ideologia ou princípios revolucionários.

²³³ EHTESHAMI, A., *Iran and Its Immediate Neighbourhood*, in EHTESHAMI, A. (ed.), MAHJOOB, Zweiri (ed.), *Iran's Foreign Policy From Khatami to Ahmadinejad*, Reading: Ithaca Press, 2008, pp. 129-131

Assim a política externa e de segurança em relação à região do Golfo Pérsico tem apresentado alguma consistência, apesar de uma aparentemente flexibilidade²³⁴.

Um dos factores de maior relevância regional gira em torno da ampla influência militar e diplomática que o Irão usufrui na região do Golfo Pérsico. Igualmente influente na diplomacia regional, é o "factor Árabe", a postura da Arábia Saudita e as suas actividades na região. A política regional de segurança do Irão é também largamente determinada pelo papel e a posição dos EUA, numa área que o Irão considera como a sua esfera legítima de influência. Consequentemente as questões diplomáticas e militares dos EUA e da Arábia Saudita na região influenciam de forma directa a relação do Irão com o Iraque e o Afeganistão. Igualmente importantes são as relações do Irão com os seus vizinhos do sul, o Kuwait, o Bahrein e os Emirados Árabes Unidos (EAU). As relações do Irão com estes Estados têm sido caracterizadas simultaneamente pela tensão e a cooperação. Dada a constante "securitização" da política na região do Golfo Pérsico, desde a década de 1980, observou-se a interdependência entre a política externa e a política de segurança dos Estados da região. Se observarmos as relações entre o Irão e os outros Estados do Golfo, a presença militar norte-americana no Iraque, no Afeganistão e no Golfo Pérsico, a disputa territorial entre o Irão e os EAU, e o potencial de *spillover* dos conflitos internos no Iraque e no Afeganistão, tudo isto resulta num ambiente em que as questões de segurança e as questões diplomáticas estão intimamente interligados²³⁵.

Com o pragmatismo como sua principal força orientadora, a lógica subjacente às relações do Irão com os estados do CCG, manteve-se bastante consistente desde o final dos anos 1990. Isto apesar de em Teerão, durante a última década, terem estado no poder dois presidentes com posturas diferentes. Um que defendeu a causa do "diálogo entre as civilizações" e outro que reavivou a retórica radical dos primeiros dias da revolução. Isto suscita a questão de como as relações entre o Irão, a União Europeia e os EUA se deterioraram tão dramaticamente durante a presidência Ahmadinejad, apesar da continuidade de algumas das políticas de Khatami? A resposta tem menos a ver com formulação da política externa iraniana. O plano circunstancial da política internacional observou desenvolvimentos fundamentais que coincidiram com a altura de mudança de

²³⁴ KAMRAVA, Mehran, *Iran and the Gulf Cooperation Council*, in The Middle East Institute Viewpoints: *The Iranian Revolution at 30*, [http://www.mei.edu/Portals/0/Publications/Iran_Final.pdf], Consultado em 08 de Junho de 2010, pp. 158-159

²³⁵ IDEM, *Ibidem*, p. 159

administrações no poder, em Teerão. Enquanto isso, os discursos pouco diplomáticos de Mahmoud Ahmadinejad e a sua política de confronto facilitou a percepção do Irão enquanto potência revolucionária e ameaçadora a nível regional e global. Na verdade, por vezes parecia que os EUA se preocupavam mais com a possível "ameaça" iraniana na região, do que os próprios Estados que compõem o Golfo Pérsico. Em suma, não era o conteúdo e a natureza da política externa do Irão ao nível da segurança em relação ao Golfo Pérsico que mudou de Muhammad Khatami para Ahmadinejad. Em vez disso, foram os objectivos da política externa americana, o desenvolvimento das suas relações com os aliados Europeus e com os membros do Conselho de Segurança que observaram profundas mudanças depois do 11/9 e da invasão norte-americana do Iraque²³⁶.

III.2.2. A “Arab Street”

Compreender os motivos do Irão e as implicações das suas decisões ao nível da política externa, exige uma atenta consideração sobre o seu contexto regional. As questões regionais fundamentais para Teerão e Washington incluem o Iraque, o conflito israelo-árabe e o Líbano. A rivalidade entre os Irão e os EUA, é muitas vezes transportada para esses cenários. Os EUA acusam o Irão de apoiar a nível militar e financeiro as milícias iraquianas. Na Palestina, o Irão apoia o Hamas, enquanto os norte-americanos apoiam a Fatah. No Líbano, o Irão disponibiliza a sua ajuda para o Hezbollah conseguir fazer frente ao governo libanês, que por sua vez é apoiado por Washington, a ONU, a UE e a Liga Árabe. A posição regional do Irão tem sido reforçada desde 2001, consequência indirecta das guerras no Afeganistão e no Iraque. O estabelecimento de um governo xiita no Iraque abriu oportunidades imprevisíveis para a extensão da influência do Irão na região, e especialmente sobre o Iraque, antigo rival regional. O Irão poderá assim prosseguir as suas aspirações e tornar-se, a longo prazo, a principal potência regional, se e quando os EUA saírem do Médio Oriente²³⁷.

A expressão “*Arab Street*” é usada, pelo menos, de duas maneiras distintas. Por um lado, a frase é muitas vezes explicitamente conotada com a "opinião pública árabe".

²³⁶ IDEM, *Ibidem*, p. 160

²³⁷ DALTON, Richard, *Iran: Breaking a Nuclear Deadlock*, London: Latimer Trend and Co. Ltd., 2008, p. 17

Por outro lado, a mesma frase também é usada nas maneiras que sugerem algo mais específico e ameaçador do que a opinião pública árabe, a saber: uma subclasse, que se presume, fervendo dentro da sociedade árabe, e que é vista principalmente como uma fonte de problemas políticos²³⁸.

Nada expressa melhor a auto-confiança do Irão ao nível da política externa, do que as relações entre Teerão e os países árabes. A abordagem de Ahmadinejad foi a evocação de princípios comuns ao período inicial da revolução, apelando à *Arab Street*, muitas vezes em desfavor dos seus governantes. As ansiedades árabes expressas, por vezes, de forma exagerada, têm ido ao encontro da retórica do lado iraniano. Porém o nacionalismo estridente do lado iraniano poderá assumir tons nitidamente anti-árabes, embora os laços comerciais que unem as duas margens do Golfo Pérsico permaneçam fortes. A influência regional do Irão continua assim limitada. Nos últimos dois anos, o Irão não aprofundou as suas relações com os governos regionais, com excepção da Síria. Isto é devido em parte à tensão política que se observa na região, mas também é o resultado da fragilidade económica do Irão, as suas disputas com o Ocidente, e a sua natureza revolucionária. Tornou-se também evidente que o Irão pode opor-se ao *status quo*, mas não substituí-lo sozinho. A popularidade do Irão decresceu desde o pico de 2006, em torno da guerra no Líbano²³⁹.

Ao longo das últimas três décadas, o Irão construiu laços íntimos com os principais grupos militantes palestinos como o Hamas e a Jihad Islâmica, assim como o Hezbollah no Líbano. O Hamas tem suas próprias fontes de financiamento e recebeu o auxílio dos sheiks do Golfo, bem como da comunidade palestina. Assim, não é um devedor directo do Irão, nem terá necessariamente de respeitar os ditames do regime iraniano. A ligação é ainda maior com a Jihad Islâmica palestina, uma organização menor, mas perigosa. Os laços são maiores com o Hezbollah, uma força xiita no Líbano, que se encontra em total sintonia com as mensagens da classe clerical iraniana.²⁴⁰ A este respeito Condolezza Rice, Secretária de Estado da Administração Bush, declarou em 2006: “*Iran has been the country that has been in many ways a kind of central banker for terrorism in important regions like Lebanon through Hezbollah in*

²³⁸ REGIER, T., KHALIDI, M. A., *The Arab Street - Tracking a political Metaphor*, The Middle East Journal, 2009, [http://muse.jhu.edu/journals/the_middle_east_journal/v063/63.1.regier.html]. Consultado em 19 de Julho de 2010

²³⁹ DALTON, *op. cit.*, p. 17

²⁴⁰ TAKEYH, Ray, “Iran, Israel and the Politics of Terrorism”, in *Survival*, Volume 4, Issue 4, December 2006, p. 83

the Middle East, in the Palestinian Territories, and we have deep concerns about what Iran is doing in the south of Iraq”²⁴¹. A Revolução Islâmica provou ser uma fonte de inspiração para os activistas da Jihad, assim como o poder da religião e a fé dos seus devotos. Outras importantes fontes de inspiração foram os ensinamentos de Khomeini e uma oposição determinada em relação aos Estados Unidos e Israel. O Irão emergiu assim como um importante apoiante da Jihad Islâmica. Muhammad Baqer Zolqadr, o vice-ministro do Interior e antigo Comandante do IRGC, afirmou que a Intifada palestina, nasceu por causa da Revolução Islâmica e é a consequência da firmeza do povo iraniano face às grandes potências mundiais²⁴².

Dada a consolidação dos neo-conservadores no poder iraniano e a incapacidade da comunidade internacional em assegurar uma paz viável quanto à questão israelo-palestina, a política do Irão na *Arab Street*, não terá perspectivas de ser alterada. Quando não é possível atrair os líderes dos Estados Árabes para a esfera de influência da República Islâmica, o apelo aos que não fazem parte das elites políticas árabes, seja através do apoio a grupos revolucionários, ou através do chamamento que poderá advir dos ensinamentos de Khomeini ou dos ideais da Revolução, constitui uma política de segunda linha no âmbito da política externa iraniana, mas com importantes repercussões a nível regional. Desde o “Caso Flotilla”, a intervenção dos soldados de Israel em relação a um barco humanitário turco que iria quebrar o bloqueio a Gaza, a Turquia assumiu-se como um concorrente do Irão em relação à *Arab Street*. Ancara usa a sua legitimidade internacional e regional para tentar controlar os seus vizinhos árabes. Aparentemente, a Turquia como um país muçulmano sunita, poderá ter mais credibilidade, do que o Irão xiita, numa região predominantemente sunita²⁴³.

II.3.3. A Questão Israelita

²⁴¹ RICE, Condoleeza, in CFR, *State Sponsors: Iran*, Backgrounder, August 2007, [http://www.cfr.org/publication/9362/state_sponsors.html], Consultado em 10 de Julho de 2010

²⁴² TAKEYH, *op. cit.* (Dec. 2006), p. 84

²⁴³ McGEOUGH, Paul, *A shift in Arab Street's dynamics as Turkey and Israel fall out*, in The Sydney Morning Herald Online, 10 June 2010, [<http://www.smh.com.au/opinion/politics/a-shift-in-arab-streets-dynamics-as-turkey-and-israel-fall-out-20100609-xwyk.html>], Consultado em 12 de Julho de 2010.

Todos os governos revolucionários, adoptam normalmente, uma política externa radical e o mesmo aconteceu no Irão depois da Revolução Islâmica em 1979. Um dos efeitos imediatos dessa mudança foi a transformação de Israel aos olhos do Irão, de um aliado próximo, num inimigo. Do dia para a noite, Israel foi rotulado por Khomeini como o "Pequeno Satã", um Estado que considerava com menos animosidade, quando comparado com os EUA, o 'Grande Satã'. Resultado desta visão, desde a década de 1980, o Irão foi envolvido indirectamente na promoção da militância anti-Israel, no Líbano e na Palestina²⁴⁴.

A queda do Xá foi assim um contratempo relevante para Israel. Enfraqueceu o plano circunstancial ao nível da segurança no Médio Oriente, não limitando, no entanto os objectivos geoestratégicos israelitas. A Revolução Islâmica transformou assim as relações israélo-iranianas de uma “*entente cordiale*” num “antagonismo intenso” à superfície. As forças geopolíticas regionais obrigaram Israel, por vezes, a usar canais secretos com os moderados iranianos dentro da liderança revolucionária.²⁴⁵ Os decisores políticos em Tel Aviv viam Khomeini como um fenómeno passageiro e centravam o processo de decisão política em relação a Teerão, tendo em vista a era *post* Khomeini. Durante a Guerra Irão-Iraque, Israel temia que uma vitória iraquiana motivasse os árabes e enfraquecesse a posição de Israel na região. O Ministro dos Negócios Estrangeiros Israelita pediu a cooperação dos EUA no fornecimento de armas aos iranianos, isto depois da Crise dos Reféns em Teerão. Em Setembro de 1980, o Ministro da Defesa israelita oferecia assistência ao Irão e garantia uma mudança na política iraniana em relação a Israel. A tentativa iraniana de bombardear as instalações nucleares *Osirak*, foi levada a cabo com ajuda e informações secretas israelitas. A operação falhou e por isso Israel decidiu bombardear, desta vez com sucesso, as referidas instalações nucleares, no dia 7 de Junho de 1981. Em 1987, Yitzhak Rabin referiu-se ao Irão como um aliado geopolítico. Shimon Peres, que procurava uma relação estratégica mais ampla com Teerão, chegou a pedir ao Presidente dos EUA, Ronald Reagan, para procurar o diálogo com a República Islâmica. O reconhecimento dos imperativos de segurança do Irão e de Israel, existiam também do lado iraniano, apesar da oposição ideológica de Khomeini. Prevaleceu no entanto, a visão “arabista”

²⁴⁴ LOEWE, Robert; SPENCER, Claire (eds.); Iran, *It's Neighbours and the Regional Crises*, Chatham House – Middle East Program Report, 2006, [http://www.chathamhouse.org.uk/publications/papers/download/-/id/409/file/3376_iran0806.pdf], Consultado em 11 de Dezembro de 2009, p. 29

²⁴⁵ SERGEV, Samuel, *The Iranian Triangle*, New York: Free Press, 1988, p. 11

na política externa do Irão, que defende que o país poderá maximizar o seu poder na região procurando boas relações com os seus Estados vizinhos. Ao contrário do Xá, os religiosos iranianos tentaram aliviar algum ressentimento árabe face ao Irão, através do confronto retórico intenso com Israel²⁴⁶.

O final da Guerra Fria trouxe mudanças geopolíticas de grande relevância no Médio Oriente. A redistribuição do poder na região criou três pólos: Israel, a Arábia Saudita e o Irão, que competiam por uma parte relativa do poder na região, em conjunto com a presença norte-americana. Este novo ambiente estratégico proporcionou a rivalidade entre Israel e o Irão, que utilizou a retórica intensa e uma ideologia anti-israelita para conquistar a “*Arab Street*”, pois o aprofundamento de relações com os governos árabes pro-ocidentais era impossível²⁴⁷.

A rivalidade regional entre o Irão e Israel no *post* Guerra Fria foi em grande parte alimentada pelo conflito israelo-palestiniano, criando um triângulo onde o Irão encoraja a militância palestina e se opõe a qualquer solução pacífica entre Israel e os Estados vizinhos. A vitória recente do Hamas nas eleições palestinianas, movimento de inspiração iraniana, reforçou a percepção de Israel sobre o Irão como uma ameaça regional. O programa nuclear iraniano trouxe uma dimensão completamente nova e perigosa para o relacionamento já conturbado entre o Irão e Israel. Em conjunto com a retórica inflamada do presidente iraniano Ahmadinejad, a probabilidade de uma acção militar de Israel contra as instalações nucleares iranianas, aumenta a cada dia que passa. O Irão tornou-se assim, a maior ameaça para a estabilidade no Médio Oriente, segundo o ponto de vista de Israel²⁴⁸. Dada a incerteza sobre o alcance de uma solução diplomática, e tendo em conta as consequências potencialmente desastrosas de uma operação militar contra o Irão, uma estratégia de dissuasão nuclear entre Tel Aviv e Teerão, poderá constituir a última opção para estabilizar uma relação que tem sido difícil desde 1979, se e quando o Irão se tornar uma potência nuclear.

III.3. Dimensão Global:

²⁴⁶ PARSI, Trita, *Israel-Iran: Power Cycle Competition*, in KATOUZIAN, Homa (ed.), SHAHDI, Hossein, *Iran in the 21st Century: Politics, Economics & Conflict*, London: Routledge, 2008, pp. 143-144

²⁴⁷ IDEM, *Ibidem*, pp. 147-148

²⁴⁸ LOEWE, SPENCER, *op. cit.*, p. 31

II.3.3. Relações com o Ocidente (EUA e UE)

A Revolução Islâmica do Irão surgiu como uma surpresa para os EUA, transformando o antigo aliado na região, num inimigo declarado. Um dos primeiros desenvolvimentos pós revolucionários no Irão, e também um dos mais cruciais, foi a crise dos reféns na embaixada norte-americana em Teerão. No dia 14 de Novembro de 1979, a organização dos “Estudantes Muçulmanos que seguem a Linha do Imam” fez como reféns, 53 diplomatas e funcionários da embaixada americana em Teerão, durante 444 dias. Tudo isto com o apoio do Conselho Revolucionário. Esta crise serviu mais para consolidar o poder de Khomeini, do que atingir as actividades dos EUA ou das potências ocidentais²⁴⁹.

A primeira reacção dos EUA em relação à crise dos reféns foi a suspensão das exportações de carácter militar para o Irão, e impediu a importação de petróleo iraniano. O enfraquecimento das relações entre os dois países continuou através do embargo comercial aos produtos iranianos em Abril de 1980. Todas as importações e exportações foram banidas, com excepção de alimentos ou medicamentos. Em 1984, os EUA impuseram ao Irão, novas sanções no âmbito do *Arms Export Control Act* e do *Export Administration Act*, acusando o país de apoiar o terrorismo internacional. Em 1988 e 1989, a *Foreign Relations Authorization Act* proibiu o envio de armas para o Irão. Em 1992, o *Iran-Iraq Arms Non-Proliferation Act*, aprofundou as diversas proibições em relação à transferência de tecnologia para o Irão²⁵⁰.

No discurso do Estado da União, em 23 de Janeiro de 1980, o Presidente Carter anunciou a “Doutrina Carter” que pretendia fazer face à invasão soviética do Afeganistão. Assim, o Presidente americano declarou que estava disposto a utilizar a força no Golfo Pérsico, em relação a quem fosse contra os interesses americanos na região. Este foi o início da presença militar directa dos EUA no Golfo Pérsico. Não tinha sido desenvolvida, no entanto, qualquer estratégia consistente ao nível da política externa americana em relação ao Irão. Quando Ronald Reagan subiu ao poder, uma estratégia especialmente direccionada para Teerão continuou também por ser desenvolvida. Embora depois da crise dos reféns, existisse a pretensão americana de

²⁴⁹ SICK, G., “Iran’s Quest for Superpower Status”, *Foreign Affairs*, Spring 1987, pp. 698-699

²⁵⁰ AMUZEGAR, J., *Iran’s Economy under the Islamic Republic*, London: IB Tauris, 1993, p. 146-147

isolar o Irão, este não podia ser ignorado por diversas razões: o país era estrategicamente importante para o acesso aos recursos energéticos do Golfo Pérsico; o Irão partilhava uma longa fronteira com a União Soviética e o Afeganistão; desempenhava um papel relevante no Líbano ao apoiar o Hezbollah; e finalmente alguns Estados árabes, nomeadamente a Arábia Saudita, reclamavam que os americanos nada tinham feito para proteger o Xá dos revolucionários islâmicos. Assim, a administração Reagan prometeu proteger qualquer Estado árabe da ameaça dos islamistas²⁵¹.

Embora as relações entre o Irão e os EUA tenham ficado suspensas desde a crise dos reféns, nos anos 1980, os EUA foram abalados pelo escândalo do *Iran Contra Affair*. Assim apesar do embargo comercial e militar ao Irão, os norte-americanos forneceram aos iranianos, armamento militar e briefings com informações secretas sobre o Iraque e a URSS²⁵².

Com o final da Guerra Irão-Iraque não houve uma mudança fundamental nas relações entre os EUA e o Irão. O que mudou foi a orientação mais pragmática da política externa iraniana, quando Rafsanjani subiu à presidência. A guerra amenizou a posição de confronto do Irão em relação ao Ocidente. O país necessitava de ser integrado na economia global e o fim da União Soviética em 1991, levou à mudança do *status quo* na região. Foram três os factores que influenciaram a política norte-americana em relação ao Irão, desde o final da Guerra Fria. Em primeiro lugar, os EUA estavam interessados em salvaguardar o acesso ao petróleo e gás natural, para fornecer também a Europa e o Japão, isto especialmente desde a emergência da China e da Índia. Em segundo lugar, Washington decidiu contestar qualquer oleoduto que transitasse pelo Mar Cáspio e o Irão, prevenindo assim a construção de uma aliança estratégica entre a Rússia, a China e o Irão. Em terceiro lugar, tendo em conta as boas relações entre os EUA e Israel, outras questões que envolvem directamente o Irão e a segurança regional, como o terrorismo, o Processo de Paz no Médio Oriente, ou Armas de Destruição Maciça, eram assim fundamentais para os americanos²⁵³.

A Administração Clinton (1993-2001) apesar de parecer mais flexível em relação ao Irão do que as outras administrações, continuou com as sanções em relação à

²⁵¹ RAKEL, *op. cit.*, p. 162

²⁵² IDEM, *Ibidem*, pp. 162

²⁵³ IDEM, *Ibidem*, p. 169-171

República Islâmica e bloqueou o acesso do país às instituições financeiras internacionais. Clinton estabeleceu em 1993, a estratégia do “*dual containment*” em relação ao Irão e o Iraque, e pretendia isolar política, económica e militarmente estes dois países.²⁵⁴ Durante a Presidência Khatami, no Irão, houve a tentativa de uma amenização das relações entre os dois países. Khatami utilizava as expressões “*détente*” e “diálogo de civilizações” em relação aos americanos. Apesar da tentativa de *rapprochement* entre Clinton e Khatami, no final dos anos 1990, o Líder Supremo Khamanei, gorou as expectativas da comunidade internacional, apoiando os grupos islamitas radicais no Médio Oriente, e colocando assim em causa o desanuviamento das relações entre Washington e Teerão. Por outro lado, não houve qualquer levantamento das sanções americanas em relação ao Irão²⁵⁵.

Depois dos ataques do 11/9 em Nova Iorque e Washington, Khatami condenou claramente estas acções. O governo iraniano ofereceu o seu apoio para o derrube do governo Taliban no Afeganistão, ajudou a estabelecer o novo governo de Hamid Karzai e auxiliou economicamente a reconstrução do Afeganistão (com 500 milhões de dólares). Mesmo assim, o Presidente W. Bush, incluiu o Irão no “Eixo do Mal” e deixou em aberto a opção de uma guerra preemptiva se Teerão apoiasse grupos terroristas com armas de destruição maciça. Assim o discurso do Estado da União em 29 de Janeiro de 2002, ao estabelecer um “Eixo do Mal”, implicava mudar de uma estratégia de contenção para uma estratégia de mudança de regimes na região²⁵⁶.

Com a chegada de Ahmadinejad e dos Neo-conservadores ao poder, assistiu-se a um endurecimento das relações entre os EUA e o Irão. A principal preocupação americana passa pela prevenção da obtenção de armas nucleares pelo lado iraniano. A longo prazo, Washington não deixou de pretender a democratização do Irão. Observou-se um maniqueísmo mútuo na relação entre os dois países, enquanto a Administração Bush permaneceu na Casa Branca. A questão iraniana e a sua relação com o Ocidente, continua a ter grande impacto não só a nível regional como na relação entre o mundo muçulmano e o ocidente, e na relação entre os EUA e as potências emergentes, como a China, a Índia, a Rússia, ou até mais recentemente, o Brasil²⁵⁷.

²⁵⁴ LENCZOWSKI, G., “Iran: The Big Debate”, *Middle East Policy*, 3 (2), June 1994, p. 52

²⁵⁵ RAKEL, *op. cit.*, pp. 182-184

²⁵⁶ IDEM, *Ibidem*, pp. 186-187

²⁵⁷ TAROCK, *op. cit.*, p. 647

É, no entanto, relevante considerar que o Irão poderá estar aberto ao reatamento das relações com os EUA. A primeira reunião bilateral entre os dois países, teve lugar em Bagdade, no dia 28 de Maio de 2007. O Embaixador americano Ryan Crocker e o homólogo iraniano, Hassan Kazemi-Qomi, reuniram-se na “Zona Verde” da capital iraquiana, para discutir a segurança da região. A reunião não obteve resultados visíveis mas o facto de ter acontecido, é por si só, notável. Em Setembro de 2007, o Presidente Ahmadinejad visitou Nova Iorque, para uma reunião da Assembleia Geral das Nações Unidas e deu uma palestra na Universidade de Columbia. Apesar da controvérsia, milhares de americanos ouviram com interesse as palavras do líder iraniano, embora o governo americano decidisse por continuar por uma política de isolamento, não levantando as sanções ao país e nomeando o IRGC como uma organização terrorista em Agosto de 2007.²⁵⁸

Barack Obama, ainda enquanto Senador, tinha indicado que se fosse Presidente iria reunir-se com os líderes iranianos, sem condições prévias, mas acrescentando que Ahmadinejad “não é a pessoa mais poderosa no Irão”²⁵⁹. A administração Obama adoptou posteriormente uma “*engagement policy*” em relação ao Irão, mas sem grandes resultados, pois a necessidade da elite conservadora no poder de ter os EUA como um inimigo, assume-se como uma questão de sobrevivência do regime. Neste sentido, Takeyh afirma: “*There was a thesis (...) that the differences between the United States and Iran was subject to diplomatic mediation, that they could find areas of common experience, that we were ready to have a dialogue with each other. (...) but those anticipations discounted the extent how the Iranian theocracy views engagement with the United States as a threat to its ideological identity*”²⁶⁰. A ironia da *engagement approach* de Obama em relação ao Irão, é que não conseguiu satisfazer os objectivos pretendidos, que passavam pela moderação das ambições nucleares de Teerão. Conseguiu, embora sem intenção, catalisar o movimento iraniano a favor da democracia. A *hardline approach* da administração Bush, unia involuntariamente as facções políticas iranianas contra uma ameaça comum, a abordagem de Obama, divide

²⁵⁸ RAKEL, *op. cit.*, pp. 196-197

²⁵⁹ DALTON, *op. cit.*, p. 29

²⁶⁰ TAKEYH, R., in COOPER, Helen, *U.S. Encounters Limits of Iran Engagement Policy*, The New York Times Online, [<http://www.nytimes.com/2010/02/16/world/middleeast/16engage.html>], Consultado em 24 de Julho de 2010

as elites políticas e a população do regime²⁶¹. Assim a administração Obama poderá falhar a sua estratégia de compromisso com o Irão, despoletando no entanto, e sem intenção, a possível democratização do regime, atingindo talvez, um objectivo de longo prazo dos EUA desde a Revolução Islâmica de 1979, a mudança de regime em Teerão.

Quanto às relações entre o Irão e a Europa, nos últimos 150 anos, este continente tem sido associado a ameaças potenciais à segurança nacional do Irão, e ao mesmo tempo como um escudo considerando os interesses geopolíticos iranianos. Na contemporaneidade, o Irão tem procurado manter boas relações com a UE devido às necessidades de investimento exterior directo, tecnologia e know-how. Ao mesmo tempo, do ponto de vista da UE, o Irão assume-se como um potencial fornecedor de energia (petróleo e gás natural), e como um factor de estabilidade no Médio Oriente, que hoje faz quase fronteira com a UE. As questões de segurança regionais e a presença dos EUA na região não têm sido um factor central na relação entre o Irão e a UE, particularmente desde o final da Guerra Fria, ou mesmo depois do 11/9, da invasão do Afeganistão e do Iraque. Aliás durante um certo período, a manutenção das relações entre o Irão e alguns países europeus, servia, como uma contestação às políticas americanas na região²⁶².

Moshaver descreve as relações entre o Irão e a UE como uma “acomodação funcional”, argumentando que a cooperação entre as duas partes é o resultado das circunstâncias internas e internacionais da República Islâmica, mais do que uma reflexão que provem de uma estratégia fundamental nas políticas externas de Teerão e das capitais europeias. Assim a “acomodação funcional” UE-Irão, não tem uma perspectiva de longo prazo ao nível político ou de segurança, como era o caso da relação do Xá com os países europeus. As relações entre a UE e a República Islâmica do Irão são funcionais na medida em que focam os interesses económicos mútuos das duas partes, e à luz de contínuas sanções dos EUA²⁶³.

²⁶¹ SADJAPOUR, Karim, in GWERTZMAN, Bernard, *Containment Policy for a Nuclear Iran?*, CFR interview, June 17, 2010, [http://www.cfr.org/publication/22447/containment_policy_for_a_nuclear_iran.html?breadcrumb=/region/publication_list%3Fid%3D404%26page%3D2], Consultado em 25 de Julho de 2010

²⁶² RAKEL, *op. cit.*, p. 202

²⁶³ MOSHAVER, Z., “Revolution, Theocratic Leadership and Iran’s Foreign Policy: Implications for Iran-EU Relations”, *The Review of International Affairs*, 3 (2), Winter 2003, pp. 283-284

As relações entre o Irão e a UE desde a Revolução Islâmica de 1979 são claramente o resultado das tendências e oscilações na política externa do país. As relações UE-Irão foram tensas durante a liderança Khomeini. Os governos europeus testavam cuidadosamente o novo regime. O Irão acusou algumas capitais europeias de apoiarem o Iraque durante a guerra com o Irão, e ao mesmo tempo, figuras iranianas da oposição eram assassinadas em capitais europeias. Em 1992, depois Conselho Europeu de Edimburgo, a UE decidiu procurar novas formas de relacionamento com o Irão. Nasceu assim a ideia do “diálogo crítico”. Foi no entanto, apenas com a eleição de Khatami, que houve uma melhoria substancial das relações entre a UE e o Irão, nascendo assim a ideia de “diálogo abrangente”.²⁶⁴ Desde a eleição de Ahmadinejad em 2005, as relações entre as duas partes tornaram-se mais tensas, não havendo no entanto, mudanças significativas na orientação da política externa, quer em Teerão, quer na UE. Apesar da retórica de confronto de Ahmadinejad e das dificuldades que a questão nuclear coloca às relações entre as duas partes, a UE assume-se como um parceiro necessário para o desenvolvimento do Irão, especialmente quando as relações entre Washington e Teerão estão parcialmente suspensas desde 1979.²⁶⁵

III.3.3. Relações com as Grandes Potências Emergentes (Rússia, China, Índia e Brasil)

No actual contexto da política internacional, onde os Estados Unidos subsistem como a única superpotência, mas onde regressou a concorrência internacional pela predominância regional entre as grandes potências como a Rússia, a China, o Brasil, a Índia, e o Irão. A competição por estatuto e influência no globo voltaram a ter um desempenho central na cena internacional. A competição entre o liberalismo e a autocracia tornou a emergir, com as maiores potências do mundo, por vezes a

²⁶⁴ POSCH, Walter, *European Union and Iran*, in The Middle East Institute Viewpoints: *The Iranian Revolution at 30*, [http://www.mei.edu/Portals/0/Publications/Iran_Final.pdf], Consultado em 08 de Junho de 2010, pp. 165-168

²⁶⁵ RAKEL, *op. cit.* p. 219

alinharem-se de acordo com o tipo de regime²⁶⁶. É neste contexto que devem ser analisadas as relações entre o Irão e as grandes potências emergentes, a cooperação com estes países permitiu não só a sobrevivência do regime nos últimos anos, mas também um modo de contra-balançar a oposição dos EUA e dos seus aliados, quanto ao programa nuclear iraniano.

Desde a visita de Rafsanjani a Moscovo em 1989 e a reunião com Mikael Gorbachev, que o Irão pode contar com a Rússia como um aliado estratégico. Foi com a queda da URSS, deixando de partilhar fronteiras entre si, juntamente com o final da Guerra Fria e a alteração do contexto internacional, que o Irão e a Rússia começaram a perceber as relações entre os dois países como sendo de grande importância. Durante a Presidência Rafsanjani, o Irão tornou-se o maior parceiro comercial da Rússia no Médio Oriente, e o seu principal aliado na região. Desde os anos 1990, a venda de armas ao Irão permitiu a renovação do arsenal militar iraniano. Foi durante a presidência Putin que se assistiu a um aprofundamento notável das relações russo-iranianas. No actual plano regional e internacional existem pelo menos três áreas de interesse mútuo para a Rússia e o Irão: assegurar a estabilidade dos países do Cáucaso e da Ásia Central, criar um cartel de gás natural e fazer oposição à influência dos EUA na região do Médio Oriente²⁶⁷.

No âmbito do programa nuclear iraniano, a Rússia tem sido um dos principais parceiros e mediadores deste processo. Concentra-se há 36 anos, na construção de um reactor nuclear em Bushehr. Em Março de 2010, enquanto a Secretária de Estado norte-americana, Hillary Clinton visitava a Rússia, o Ministro dos Negócios Estrangeiros russo, Sergey V. Lavrov anunciou que a Rússia iria ajudar o Irão a construir um reactor nuclear até ao Verão de 2010. Clinton argumentou que seria prematuro avançar com qualquer projecto neste momento, porque iria enviar uma mensagem clara aos iranianos. Lavrov respondeu que o projecto seria definitivamente concluído. Também em Março, um alto funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros russo anunciou que os enviados da Rússia e da China pressionaram o governo iraniano a aceitar um plano da

²⁶⁶ KAGAN, Robert, *O Regresso da História e o Fim dos Sonhos*, Alfragide: Casa das Letras, 2009, pp. 19-20

²⁶⁷ MAFINEZAM, A.; MEHRABI, A., *Iran and Its Place among Nations*, Westport: Praeger Publishers, 2008, pp. 72-75

ONU sobre o enriquecimento de urânio de Teerão.²⁶⁸ Para a Rússia, é importante alinhar ao lado do Irão na questão do programa nuclear, sem no entanto, colocar em causa a sua relação com as potências ocidentais, apesar do desconforto e da retórica de confrontação do Presidente Ahmadinejad. A Rússia e o Irão têm vindo a aprofundar o nível de cooperação diplomática, militar, e económica desde o final da Guerra Fria. Tem sido assim possível para Moscovo e Teerão, a construção de uma sólida amizade baseada nas suas agendas políticas e em objectivos comerciais comuns.

Por outro lado as relações entre a Índia e a China consistem num dos mais promissores desenvolvimentos da política externa iraniana. O Irão e Índia aumentaram durante os últimos anos, as suas relações comerciais bilaterais, totalizando \$14 biliões de dólares em 2010. As exportações de hidrocarbonetos iranianos para a Índia constituem a maior parte deste comércio. Nova Delhi tem procurado comprar também petróleo e gás iraniano para ajudar a satisfazer as suas necessidades energéticas, geradas pelo rápido desenvolvimento do país. A cooperação entre a Índia e os Estados Unidos, abrandou, no entanto, o desenvolvimento das relações com a República Islâmica. Os dois países têm tentado explorar a viabilidade do Gasoduto do Irão-Paquistão-Índia (IPI), o que proporcionaria à Índia uma fonte estável de gás natural²⁶⁹. O gasoduto IPI, também chamado de "*Peace Pipeline*" tem um significado especial, por razões económicas e políticas. Este projecto beneficiará consideravelmente os países carentes de energia, como a Índia e o Paquistão, mas tem também o potencial de influenciar a natureza das relações entre os mesmos e contribuir para uma maior estabilidade regional²⁷⁰.

Embora a Índia tenha votado a favor da imposição de sanções contra o Irão na ONU, a propósito do seu programa nuclear, os dois países continuaram a procurar um relacionamento cordial ao nível diplomático. Nova Delhi e Teerão, partilham interesses geopolíticos e comerciais, que surgem a partir da capacidade do Irão ser o fornecedor de energia de que a Índia necessita. De acordo com o presidente iraniano, Mahmoud

²⁶⁸ FARRAR-WELLMAN, Ariel, *Russia-Iran Relations*, in AEI Iran Tracker, 2 August 2010, [<http://www.irantracker.org/foreign-relations/russia-iran-foreign-relations>], Consultado em 5 de Agosto de 2010

²⁶⁹ FARRAR-WELLMAN, Ariel, *India-Iran Foreign Relations*, in AEI Iran Tracker, 25 June 2010, [<http://www.irantracker.org/foreign-relations/india-iran-foreign-relations>], Consultado em 5 de Agosto de 2010

²⁷⁰ ROSHANDEL, Jalil, *Iran's Foreign Policy and the Iran-Pakistan-India Gas Pipeline*, in The Middle East Institute Viewpoints: *The Iranian Revolution at 30*, [http://www.mei.edu/Portals/0/Publications/Iran_Final.pdf], Consultado em 08 de Junho de 2010, p.92

Ahmadinejad, o Irão e a Índia devem reforçar os laços bilaterais para enfrentar as grandes mudanças que o mundo observa e preencher o vazio de poder na região. Possíveis futuros canais de cooperação poderão surgir da Organização de Cooperação de Xangai, onde os dois países detêm o estatuto de observadores²⁷¹.

Dos novos parceiros do Irão entre as grandes potências mundiais, a China ocupa uma posição de proeminência. A China é actualmente o principal parceiro comercial do Irão, observando-se uma decuplicação do volume de trocas entre os dois países. A rápida expansão das relações entre Pequim e Teerão, correspondeu a um aprofundamento ao nível da segurança, nas relações sino-iranianas. O Irão depende da China em relação a bens industriais e de consumo, e para o desenvolvimento de infra-estruturas no âmbito dos transportes. Exemplo disso foi a conclusão do metro de Teerão nos anos 1990, por engenheiros e companhias de construção chinesas. Outro projecto ambicioso que conta com o auxílio de Pequim, é a auto-estrada que ligará Teerão à Costa do Mar Cáspio. Desde a década de 1990, que o Irão e a China expandiram as suas relações no âmbito energético, investigação nuclear, turismo e *joint ventures* ao nível da indústria. No século XXI, com a criação da SCO, as relações sino-iranianas têm estado sob a suspeição dos EUA. As necessidades energéticas da China e o desejo do Irão se tornar uma grande potência regional no Golfo Pérsico e na região do Mar Cáspio, tem servido para aprofundar os interesses comuns aos dois países. A China assim como a Índia vê o Irão como uma porta de acesso ao Mar Cáspio, acedendo às reservas de petróleo e gás natural presentes na região. A manutenção das boas relações com o Irão, serve também como uma forma de confrontação às outras grandes potências mundiais, especialmente as ocidentais²⁷².

A China e Irão têm vindo a construir uma relação política com base na cooperação económica e regional. Desde 2005, o Irão é membro observador da SCO, um organismo de cooperação regional dominado pela Rússia e pela China e que é composto maioritariamente por Estados da Ásia Central. O Irão apresentou um pedido em Março de 2008 para aderir à organização como membro permanente. Além da cooperação com a China através do fórum multilateral da SCO, o Irão tem apoiado os objectivos da política externa de Pequim. Teerão expressou a aprovação da política de "Uma só China", rejeitando a possibilidade da independência de Taiwan, ou da

²⁷¹ FARRAR-WELLMAN, *op. cit.* (June 2010)

²⁷² MAFINEZAM; MEHRABI, *op. cit.*, pp. 79-80

autonomia do Tibete e da região Uyghur. Em Junho de 2010, o presidente Ahmadinejad encerrou uma visita a três nações, em Xangai, onde participou no dia do Irão na Exposição Mundial de 2010. Embora a visita tenha surgido dois dias depois da votação da China a favor de sanções adicionais contra o Irão, o presidente iraniano, elogiou, no entanto as relações bilaterais com Pequim afirmando que têm muito boas relações com a China e que os iranianos não têm razão para enfraquecer as relações sino-iranianas. O problema encontra-se nos EUA, segundo Ahmadinejad²⁷³.

O Brasil e o Irão começaram a expandir suas relações económicas bilaterais na década de 1990. Para além de relações comerciais regulares, os dois países começaram por apostar em trocas comerciais relativas a géneros alimentícios e a discutir a possibilidade de cooperação no desenvolvimento de infra-estruturas conjuntas. A cooperação económica tem ajudado a pavimentar o caminho para o desenvolvimento das relações diplomáticas entre os dois países. Brasília e Teerão têm desfrutado de melhores relações políticas ao longo dos anos, e observado um crescendo no volume do comércio bilateral. Isto além do apoio retórico brasileiro em relação ao programa nuclear iraniano apesar das crescentes críticas da comunidade internacional. As autoridades brasileiras têm também ignorado o fluxo constante de mercadorias brasileiras com destino ao Irão que violam as sanções comerciais aprovadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. Normalmente estas mercadorias param primeiro nos EAU, e seguem depois para o Irão²⁷⁴.

No dia 17 de Maio de 2010, foi assinado o Acordo Brasil-Turquia-Irão. Um acordo, dentro das normas do Tratado de Não-Proliferação, mas de cooperação ao nível nuclear, nomeadamente em relação ao enriquecimento de urânio. O Brasil é o único membro dos BRIC, que não é também uma potência nuclear, o que poderá constituir um interesse em comum com o Irão. A assertividade da política externa brasileira neste domínio poderá, no entanto, ser o resultado de um nacionalismo anti-americano e da proximidade de eleições presidenciais no Brasil. A emergência desta potência latino-americana está também a obrigar o país a redefinir o seu interesse nacional, e assim conseguir estar presente em regiões pouco habituais, e.g. o Médio Oriente. O resultado é

²⁷³ FARRAR-WELLMAN, Ariel; FRASCO, Robert, *China-Iran Foreign Relations*, in AEI Iran Tracker, 13 July 2010, [<http://www.irantracker.org/foreign-relations/china-iran-foreign-relations>], Consultado em 5 de Agosto de 2010

²⁷⁴ FARRAR-WELLMAN, Ariel, *Brazil-Iran Foreign Relations*, in AEI Iran Tracker, 20 May 2010, [<http://www.irantracker.org/foreign-relations/brazil-iran-foreign-relations>], Consultado em 5 de Agosto de 2010

o aprofundamento das relações políticas e económicas com o Irão, Israel e a Arábia Saudita. Um Brasil global significará a presença do país em novos palcos, embora ainda não esteja definida uma estratégia particular do país em relação ao Irão²⁷⁵.

III.3.3. A Questão Nuclear

“O regime iraniano desafia o mundo com as suas ambições nucleares”, assim o declarou George W. Bush, no discurso do Estado da União em 2006. Esta é uma das questões que mais tem preocupado as administrações americanas e os seus aliados. Assim parte da comunidade internacional pretende prevenir Teerão de obter armamento nuclear. As ambições nucleares iranianas não surgiram com a Revolução Islâmica de 1979. O programa nuclear começou a ser planeado no início dos anos 1970, ainda sob o regime do Xá, que com o auxílio da Alemanha Ocidental, da França e da África do Sul pretendia construir uma infra-estrutura de diversas centrais nucleares. Como o actual regime teocrático aponta, na altura, os EUA não faziam a mesma pergunta que hoje tanto colocam, qual a razão de um país rico em petróleo e gás natural necessitar da energia nuclear para fins civis?²⁷⁶

O Irão está actualmente a ser pressionando devido à possibilidade da dupla utilização do ciclo do combustível nuclear e à construção de um reactor (*heavy water*) em Arak, que poderá ser utilizado para produzir plutónio para fins militares. Teerão viola desta forma as resoluções do Conselho de Segurança 1737, 1747 e 1803, que exigem a suspensão dos trabalhos como um prelúdio às negociações, e pretendem ainda satisfazer as preocupações da Agência Internacional da Energia Atómica (AIEA), tendo em conta que o Irão está sobre suspeita da violação das obrigações relativas à não-proliferação. As verdadeiras intenções de Teerão continuam por ser reveladas. O Irão alega que não tem qualquer intenção de produzir armas nucleares, afirmando que não seria do seu interesse produzi-las, e que as mesmas foram excluídas por uma decisão religiosa do Líder Supremo. Continua no entanto a ser inaceitável para os EUA que o

²⁷⁵ SPEKTOR, Matias, *Why Brazil is a Broker with Iran*, CFR First Take, 17 May 2010, [http://www.cfr.org/publication/22139/why_brazil_is_a_broker_with_iran.html], Consultado em 25 de Junho de 2010

²⁷⁶ TAKEYH, *op. cit.* (New York, 2006), p. 136

Irão prossiga o seu programa nuclear. Não há, porém, nenhuma evidência ou prova concreta, que o Irão esteja actualmente a desenvolver uma arma. Não existe, também, a prova do contrário. O Irão relaciona o seu programa nuclear à independência e segurança nacionais, princípios estruturantes da política externa iraniana. Os seus líderes têm tentado combater as diversas pressões da comunidade internacional, comparando a resistência da questão nuclear com a resistência à "Defesa Santa" (contra o Iraque na guerra de 1980). Consideram também que o historial dos países ocidentais na ajuda ao desenvolvimento em relação ao Irão é pobre, argumentando assim que o país deve caminhar para a plena auto-suficiência energética.²⁷⁷

Os principais apoiantes dentro do regime político iraniano da opção do *breakout* nuclear, são os elementos associados ao Líder Supremo, Ayatollah Khamanei. Os religiosos iranianos têm uma influência predominante em instituições como o Conselho dos Guardiões e o IRGC, e conseguem influenciar dessa forma o plano de segurança nacional. Um princípio fundamental dos neo-conservadores e dos *hard-liners* é a noção que a República Islâmica está em constante perigo e é ameaçada por forças exteriores predatórias, necessitando assim de maximizar o seu poder militar²⁷⁸.

Na eventualidade de o Irão procurar armas nucleares, contrariamente a muitas considerações ocidentais, a procura e necessidade de Teerão produzir ADM, não surge de um pensamento ideológico irracional, mas de uma tentativa viável de fazer face um considerável número de ameaças na região, que exigem uma estratégia de dissuasão. Não se trata apenas da presença americana no Médio Oriente ou da ameaça iraquiana, ou do poder nuclear de Israel. O Irão tem próximo das suas fronteiras, as crises no Afeganistão e nas Repúblicas da Ásia Central, e uma preocupação crescente com um Paquistão nuclear. Ultrapassar todas estas ameaças parece assumir-se como um grande desafio ao regime iraniano, que não partilha de alianças estáveis, mas de relações por conveniência. O Irão continua a estar rodeado de Estados aliados de Washington e continua a ter em seu poder apenas armas convencionais que não permitem dissuadir potenciais adversários regionais.²⁷⁹ A resolução da questão nuclear continua por ser solucionada, e constitui um dos principais temas da actualidade internacional.

²⁷⁷ DALTON, *op. cit.*, pp. 22-23

²⁷⁸ TAKEYH, *op. cit.* (New York, 2006), p. 147

²⁷⁹ IDEM, *Ibidem*, pp. 140-146

Capítulo IV – O Equilíbrio entre a tendência Idealista e Pragmática na Política Externa Iraniana

Uma das formas possíveis de análise e explicação da política externa iraniana, poderá ser realizada através de uma abordagem teórica das Relações Internacionais (RI). Os debates académicos sobre teoria das RI desde a II Guerra Mundial, têm na generalidade, fornecido os instrumentos necessários para a observação dos acontecimentos internacionais, incluindo aqueles que se passam no Médio Oriente ou os que dizem respeito à República Islâmica. Embora o estudo da política externa tenha sido incluído no campo científico das Relações Internacionais, começou a emergir como uma sub-disciplina através de Richard Snyder, H. W. Bruck e Burton Sapin, os pais fundadores da análise da política externa. Apesar de ter recebido importantes contribuições do campo das RI, a análise da política externa desafia ainda as grandes teorias, como o Idealismo ou o Realismo. A necessidade de uma abordagem específica e apropriada e as contradições entre as teorias existentes, e outros factores, fizeram emergir este problema. Assim, os analistas da política externa não poderão afirmar com certeza o que se passa na “caixa negra” dos Estados e as relativas políticas externas²⁸⁰. Embora não seja expectável uma análise madura da política externa de um Estado, a tentativa de o fazer é por si só aceitável numa área académica em evolução. A política externa iraniana, talvez seja um dos casos de estudo mais complexos e o debate sobre a sua análise, assim como a dos outros Estados com o mesmo nível de importância e complexidade, poderá constituir uma ajuda ao nível do desenvolvimento da Análise da Política Externa, enquanto uma sub-disciplina das Relações Internacionais.

As Revoluções, embora sejam essencialmente assuntos internos dos Estados, causam um rasgo no tecido do sistema internacional vigente, rompendo com o *status quo* e o fluxo normal da diplomacia. A revolução de inspiração religiosa no Irão não foi excepção. Por um lado desfez a intrincada rede de relações que tinham sustentado a monarquia Pahlavi, e por outro, trouxe uma série de prioridades mais consistentes com as percepções e os valores da nova elite e do regime islâmico que a revolução tinha gerado. A revolução iraniana encerrou o reinado de um regime secular e pró Ocidental,

²⁸⁰ Vide SNYDER, R. C., BRUCK, W., SAPIN, B. (eds), *Foreign Policy Decision-Making: An Approach to the Study of International Politics*, Glencoe: IL Free Press, 1962

estrategicamente importante para a região do Médio Oriente. Inevitavelmente, portanto, as ondas que resultaram desta Revolução foram sentidas em toda a região, apesar do facto de ter ocorrido num país não-árabe e xiita. Como outros regimes revolucionários, Teerão estava determinado a incentivar o crescimento da sua ideologia e "exportá-la", sempre que possível. Este regime, aliás, surgiu e consolidou-se em plena Guerra Fria, encontrando assim um novo lugar na rigidez e inflexibilidade do sistema internacional bipolar. No entanto, passados dez anos do seu nascimento, abandonou o slogan "nem o Oriente, nem o Ocidente", ao testemunhar o fim da Guerra Fria. O seu novo lugar encontrava a unipolaridade dos Estados Unidos, a Rússia como ex-superpotência, redefinindo assim a sua presença estratégica e geopolítica numa Nova Ordem Mundial. Logo, a política externa iraniana, e a definição das suas relações internacionais, reflectem não apenas as complexidades de um Estado revolucionário emergente num ambiente altamente dinâmico e numa das mais importantes regiões do mundo a nível estratégico, mas reflectindo também, a complexidade e as contradições da nova república islâmica revolucionária e da própria política interna do país²⁸¹.

Na prática, a política externa do Irão tem evoluído em direcção a uma série de decisões pragmáticas, em conjunto com algumas abordagens de carácter ideológico. Na verdade, as relações internacionais do país não têm sido notavelmente controversas, apesar da retórica anti-ocidente. O Irão Revolucionário, apesar dos traços teocráticos, continua a ser um estado relativamente normal no âmbito da definição da sua política externa. Permaneceu um membro fiel de quase todas as organizações internacionais de que a monarquia Pahlavi também havia sido parte, e, nesse sentido, pelo menos, tem actuado mais como uma potência de *status quo*, do que uma potência revolucionária²⁸². Na verdade, até o final dos anos 1990, o Irão tinha também mantido um padrão comercial similar ao do antigo regime (com excepção dos padrões comerciais com os Estados Unidos). As relações comerciais com o Ocidente dominaram até meados do século XXI. Estas relações enfraqueceram apenas com a gradual imposição de uma série de sanções da ONU, desde Dezembro de 2006. A posição do Irão em relação ao mundo muçulmano, teoricamente, mais próximo da sua circunscrição regional, tem sido também irregular. A ironia da década de 1980 salientava as boas relações do Irão com

²⁸¹ EHTESHAMI, Anoush, *Iran's International Relations: Pragmatism in a Revolutionary Bottle*, in *The Middle East Institute Viewpoints: The Iranian Revolution at 30*, [http://www.mei.edu/Portals/0/Publications/Iran_Final.pdf], Consultado em 08 de Junho de 2010, pp. 127-128

²⁸² IDEM, *Ibidem*, p. 128

alguns estados muçulmanos de tendência secular, como a Argélia, a Líbia, e a Síria. Podemos afirmar que não houve um "*Muslim World first*" na política externa iraniana, apesar do tom e da retórica abertamente islâmica de Teerão. Ainda assim, a postura internacional do Irão, continua a preocupar a comunidade internacional. A mistura de um nacionalismo religioso e uma propaganda populista revolucionária, uma política de oportunismo, e o anti-americanismo e anti-sionismo da retórica de Teerão, continuam a envolver a política externa iraniana numa aura de difícil compreensão²⁸³.

As relações internacionais da República Islâmica do Irão podem ser divididas em quatro períodos distintos: um período de confronto (1980-1989), um período de acomodação (1989-1997), um período de *détente* (1997-2005) e um período de rejeição (pós-2005). Esta classificação temporal das diferentes fases da política externa está directamente associada às várias lideranças/presidências: Khomeini (1980-1989), Rafsanjani (1989-1997), Khatami (1997-2005), e Ahmadinejad (2005-). Esta demarcação não deve disfarçar os diversos elementos de continuidade da política externa iraniana, mesmo em relação às políticas da era Pahlavi. Da mesma forma, não deve também disfarçar a natureza errante da política externa do Irão. Neste sentido o *The Economist* escrevia em 29 de Março de 2008: "A política externa do país parece errante. O Irão condenou o terrorismo jihadista, mas abrigou fugitivos da Al-Qaeda. Apoiou o governo do primeiro-ministro do Iraque, Nuri al-Maliki, mas instigou as milícias iraquianas contra ele. Defende a unidade muçulmana, mas cria a divisão ao difamar os governantes muçulmanos pró-ocidentais, apoiando as facções xiitas e esperando que os Xiitas em todo mundo se curvem perante a autoridade de Khamenei"²⁸⁴.

A política externa iraniana sofreu assim diversas oscilações durante os últimos 30 anos. Durante este período o regime revolucionário desenvolveu a sua política externa num equilíbrio entre as visões idealista e pragmática das relações internacionais. Qualquer governo revolucionário, nos seus primeiros dias, desenvolve a tendência para seguir uma abordagem ideológica ao nível da política externa. Porém, depois de um período de amadurecimento, são desenvolvidas considerações pragmáticas, já que a sobrevivência do Estado depende em grande parte das realidades do mundo exterior.

²⁸³ IDEM, *Ibidem*, pp. 128-29

²⁸⁴ THE ECONOMIST, *Smoke and Mirrors: Iran makes it hard even for benevolent outsiders to understand it*, May 24-30, 2008, in *The Economist* online, [<http://www.economist.com/node/11465517#login>], Consultado em 10 de Julho de 2010

Isso pode explicar a cooperação entre os EUA e o Irão, quanto ao Afeganistão e depois no Iraque. Os líderes iranianos viam a estabilidade nestes dois países, como um factor vital para o interesse nacional. O pragmatismo tem prevalecido sobre a ideologia em outros casos, por exemplo, quando o Irão adoptou uma política de neutralidade no conflito de Nagorno-Karabakh entre a Arménia, um Estado cristão, e a República do Azerbaijão, um Estado islâmico com uma maioria xiita. É também um facto, que não foi o fervor ideológico do regime a validar a aspiração do Irão em tornar-se uma grande potência regional. Ao contrário, o nível educacional dos seus 70 milhões de habitantes e os seus recursos naturais transformam o país num candidato natural à preeminência regional, tentando reforçar assim a sua capacidade para desempenhar um papel de liderança, reflexo do seu peso geopolítico. Em contraste com a percepção geral do Irão enquanto um país revolucionário, a sua política externa é dirigida e em grande parte com base no seu património cultural de moderação e nos estreitos laços regionais. A santidade da soberania e a integridade territorial dos Estados tem sido repetidamente sublinhada em declarações ao nível da política externa iraniana. Especialmente quando essa soberania é ameaçada pela presença norte-americana na região²⁸⁵.

Para explicar algumas irregularidades na política externa iraniana, alguns académicos assumiram uma posição racionalista, que defende que a política externa iraniana se tornou “crescentemente prudente” desde a revolução, através de uma maturação gradual e da reconsideração do interesse nacional iraniano. Porém esta abordagem acerca da natureza da política externa do Irão Revolucionário, não consegue explicar porque a mesma não é, segundo Ramazani, “linear ou dialéctica, mas caleidoscópica”. Este importante ponto de reflexão acerca da política iraniana, mostra que os idealistas de hoje, poderão ser os realistas de amanhã, e vice-versa. A observação desta natureza fluida na política externa iraniana parece ser um importante passo conceptual para explicar os elementos em conflito na política externa do país²⁸⁶.

A análise do processo de tomada de decisão e os seus elementos tem sido uma das questões centrais das teorias de análise da política externa. Alguns analistas tentam explicar as características contraditórias da política externa iraniana através da

²⁸⁵ SAGHAFI-AMERI, Nasser, *Iranian Foreign Policy: Concurrence of Ideology and Pragmatism*, in The Middle East Institute Viewpoints: *The Iranian Revolution at 30*, [http://www.mei.edu/Portals/0/Publications/Iran_Final.pdf], Consultado em 08 de Junho de 2010, pp.136-138

²⁸⁶ RAMAZANI, R., in EHSTESHAMI, A. (ed.), MAHJOOB, Zweiri (ed.), *Iran's Foreign Policy From Khatami to Ahmadinejad*, Reading: Ithaca Press, 2008, p. 28

complexidade e do caos aparente do sistema político iraniano. No entanto, todo este processo é supervisionado pelo Líder Supremo, e muitas vezes existe o apelo ao consenso. O resultado é uma política externa inconstante onde por vezes domina o imperativo revolucionário, e outras vezes considerações mais pragmáticas ou realistas.²⁸⁷ Desta forma, como afirma Ramazani, no Irão, “o equilíbrio entre a ideologia e o pragmatismo no processo de tomada de decisão ao nível da política externa, tem sido o elemento mais persistente, e uma das questões mais complexas e difíceis de toda a história iraniana, desde o século VI a.C., quando nasceu o Estado Iraniano, até ao presente”²⁸⁸.

²⁸⁷ REZAEI, Ali A., *Foreign Policy Theories: Implications for the Foreign Policy Analysis of Iran*, in EHSTESHAMI, A. (ed.), MAHJOOB, Zweiri (ed.), *Iran's Foreign Policy From Khatami to Ahmadinejad*, Reading: Ithaca Press, 2008, p. 28

²⁸⁸ RAMAZANI, R., in REZAEI, *op. cit.*, p. 29

CONCLUSÃO

Em 1979, o regime secular-autoritário de Mohammad Reza Shah Pahlavi foi deposto por uma coligação entre forças seculares e religiosas. O estabelecimento do novo regime, uma república semi-teocrática, foi concretizado através de Ayatollah Khomeini, mobilizando as instituições religiosas xiitas e dando voz às queixas da população contra a monarquia secular do Xá.

A Revolução Islâmica de 1979 resultou numa mudança fundamental na composição da elite política iraniana, sendo muitos os membros de orientação secular substituídos pelo clero ou por praticantes religiosos leigos do Xiismo Duodecimano. O novo regime assenta num sistema político único onde coabitam duas estruturas, uma republicana e outra teocrática. Observa-se assim a combinação de instituições do Estado que tiram a sua legitimidade da lei islâmica (o Conselho dos Guardiões, o Conselho de Arbitragem, a Assembleia de Peritos, o IRGC); e de instituições republicanas legitimadas pelo voto popular (a Presidência e o Parlamento); em conjunto com instituições económicas semi-governamentais, as fundações religiosas (as *bonyads*). O princípio fundamental do sistema político, desenvolvido por Ayatollah Khomeini, é o *Velayat-e Faqih*, que salienta o Líder Supremo enquanto *locus* do poder temporal e espiritual da República Islâmica. Em conjunto, o *Faqih* e os órgãos de supervisão religiosos fiscalizam as instituições republicanas, o que cria uma tensão contínua entre as duas estruturas políticas que coexistem dentro do mesmo regime.

Não se observam partidos políticos na República Islâmica. São as facções políticas que representam as diversas abordagens económicas, socioculturais e ao nível da política externa, presentes no sistema político iraniano. As principais facções políticas são a Conservadora, a Pragmatista e a Reformista. Estas não são homogêneas mas representam uma coligação entre grupos e indivíduos com visões similares, não tendo uma estrutura organizacional coerente ou um programa oficial. O nível de participação de uma facção na formulação de políticas depende essencialmente da facção que controla as instituições governamentais durante um determinado período de tempo. No entanto, embora o domínio das instituições republicanas tenha alternado entre as diversas facções desde 1989, os órgãos de supervisão religiosos, as forças armadas e as *bonyads* têm estado sob o controlo dos Conservadores. O que significa que

a facção conservadora tem dominado de forma contínua as instituições chave do Estado, e consequentemente influenciado de forma decisiva a formulação de políticas na República Islâmica.

Os principais órgãos ou instituições responsáveis pelo processo de decisão ao nível da política externa são o Líder Supremo, o Presidente, o Conselho dos Guardiões, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, e o Conselho de Segurança Nacional. O processo de decisão emerge normalmente do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Irão e transita para o Presidente, para o Conselho de Segurança Nacional, e por fim para o Líder Supremo, o qual poderá assinar ou não, as leis no âmbito da política externa ou interna. O Conselho dos Guardiões fornece recomendações ao nível da política externa e assegura que as iniciativas governamentais estejam em harmonia com a constituição. Esta análise consiste apenas numa tendência geral em termos do processo de decisão na República Islâmica no que diz respeito à política externa do país. A composição das facções políticas envolvidas, a dimensão e influência das personalidades, as prioridades do país e as alterações na estrutura de poder, são também determinantes na formulação de políticas.

Outra importante fonte de desenvolvimento da política externa iraniana é a informação recolhida através das embaixadas, dos *media*, das bibliotecas estrangeiras, de cidadãos de outros países, de *think tanks*, de académicos, e através dos *attachés* culturais, dependentes do Líder Supremo, que fazem parte da Organização para a Cultura Islâmica e Comunicações. O dado chave em todo este processo, como em outros domínios, é que o Líder Supremo tem uma palavra final a dizer em matéria de política externa, podendo aprovar ou não qualquer iniciativa política neste domínio.

Será ainda relevante afirmar que a rivalidade entre as diferentes facções políticas em matéria de política externa tem como base diferentes visões geopolíticas quanto à República Islâmica. A facção Conservadora coloca a ênfase na identidade da Revolução Islâmica e nos valores islâmicos. Segundo os conservadores, o país deve procurar manter boas relações com os Estados Islâmicos, ou com as massas populacionais islâmicas, a *Arab Street*, em paralelo com o esfriamento de relações com os EUA. A visão geopolítica ostentada pelos Pragmatistas e pelos Reformistas é substancialmente diferente. Estas duas facções vêem o Irão como um Estado-nação que desempenha um papel fundamental nas relações internacionais. O comércio internacional e os laços políticos, serão no seu entender, os instrumentos essenciais para salvaguardar o

interesse nacional iraniano. Desta percepção, surge a defesa de um *rapprochement* com os EUA e o Ocidente. Embora todas as facções aceitem o princípio da independência e do desempenho de um papel fulcral da República Islâmica na política internacional, será diferente a abordagem dos Conservadores, que seguem uma visão idealista, e a dos Pragmatistas e Reformistas, que optam por uma visão pragmática quanto à política externa do país.

Desde a Revolução de 1979, o equilíbrio entre a ideologia e o pragmatismo no processo de tomada de decisão ao nível da política externa, tem sido o elemento mais persistente. Apesar de qualquer governo revolucionário desenvolver uma tendência para seguir uma abordagem ideológica ao nível da política externa, e depois de um período de amadurecimento, partir para considerações de maior pragmatismo, o regime revolucionário iraniano permanece uma excepção, em grande parte devido ao seu carácter teocrático, que sedimenta a permanência do idealismo pan-islâmico, na política externa iraniana.

As relações internacionais da República Islâmica do Irão podem ser divididas em quatro períodos distintos: um período de confronto durante a liderança khomeini (1980-1989), um período de acomodação durante a Presidência Rafsanjani (1989-1997), um período de *détente* durante a Presidência Khatami (1997-2005) e um período de rejeição durante a Presidência Ahmadinejad (pós-2005). Desta forma, depois de uma fase em que a política externa iraniana era essencialmente idealista, sendo privilegiada a abordagem correspondente aos valores religiosos do xiismo e ao internacionalismo islâmico, que coincidiu com a liderança Khomeini, assistimos à emergência de uma abordagem pragmática seguida por Rafsanjani e Khomeini, em que se observou a melhoria das relações diplomáticas com os países do Golfo Pérsico, com a União Europeia, a China, a Índia, os países da Ásia Central, a Rússia, e até os EUA. Para além da presença das facções políticas pragmatista e reformista nas instituições republicanas do regime iraniano, outros elementos contribuíram para a mudança no carácter das relações externas do país: o fim da Guerra Irão-Iraque, o colapso da União Soviética em 1991, uma maior presença militar norte-americana no Golfo Pérsico desde 1991, e graves problemas económicos internos na República Islâmica.

No entanto, através das instituições teocráticas do regime, durante a Presidência Rafsanjani e Khatami, a facção conservadora, através do Gabinete do Líder Supremo, apoiou financeiramente grupos subversivos nos países muçulmanos, silenciou os

iranianos no exílio, acusou os cidadãos ocidentais de blasfémia, e apoiou a visão que defende o não-reconhecimento do Estado de Israel. Este facto complicou as relações externas do país, em grande parte devido ao sistema político bicéfalo presente no Irão. Com a ascensão de Mahmoud Ahmadinejad e dos Neo-conservadores ao poder observou-se uma nova mudança de paradigma na política externa iraniana. Emergindo uma nova abordagem *à la khomeini*, onde a retórica de confrontação, o anti-americanismo, o anti-sionismo e o apoio à *Arab Street*, foram traduzidos numa nova visão idealista e pan-islâmica da política externa iraniana.

O dualismo presente no sistema político iraniano (teocracia/ republicanismo) e nas visões geopolíticas das facções políticas iranianas, está também presente no artigo 152º da Constituição da República Islâmica, que define a política externa do país e formaliza também o seu carácter dual. A constituição assume por um lado uma visão realista da política externa (*self-help* ou auto-preservação) e por outro, uma visão idealista assente numa ideia de Internacionalismo Islâmico. As duas dimensões parecem ser assim indissociáveis. O Irão procurou assumir uma relevância externa e liderança no mundo muçulmano através da exportação dos princípios fundadores da República Islâmica e da defesa dos direitos de todos os muçulmanos. Esta vocação pan-islamista, contrária aos princípios vestefalianos de não ingerência e não intervenção, explica muitos dos apoios militares facultados pelo Irão a outros grupos de reivindicação islâmica como o Hamas, o Hezbollah, ou a Jihad islâmica.

A política externa iraniana sofreu assim diversas oscilações durante os últimos 30 anos. Durante este período, o Irão manteve o equilíbrio entre o idealismo e o pragmatismo nas relações internacionais do país, desenvolvendo assim um carácter dualista ou paradoxal na sua política externa, onde estão presentes de um lado o internacionalismo islâmico, e de outro os princípios realistas relacionados com o conceito de interesse nacional.

As características teocráticas do regime político iraniano influenciam, sem qualquer dúvida, a formulação da política externa iraniana *post* 1979, seja através das instituições religiosas do Estado, do poder incontestável do Líder Supremo, ou da influência da facção conservadora, que é transversal a toda a sociedade iraniana. No entanto, existe em simultâneo, um elemento pragmático relacionado com o interesse nacional e a auto-preservação do país, e com as visões geopolíticas das facções Pragmatista e Reformista, que contribuem para o processo de decisão política ao nível

da política externa iraniana. Enquanto este regime político híbrido, semi-autoritário e semi-teocrático permanecer no Irão, o elemento mais persistente na sua política externa será o equilíbrio entre um Idealismo Pan-Islâmico e um Pragmatismo Vestefaliano.

Existem três possíveis cenários quanto ao futuro próximo do Irão e ao desenvolvimento da sua política externa. O primeiro poderá consistir numa nova revolução e na queda do actual regime, protagonizada pelos iranianos que apoiam um Estado secularizado, e que emergem da classe média, dos estudantes, das mulheres, dos intelectuais, etc. O movimento de reforma “de baixo para cima” carece no entanto, de uma estrutura organizacional bem definida e de uma visão clara do futuro do país. O segundo cenário possível, consiste num *coup d'état* pelos neo-conservadores, de forma a prevenir a perspectiva de uma nova revolução. Os neo-conservadores têm a seu lado as forças paramilitares, e por isso terão os meios necessários para efectivar um golpe de Estado. Porém, os Neo-conservadores não têm um programa político claro e de longo prazo, e as forças armadas tradicionais poderão não estar do seu lado. O terceiro cenário consiste na transferência de poder dos Neo-conservadores para os Pragmatistas. Este é o cenário mais provável, os Reformistas e os Neo-conservadores não conseguiram cumprir as suas promessas eleitorais desiludindo a população iraniana. Para além disso, parte da facção conservadora suavizou a sua abordagem em relação à economia e à política externa do país, oferecendo assim uma base de apoio mais ampla ao Pragmatistas. Será no entanto, o cenário de uma nova revolução no Irão e a consequente secularização do país, que poderá perspectivar uma mudança substancial em relação à política externa iraniana. A visão do Irão enquanto um actor fundamental na política internacional deverá continuar, assim como as suas ambições regionais. A secularização do país poderá no entanto significar o fim do pan-islamismo enquanto pilar fundamental da política externa do Irão.

BIBLIOGRAFIA / REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFARI, Janet, *The Iranian constitutional revolution, 1906-1911: grassroots democracy, social democracy, & the origins of feminism*, New York: Columbia University Press, 1996

AGNEW, John; CORBRIDGE, Stuart, *Mastering Space – Hegemony, Territory, and International Political Economy*, London: Routledge, 1995

AHMADI, Hamid, *The Dilemma of National Interest in the Islamic Republic*, in KATOUZIAN, Homa (ed.), SHAHDI, Hossein, *Iran in the 21st Century: Politics, Economics & Conflict*, London: Routledge, 2008

ALFONEH, Ali, *What Do Structural Changes in the Revolutionary Guards Mean?*, Middle East Quarterly, Fall 2008

ALGAR, Hamid, *Islam and Revolution - Writings and Declarations of Imam Khomeini*, Berkeley: Mizan Press, 1981

ALIZADEH, Pavin, *The Economy of Iran – The Dilemmas of an Islamic State*, London: I.B. Tauris, 2000

AMINEH, M. P., *Globalization, Geopolitics and Energy Security in the Caspian Region*, Den Haag: CIEP, 2003

AMINEH, M. P.; EISENSTADT, S. N., “The Iranian Revolution – The Multiple Contexts of Iranian Revolution”, in AMINEH, M. P. (ed.), *The Greater Middle East in Global Politics: Social Science Perspectives on the Changing Geography of the World Politics*, Boston: Brill Academic Publishers, 2007

AMIRAHMADI, H.; ENTESSAR, N. (eds.), *Iran and the Arab World*, New York: St. Martin's Press, 1993

AMUZEGAR, J., *Iran's Economy under the Islamic Republic*, London: IB Tauris, 1993

AMUZEGAR, J., “The Ahmadinejad Era: Preparing for the Apocalypse”, *Journal of International Affairs*, Spring/ Summer 2007

ARAS, B.; OZBAY, F.; “Dances with Wolves, Iran and the Nuclear Issue”, *Middle East Policy*, 13 (4), Winter 2006

ARJOMAN, Saïr A., *After Khomeini: Iran Under His Successors*, Oxford: Oxford University Press, 2009

BAKHASH, S., *Iran's Foreign Policy under the Islamic Republic 1979-2000*, in BROWN, L. C. (ed.), *Diplomacy in the Middle East: The International Relations of Regional and Outside Powers*, London: I. B. Tauris, 2001

BALEY, Frank, *The Blackwell Dictionary of Political Science*, Oxford: Blackwell Publishers Ltd., 1999

BAMANI, Amin, *The Modernization of Iran (1921-1941)*, Stanford, University Press, 1961

BULL, Hedley, *The Anarchical Society: A Study of Order in World Politics*, Basingtoke: Macmillan, 1997, p. 13

BULLIET, R. W., “Iran Between East and West”, *Journal of International Affairs*, Spring/ Summer 2007

BYMAN, Daniel, et al. *Iran's Security Policy in the Post-Revolutionary Era*, Santa Monica: RAND, 2001

CARR, Edward H. *The Twenty Years Crisis*, New York: Palmgrave Macmillan, 2001

CHUBIN, S., *Whither Iran? - Reform, Domestic Politics and National Security*, The International Institute for Strategic Studies, Oxford: Oxford University Press, 2002

COSTA, Helder Santos; *Shiismo Iraniano – uma abordagem Histórico-Sociológica*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2000

CRANE, Keith et. al., *Iran's Political, Demographic, and Economic Vulnerabilities*, Santa Monica: RAND, 2008

DALTON, Richard, *Iran: Breaking a Nuclear Deadlock*, London: Latimer Trend and Co. Ltd., 2008

- DIJKINK, G. J., *National Identity and Geopolitical Visions: Maps of Pride and Pain*, New York: Routledge, 1996
- DOUGHERTY, James E.; PFALTZGRAFF, Robert L., *Relações Internacionais – As Teorias em confronto*; Lisboa: Gradiva, 2003
- EHTESHAMI, A., *After Khomeini: The Iranian Second Republic*, London: Routledge, 1995
- EHTESHAMI, A., *Iran and Its Immediate Neighbourhood*, in EHSTESHAMI, A. (ed.), MAHJOOB, Zweiri (ed.), *Iran's Foreign Policy From Khatami to Ahmadinejad*, Reading: Ithaca Press, 2008
- EHSTESHAMI, A. (ed.), MAHJOOB, Zweiri (ed.), *Iran's Foreign Policy From Khatami to Ahmadinejad*, Reading: Ithaca Press, 2008
- EHTESHAMI, A.; ZWEIRI, M., *Iran and the Rise of the Neoconservatives: The Politics of Tehran's Silent Revolution*, London: I. B. Tauris, 1997
- ENAYAT, H., *Modern Islamic Political Thought*, Austin: University of Texas Press, 1982
- ESHRAGHI, F., *Anglo-Soviet Occupation of Iran in August 1941*, Middle Eastern Studies, 20 (1), January 1984
- FATTON, Robert; RAMAZANI, R. K., *Religion, State and Society – Jefferson Wall of Separation in Comparative Perspective*, New York: Palgrave Macmillan, 2009
- GREEN, Jerrold D. et. al., *Understanding Iran*, Santa Monica: RAND, 2009
- HUNTER, S. T., *Iran after Khomeini*, Westport: Praeger, 1992
- INTERNATIONAL CRISIS GROUP, “*What Does Ahmadi-Nejad's Victory Mean?*”, Middle East Briefing, No. 18, Tehran and Brussels, August 2005
- IRGC, *Payam-e Enghelab*, Mar. 19, 1980, in ALFONEH, Ali, *What Do Structural Changes in the Revolutionary Guards Mean?*, Middle East Quarterly, Fall 2008
- IRGC, *Payam-e Enghelab*, July 25, 1981, in ALFONEH, Ali, *What Do Structural Changes in the Revolutionary Guards Mean?*, Middle East Quarterly, Fall 2008

- IRNA, “*Iran: Guards Commander Says Change in Guards Strategy Necessary*”, FBISIA20070817950094, August 17, 2007
- KAGAN, Robert, *O Regresso da História e o Fim dos Sonhos*, Alfragide: Casa das Letras, 2009
- KATOUZIAN, H., *Musaddeq and the Struggle for Power in Iran*, London: IB Tauris, 1990
- KEDDIE, N. R., *Iran and the Muslim World*, London: Macmillan Press Ltd, 1995
- KEDDIE, N. R.; GAIOROWSKI, M. (eds.), *Neither East, Nor West, the Soviet Union and the United States*, New Haven: Yale University Press, 1990
- KEDDIE, N. R., *Religion and Rebellion in Iran: The Tobacco Protest of 1881-1882*, London: Frank Cass, 1966
- KHALAJI, Mehdi, *Iran’s Revolutionary Guard Corps Inc*, Washington Institute for Near East Policy, *Policy Watch* No. 1273, 17 August 2007
- KHOMEINI, Imam, *Islamic Government*, Tehran: The institute for Compilation and Publication of Imam’s Khomeini’s works, 1992
- LAMBTON, A. K., *Theory and Practice in Medieval Persian Government*, London: Variorum Peprints, 1980
- LENCZOWSKI, G., “Iran: The Big Debate”, *Middle East Policy*, 3 (2), June 1994
- MAFINEZAM, A.; MEHRABI, A., *Iran and Its Place among Nations*, Westport: Praeger Publishers, 2008
- MARSCHALL, C., *Iran’s Persian Gulf Policy - From Khomeini to Khatami*, London: Routledge Curzon, 2003
- MARTINS, Raúl François, *Apontamentos de Geopolítica e Geoestratégia*, volume 1, Lisboa: Universidade Lusíada Editora, 2006
- MASR, Vali, *The Shia Revival – How Conflicts within Islam will Shape the Future*, New York: Norton & Company Ltd., 2007
- MICHON, Jean-Louis, *Introduction to Traditional Islam – Foundations, Art, and Spirituality*, Indiana: World Wisdom, 2008

- MIRBAGHARI, F., "Shi'ism and Iran's Foreign Policy", *The Muslim World*, (94), 2004
- MOMEN, Moojan, *An Introduction to Shi'i Islam – The History and Doctrines of Twelver Shi'ism*, New York: Yale University Press, 1985
- MOJTAHED-ZADEH, Pirouz, *Boundary Politics and International Boundaries of Iran*, Boca Raton: Universal Publishers, 2006
- MORGENTHAU, Hans J., *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*, New York: Alfred A. Knopf, 1978
- MOSHAVER, Z., "Revolution, Theocratic Leadership and Iran's Foreign Policy: Implications for Iran-EU Relations", *The Review of International Affairs*, 3 (2), Winter 2003
- Ó'TUATHAIL, Gearóid, *Geopolitical Structure and Cultures: Towards Conceptual Clarity in the Critical Study of Geopolitics*, in *Geopolitics: Global Problems and Regional Concerns*, The Center for Defense and Security Studies, Bison, Paper 4, January 2004
- Ó'TUATHAIL, G., Dalby, S., *Rethinking Geopolitics*, London: Routledge, 1998
- PARSI, Trita, *Israel-Iran: Power Cycle Competition*, in KATOUIZIAN, Homa (ed.), SHAHDI, Hossein, *Iran in the 21st Century: Politics, Economics & Conflict*, London: Routledge, 2008
- RAKEL, Eva Patricia, *Power, Islam and Political Elite in Iran – A Study on the Iranian Political Elite from Khomeini to Ahmadinejad*, Leiden: Brill, 2009
- RAMAZANI, R. K., *Iran's Foreign Policy: Independence, Freedom and the Islamic Republic*, in EHSTESHAMI, A. (ed.), MAHJOOB, Zveiri (ed.), *Iran's Foreign Policy From Khatami to Ahmadinejad*, Reading: Ithaca Press, 2008
- RAMAZANI, R. K., *The Foreign Policy of Iran: a developing nation in World Affairs, 1500-1941*, Charlottesville: Virginia University Press, 1966
- REZAEI, Ali A., *Foreign Policy Theories: Implications for the Foreign Policy Analysis of Iran*, in EHSTESHAMI, A. (ed.), MAHJOOB, Zveiri (ed.), *Iran's Foreign Policy From Khatami to Ahmadinejad*, Reading: Ithaca Press, 2008

- ROY, O., *The Failure of Political Islam*, Cambridge: Harvard University Press, 1996/1999
- SAIKAL, Amin, *A Hard-liner, for a Change Iran's President-elect*, in *International Herald Tribune*, June 28, 2005
- SADJAPOUR, Karim, *Reading Khamanei: The World View of Iran's Most Powerful Leader*, Washington: Carnegie Endowment for International Peace, 2008
- SATLOFF, R. B., *The Politics of Change in the Middle East*, Boulder: Westview Press, 1993
- SERGEV, Samuel, *The Iranian Triangle*, New York: Free Press, 1988
- SICK, G., "Iran's Quest for Superpower Status", *Foreign Affairs*, Spring 1987
- SNYDER, R. C., BRUCK, W., SAPIN, B. (eds), *Foreign Policy Decision-Making: An Approach to the Study of International Politics*, Glencoe: IL Free Press, 1962
- TAKEYH, Ray, "Iran, Israel and the Politics of Terrorism", in *Survival*, Volume 4, Issue 4, December 2006
- TAKEYH, Ray, *Hidden Iran – Paradox and Power in the Islamic Republic*, New York: Holt Paperback, 2006
- TAROCK, A., "Iran's Nuclear Program and the West", *Third World Quarterly*, 27 (4), 2006
- TAROCK, A., "The Struggle for Reform in Iran", *New Political Science*, 24 (3), 1 September 2002
- THALER, David E. et al., *Mullahs, Guards and Bonyads – An Exploration of Iranian Leadership Dynamics*, Santa Monica: RAND, 2010
- THUAL, F., *Géopolitique du Chiisme*, Paris: Arléa, 2002
- WEHREY, Frederic, et al., *The Rise of the Pasdaran - Assessing the Domestic Roles of Iran's Islamic Revolutionary Guards Corps*, Santa Monica: RAND, 2009
- WENDT, Alexander, *Social Theory of International Politics*, Cambridge: Cambridge University Press, 1999

WHITTLESLEY, Charles Raymond, *National Interest and International Cartels*, New York, 1946

Fontes electrónicas:

ABDOH, Ehsan *et. al.*, *Understanding Iran's Assembly of Experts*, Policy Brief 1, November 2006, Centre for Iranian Studies, Durham University, [<http://www.dur.ac.uk/resources/iranian.studies/Policy%20Brief%201.pdf>], Consultado em 28 de Maio de 2010

BARBER, Benjamin, *Jihad vs. McWorld*, in The Atlantic Online, March 1992, [<http://www.theatlantic.com/magazine/archive/1992/03/jihad-vs-mcworld/3882/>], Consultado em 10 de Julho de 2010

BARZEGAR, Kayahan, *The Geopolitical Factor in Iran's Foreign Policy*, in The Middle East Institute Viewpoints: *The Iranian Revolution at 30*, [http://www.mei.edu/Portals/0/Publications/Iran_Final.pdf], Consultado em 08 de Junho de 2010

Cooper, Helen, *U.S. Encounters Limits of Iran Engagement Policy*, The New York Times Online, [<http://www.nytimes.com/2010/02/16/world/middleeast/16engage.html>], Consultado em 24 de Julho de 2010

CORDESMAN, Anthony H., *Iran's Revolutionary Guards, the Al Quds Force, and Other Intelligence and Paramilitary Forces*, Rough Working Draft, CSIS – Center for Strategic and International Studies, 2007, [http://csis.org/files/media/csis/pubs/070816_cordesman_report.pdf], Consultado em 29 de Março de 2010

ESPOSITO, John (ed.), *Shii Islam*, in The Oxford Dictionary of Islam, Oxford Islamic Studies Online, [<http://www.oxfordislamicstudies.com/article/opr/t125/e2189>], Consultado em 15 de Junho de 2010

EHTESHAMI, Anoush, *Iran's International Relations: Pragmatism in a Revolutionary Bottle*, in The Middle East Institute Viewpoints: *The Iranian Revolution at 30*,

[http://www.mei.edu/Portals/0/Publications/Iran_Final.pdf], Consultado em 08 de Junho de 2010

FARHI, Farideh, *Iran's 2008 Majlis Elections: The Game of Elite Competition*, in Middle East Brief – Breis University, N° 29, May 2008, [<http://www.brandeis.edu/crown/publications/meb/MEB29.pdf>], Consultado em 5 de Maio de 2010

FARRAR-WELLMAN, Ariel, *Brazil-Iran Foreign Relations*, in AEI Iran Tracker, 20 May 2010, [<http://www.irantracker.org/foreign-relations/brazil-iran-foreign-relations>], Consultado em 5 de Agosto de 2010

FARRAR-WELLMAN, Ariel; FRASCO, Robert, *China-Iran Foreign Relations*, in AEI Iran Tracker, 13 July 2010, [<http://www.irantracker.org/foreign-relations/china-iran-foreign-relations>], Consultado em 5 de Agosto de 2010

FARRAR-WELLMAN, Ariel, *India-Iran Foreign Relations*, in AEI Iran Tracker, 25 June 2010, [<http://www.irantracker.org/foreign-relations/india-iran-foreign-relations>], Consultado em 5 de Agosto de 2010

FARRAR-WELLMAN, Ariel, *Russia-Iran Relations*, in AEI Iran Tracker, 2 August 2010, [<http://www.irantracker.org/foreign-relations/russia-iran-foreign-relations>], Consultado em 5 de Agosto de 2010

ICG, *Iran: The Struggle for the Revolution's Soul*, ICG Middle East Report N°5, 5 August 2002, [http://www.drsorouseh.com/PDF/E-CMO20020805THE_STRUGGLE_FOR_THE_REVOLUTIONS_SOUL.pdf], Consultado em 29 de Abril de 2010

IRÃO, *Constitution of the Islamic Republic of Iran*, [<http://www.alaviandassociates.com/documents/constitution.pdf>], Consultado em 11 de Dezembro de 2009, p. 44

JAVENDAFAR, Meir, *Filling Montazeri's Shoes In Iran*, in Council of Foreign Relations, [<http://www.cfr.org/publication/21040/guardian.html>], Consultado em 28 de Abril de 2010

KAMRAVA, Mehran, *Iran and the Gulf Cooperation Council*, in The Middle East Institute Viewpoints: *The Iranian Revolution at 30*,

[http://www.mei.edu/Portals/0/Publications/Iran_Final.pdf], Consultado em 08 de Junho de 2010

KATZMAN, Kenneth, *Iran: U.S. Concerns and Policy Responses*, Congressional Research Services, June 11, 2010, [<http://www.fas.org/sgp/crs/mideast/RL32048.pdf>], Consultado em 29 de Junho de 2010

KHALAJI, Mehdi, in GREG, Bruno, *Iran's Revolutionary Guards*, Council on Foreign Relations [http://www.cfr.org/publication/14324/irans_revolutionary_guards.html], consultado em 29 de Março de 2010

KHOMEINI, Ruhollah; "*Khomeyni Addresses Soldiers At Farahabad, Lashkarak Barracks*" in ROBERTS, Mark; *Khomeini's Incorporation of the Iranian Military*, National Defense University, MacNair Paper 48, Janeiro de 1996. [kms1.isn.ethz.ch/serviceengine/Files/ISN/23563/.../en/mcnair48.pdf], Consultado em 14 de Dezembro de 2009

LOEWE, Robert; SPENCER, Claire (eds.); *Iran, It's Neighbours and the Regional Crises*, Chatham House – Middle East Program Report, 2006, [http://www.chathamhouse.org.uk/publications/papers/download/id/409/file/3376_iran0806.pdf], Consultado em 11 de Dezembro de 2009

McGEOUGH, Paul, *A shift in Arab Street's dynamics as Turkey and Israel fall out*, in The Sydney Morning Herald Online, 10 June 2010, [<http://www.smh.com.au/opinion/politics/a-shift-in-arab-streets-dynamics-as-turkey-and-israel-fall-out-20100609-xwyk.html>], Consultado em 12 de Julho de 2010

MOHAMMADI, Commander, Radio Free Europe/Radio Liberty, *RFE/RL Iran Report*, Vol. 4, No. 6, February 12, 2001, [<http://www.rferl.org/content/article/1342817.html>], Consultado em 29 de Março 2009

POSCH, Walter, *European Union and Iran*, in The Middle East Institute Viewpoints: *The Iranian Revolution at 30*, [http://www.mei.edu/Portals/0/Publications/Iran_Final.pdf], Consultado em 08 de Junho de 2010

RAMAZANI, R. K., *Understanding Iranian Foreign Policy*, in The Middle East Institute Viewpoints: *The Iranian Revolution at 30*, [http://www.mei.edu/Portals/0/Publications/Iran_Final.pdf], Consultado em 08 de Junho de 2010

REDAELLI, Ricardo, *The Dichotomist Antagonist Posture in the Persian Gulf*, in The Middle East Institute Viewpoints: *The Iranian Revolution at 30*, [http://www.mei.edu/Portals/0/Publications/Iran_Final.pdf], Consultado em 08 de Junho de 2010

REGIER, T., KHALIDI, M. A., *The Arab Street - Tracking a political Metaphor*, The Middle East Journal, 2009, [http://muse.jhu.edu/journals/the_middle_east_journal/v063/63.1.regier.html], Consultado em 19 de Julho de 2010

REUTERS, *How big is Iran's military?*, 28 September 2009, [<http://uk.reuters.com/article/idUKB222848>], Consultado em 29 de Janeiro de 2010

RICE, Condoleeza, in CFR, *State Sponsors: Iran*, Backgrounder, August 2007, [http://www.cfr.org/publication/9362/state_sponsors.html], Consultado em 10 de Julho de 2010

ROBERTS, Mark, *Khomeini's Incorporation of the Iranian Military*, National Defense University, MacNair Paper 48, Janeiro de 1996, [kms1.isn.ethz.ch/serviceengine/Files/ISN/23563/.../en/mcnair48.pdf], Consultado em 14 de Dezembro de 2009

ROSHANDEL, Jalil, Iran's Foreign Policy and the Iran-Pakistan-India Gas Pipeline, in The Middle East Institute Viewpoints: *The Iranian Revolution at 30*, [http://www.mei.edu/Portals/0/Publications/Iran_Final.pdf], Consultado em 08 de Junho de 2010

SADJAPOUR, Karim, in GWERTZMAN, Bernard, *Containment Policy for a Nuclear Iran?*, CFR interview, June 17, 2010, [http://www.cfr.org/publication/22447/containment_policy_for_a_nuclear_iran.html?breadcrumb=/region/publication_list%3Fid%3D404%26page%3D2], Consultado em 25 de Julho de 2010

SAGHAFFI-AMERI, Nasser, *Iranian Foreign Policy: Concurrence of Ideology and Pragmatism*, , in The Middle East Institute Viewpoints: *The Iranian Revolution at 30*, [http://www.mei.edu/Portals/0/Publications/Iran_Final.pdf], Consultado em 08 de Junho de 2010

SECOR, Laura, *Protest Vote*, in *The New Yorker*, June 29, 2009, [http://www.newyorker.com/talk/comment/2009/06/29/090629taco_talk_secor], Consultado em 15 de Junho de 2010

SEIB, Gerald F., *Change Lies in Iran's Institutions*, in *Wall Street Journal Online*, 30 June 2009, [<http://online.wsj.com/article/SB124629706016868931.html>], Consultado em 29 de Janeiro de 2010

SHAFARAEI, Masoud, *Iran Faces Down Its Grand Ayatollahs*, *World Politics Review*, 12 Jan 2010, [<http://www.worldpoliticsreview.com/articles/4928/iran-faces-down-its-grand-ayatollahs>], Consultado em 10 de Fevereiro de 2010

SIALLI, Omar, *A Guide to the Legal System of the Islamic Republic of Iran*, March 2006, [http://www.nyulawglobal.org/globalex/iran.htm#_The_Judiciary], Consultado em 10 de Março de 2010

SPEKTOR, Matias, *Why Brazil is a Broker with Iran*, *CFR First Take*, 17 May 2010, [http://www.cfr.org/publication/22139/why_brazil_is_a_broker_with_iran.html], Consultado em 25 de Junho de 2010

STOURTON, Edward, *Ahmadinejad's Theological Foes*, in *BBC News Online*, [http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle_east/8314126.stm], Consultado em 11 de Dezembro de 2009

Sunnite, *Encyclopædia Britannica* 2010, in *Encyclopædia Britannica Online*, [<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/574006/Sunnite>], Consultado em 15 de Junho de 2010

TAIT, Robert; Tran, Mark; *Mousavi defies crackdown and accuses opponents of an 'evil conspiracy'*, in *The Guardian Online*, 25 June 2009, [<http://www.guardian.co.uk/world/2009/jun/25/iran-president-ahmadinejad-warns-obama>], Consultado em 29 de Abril de 2009

THE ECONOMIST, *Smoke and Mirrors: Iran makes it hard even for benevolent outsiders to understand it*, May 24-30, 2008, in *The Economist online*, [<http://www.economist.com/node/11465517#login>], Consultado em 10 de Julho de 2010

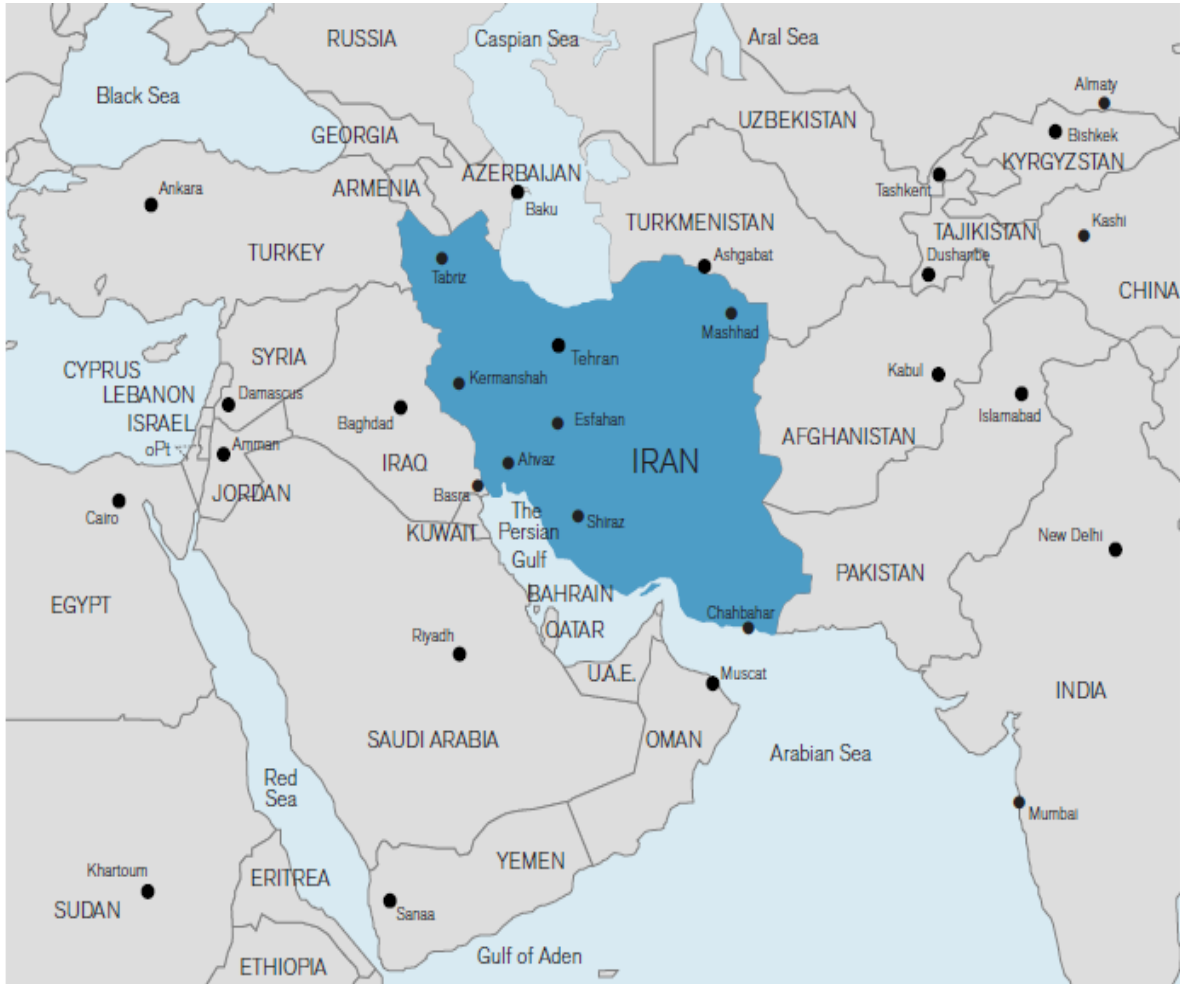
UNITED NATIONS, Resolution 1747 (2007), [<http://daccess-ddsny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N07/281/40/PDF/N0728140.pdf?OpenElement>], Consultado em 29 de Março de 2010

GLOSSÁRIO

Artesh	Forças Armadas Tradicionais
Bazaaris	Comerciantes
Basij	Força Paramilitar
Bonyads	Fundações Religiosas
Enqelab-e Daemi	Revolução Permanente
Enqelab-e Islami	Revolução Islâmica
Fatwa	Decreto Religioso
Faqih	Líder Supremo
Fiqh	Erudito Religioso
Ghayba	Ocultação
Hajj	Peregrinação dos muçulmanos a Meca
Imam	Líder Temporal da Comunidade Islâmica
Ijtihad	Interpretação
Jihad	Guerra Santa
Jomhuri-ye Islami	República Islâmica
Khums/ Zakat	Impostos Religiosos
Majlis	Parlamento
Majlis-e Khobregan	Assembleia de Peritos
Majma-e Tashkhis-e Maslahat-e Nezam	Conselho de Arbitragem
Marjaj-e Taqlid	Grande Ayatollah
Mojtahed	Alto Clero
Namayandegan-e Rahbar	Gabinete dos Representantes do Líder Supremo
Pasdaran	Guardas da Revolução
Sharia	Lei Islâmica

Shura-e Amniat-e Melli	Conselho de Segurança Nacional
Shura-e Maslahat-e Nezam	Conselho dos Guardiões
Shora-ye Rahbordi-ye Ravabet-e Khareji	Conselho Estratégico Relações Internacionais
Ulama	Clero
Umma	Comunidade Islâmica
Velayat-e Faqih	Governo do Jurista Supremo
Velayat-e Motlaqah-e Faqih	Governo Absoluto do Jurista Supremo

ANEXO A



Source: Chatham House